



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Luiz Carlos dos Prazeres Serpa Alfino

**A IMPRENSA DO RECIFE NA CRISE DOS ANOS 1920: a repercussão do levante
tenentista no Jornal do Commercio e na Tribuna Religiosa**

Recife, 2013

Luiz Carlos dos Prazeres Serpa Alfino

**A IMPRENSA DO RECIFE NA CRISE DOS ANOS 1920: a repercussão do levante
tenentista no Jornal do Commercio e na Tribuna Religiosa**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, pelo mestrando Luiz Carlos dos Prazeres Serpa Alfino, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Mondaini
de Souza

Recife, 2013

Catálogo na fonte
Andréa Marinho, CRB4-1667

A387i Alfino, Luiz Carlos dos Prazeres Serpa.
A imprensa do Recife na crise dos anos 1920: a repercussão do
levante tenentista no Jornal do Commercio e na Tribuna Religiosa / Luiz
Carlos dos Prazeres Serpa Alfino. – Recife: O Autor, 2013.
161p.: Il.; fig.; 30 cm.

Orientador: Marco Antonio Mondaini de Souza.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco,
CAC. Comunicação, 2013.

Inclui bibliografia.

1. Comunicação. 2. Jornalismo – aspectos políticos. 3. Jornal do Comércio (Recife, PE). 4. Intelectuais. I. Souza, Marco Antonio Mondaini de (Orientador). II. Título.

302.23 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC2013-42)

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor do Trabalho: Luiz Carlos dos Prazeres Serpa Alfino

Título: “A IMPRENSA DO RECIFE NA CRISE DOS ANOS 1920: a repercussão do levante tenentista no Jornal do Commercio e na Tribuna Religiosa?”.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação do Professor Dr. Marco Antonio Mondaini de Souza.

Banca Examinadora:

Marco Antonio Mondaini de Souza

Heitor Costa Lima da Rocha

Severino Vicente da Silva

Recife, 27 de fevereiro de 2013

Dedico este trabalho ao Deus de minha vida, cuja sabedoria tornou-se loucura para muitos, excedendo o entendimento da racionalidade humana, que nem sempre motiva seus atos.

AGRADECIMENTOS

Muitas são as razões que motivaram este trabalho, pois nele existe o incentivo de muitos, e a responsabilidade de reconhecer a todos que contribuíram. Nestes agradecimentos não há uma pretensão de apresentar as pessoas em um grau de hierarquia e de importância, mas de, sobretudo, manifestar a minha gratidão a todos que, direta ou indiretamente, se fizeram presentes neste momento de minha vida.

Os desafios de trabalhar e cursar um mestrado são muitos, principalmente quando se está passando por momentos de grande sensibilidade, que levam a mudar o curso da sua vida. Nesses momentos percebe-se que ‘a sensibilidade é a causa primeira das coisas e que o desencontro do sensível é o desencanto da alma’.

São nesses momentos difíceis que conseguimos ter a certeza das pessoas que, verdadeiramente, devem fazer parte de nossa vida. Essas pessoas que não precisam de títulos para fazer valer seu conhecimento e sua sabedoria, e que se colocam prontas para ouvir o que se tem a dizer e aptas para trazer palavras que confortam o coração. Palavras isentas de hipocrisia e mediocridade, sem nenhuma referência a grandes pensadores, mas fundadas em virtudes, verdades e otimismo.

Por essas primeiras razões apresentadas, manifesto meu mais profundo Amor, carinho e respeito aos meus pais e ao meu filho Thiago, fruto do meu amor. Pela compreensão dos momentos em que minha ausência se tornou imprescindível, abdicando de compartilhar preciosos momentos a seus lados para cumprir muitas das atividades exigidas pelo curso. Eternizo, ainda, nessas primeiras linhas, minha profunda e mais valiosa gratidão aos meus avós maternos, Valdeci José Serpa e Maria da Conceição dos Prazeres Serpa (*in memorian*), pela educação que me deram em amor, adotando-me como filho e alimentando os meus sonhos – que também eram deles - em busca da felicidade.

Agradeço aos meus irmãos Janaína, Aninha, Júnior e Jadson (*in memorian*), a minha tia Maria do Carmo e aos amigos pessoais, Álvaro Negromonte, Deginaldo, Wilson Sousa, Narcizo Santos e Luiz Camocim (O Lunga). Pessoas que sempre creditaram confiança, incentivando-me na conquista de meus ideais.

Minha gratidão a Leninha por todo carinho, apoio e um dos maiores incentivos para a realização deste trabalho. Agradeço por sua presença em minha vida ao longo de uma história que se consumou em amizade. Obrigado por tudo que vivemos!

Aprendi com o professor Biu Vicente, em minha graduação, que deveríamos ter a preocupação de não apenas passar pela universidade, mas permitir que a universidade (UFPE) passasse por nós e deixasse sua marca. Se possível, suas cicatrizes. Este professor, na época, recém-chegado à UFPE por meio de concurso público, tornou-se uma das minhas referências na academia, pelo seu grau de erudição, compromisso com o conhecimento e com o saber, que, em muitos momentos, foram compartilhados e retirados de sua própria experiência de vida.

Conhecido por sua exigência, tive a ousadia de convidá-lo para participar da banca examinadora, na certeza de receber grandes contribuições ao meu trabalho, as quais, inclusive, já foram creditadas por suas observações na defesa de minha qualificação.

Com os professores Heitor Rocha e Alfredo Vizeu tive o privilégio de cursar duas disciplinas no PPGCOM, direcionando minha percepção para o campo da comunicação.

As disciplinas cursadas foram imprescindíveis para o desenvolvimento de minha dissertação, apresentando uma bibliografia selecionada, rica e atualizada, permitindo-me ampliar os horizontes do conhecimento acadêmico nos estudos comunicacionais. Sem dúvida, muitas foram as contribuições desses professores, não se limitando ao espaço da sala de aula, predispondo-se em esclarecer dúvidas, compartilhar conhecimentos e orientar procedimentos teóricos e metodológicos que auxiliassem no desenvolvimento da pesquisa.

Ao professor Marco Mondaini (Orientador), tenho a gratidão de uma parceria que se construiu com o passar dos dias. Sua orientação sempre pertinente e tranquila, sem autoritarismos, mas com a autoridade de seu saber e de seu conhecimento e com respeito à individualidade do autor.

As contribuições de seu olhar clínico sobre o tema foram indispensáveis para ampliar o olhar crítico na dissertação, afastando, assim, possíveis inconsistências do trabalho. De igual modo, os conhecimentos compartilhados na disciplina Tópicos Avançados: Direitos, Estado e Política Social, sob sua responsabilidade no PPGCOM contribuíram para uma percepção da formação do Estado brasileiro, de fundamental importância para este trabalho.

Meus agradecimentos ao professor Marco também se estendem a sua postura amiga, sua paciência e sua compreensão as fragilidades de quem estava há mais de 10 anos afastado da vida acadêmica, mas que acreditava ser possível retornar.

Como servidor da UFPE a mais de 18 anos, conhecendo bem a realidade da instituição ao longo desse tempo, sei que concluir um curso de pós-graduação *stricto sensu*, na modalidade acadêmica, não é muito comum à realidade dessa categoria funcional, embora já existam incentivos para o curso de mestrado profissional.

Por essa razão, compartilho com meus colegas de trabalho, ao mesmo tempo em que também lhes incentivo a buscarem esse espaço para a realização de seus projetos de vida. Assim, partilho desses agradecimentos a Liliana Vieira, Antonio Monteiro Coral, Eliane Aguiar (Elaine - CCSA), Gilmar (biblioteca – CCSA), Liane Biagini, Manassés Bispo e as bibliotecárias Marie (Carminha - CFCH), Mércia Vitória, Nerise (CAC) e Evanise (CFCH). Pelas palavras de confiança e incentivo ao longo dessa jornada.

Agradeço a Coordenação do PPGCOM por promover um ambiente agradável e de interação com os alunos, incentivando-os à produção acadêmica. Agradeço, principalmente, aos funcionários da Secretaria do PPGCOM, ao mestre Zé Carlos (meu primeiro contato com o PPGCOM), a Lucy e a Cláudia. A todos esses servidores que, com harmonia, exercem as mais diversas atribuições nos serviços da Pós-graduação em Comunicação da UFPE, sempre atenciosos com um atendimento singular em cortesia e urbanidade, primada por uma conduta ética e respeitosa com a comunidade da pós-graduação.

Às professoras Martha Falcão (UFPB), Ana Maria Barros, Maria Bernadete Macedo, Anita Aline, Ana Vieira e aos professores Michel Zaidan, Wateir Silva e Francisco Kennedy, pelo voto de confiança e incentivo as minhas investidas acadêmicas.

A Cris, por seu carinho, apoio, incentivo e pelo ombro acolhedor, predispondo-se a ouvir minhas angústias e, que, em tão pouco tempo, soube reconhecer valores em mim que havia se perdido.

Ao Departamento de Ciências Geográficas da UFPE, nas pessoas dos professores Cláudio Ubiratan (Chefe do Departamento), Ranyére Nóbrega (Subchefe) e do secretário Jorge Gusmão, pelo incentivo, apoio e compreensão no decorrer de todo o curso de mestrado, flexibilizando meu horário de trabalho de acordo com as necessidades e exigências do curso.

Nossos agradecimentos também se estendem a Marcondes Oliveira, setor de microfilmagem da FUNDAJ, a Danilo Leão, do Centro Pastoral Dom Vital, vinculado à

Arquidiocese de Olinda e Recife e ao Arquivo Público do Estado de Pernambuco, Jordão Emerenciano, pelo acesso às informações que deram sustentação a esta pesquisa acadêmica.

Uma das maiores burlas dos nossos tempos terá sido o prestígio da imprensa. Atrás do jornal, não vemos os escritores, compondo a sós o seu artigo. Vemos as massas que o vão ler e que, por compartilhar dessa ilusão, o repetirão como se fosse o seu próprio oráculo.

Joaquim Nabuco

RESUMO

Os primeiros anos da década de 1920 foram determinantes na vida da sociedade brasileira, constituída nos moldes das oligarquias hegemônicas, sob o domínio da economia cafeeira desde os idos do Império. Esse período marcado por intensas movimentações de ordem política e social, investidas de sentimentos nacionalistas e de diversas correntes de pensamento e de concepções ideológicas, acarretará, no seio da sociedade civil, muitos protestos contra o *status quo* vigente. Neles se concentraram quatro acontecimentos de forte ordem simbólica: a Semana de Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista Brasileiro, a fundação do Centro Dom Vital vinculado à revista A Ordem, de origem católica, e a explosão da Revolução Política Tenentista. As rebeliões tenentistas apontam a inflação e o desequilíbrio orçamentário como os grandes males sociais, assim como a fraude e as desigualdades regionais, produzindo uma inflexão na vida política brasileira, e suscitando, em alguns setores militares, a esperança de uma ‘possível’ alteração do poder que se concentrava nas oligarquias. A intensa atividade jornalística em Pernambuco possibilitou a existência de uma grande rede de jornais, dentre os quais se destacam o Jornal do Commercio e A Tribuna Religiosa. O primeiro atuou como imprensa oficial do Estado de Pernambuco, de setembro de 1920 a março de 1924. O segundo foi o principal jornal católico do Estado e, a partir de fevereiro de 1907, passa a ser um órgão da Diocese de Olinda, tonando-se a imprensa oficial da Igreja Católica em Pernambuco, a voz do Vaticano. É a partir da apreciação dos respectivos jornais que se tem como objetivo analisar as repercussões do Levante Tenentista, ocorrido em julho de 1922, utilizando-se como procedimentos metodológicos a Análise do Discurso vinculado à produção dos sentidos, e a Análise de Conteúdo, quando os citados jornais encontravam-se credenciados pelo Estado e pela Igreja Católica como imprensa oficial, tendo na atuação de seus intelectuais, as contribuições para os critérios de construção da notícia, divulgando em seus editoriais e noticiários os acontecimentos que expressavam as transformações ocorridas na estrutura da sociedade e os meios de sua transmissão, sob o respaldo de um discurso institucional.

Palavras-chave: Levante Tenentista. Jornal do Commercio. A Tribuna Religiosa. Intelectuais.

ABSTRACT

The first years of the 1920s were decisive in the life of Brazilian society, constituted in the molds of pervading oligarchies and under the sway of the coffee economy ever since the Empire's exit. This period marked by intense agitations of political and social order, bound to nationalist sentiment and diverse currents of thought and ideological conceptions, will bring about, in the heart of civil society, a great number of protests against the contemporary *status quo*. Four strongly symbolic events converged here: the Week of Modern Art, the foundation of the Brazilian Communist Party, the foundation of the Dom Vital Center linked to the jornal *A Ordem* (of Catholic origin) and the explosion of the *Tenentista* Political Revolution. The *tenentista* rebellions (military rebellions) uphold inflation and budget disequilibrium at the heart of their cause, as well as fraud and regional inequalities, producing a rift in Brazilian politics and provoking, within some military sectors, the hope of a 'possible' change in the power which found itself concentrated in the oligarchies. Intense journalistic activity in the State of Pernambuco made the existence of a great network of newspapers possible. The *Jornal do Commercio* and *A Tribuna Religiosa* were particularly significant. The *Jornal* became the State's official press from September 1920 to March 1924. The *Tribuna* was the main Catholic journal in the State of Pernambuco and, from February 1907, became a part of the Diocese of Olinda to become the Catholic Church in Pernambuco's official press, by which it represented the voice of the Vatican. It is the inspection of these newspapers that gives birth to the objective of analyzing the repercussions of the *Tenentista* Uprising which occurred in July 1922, utilizing the methodological procedures of the Analysis of Discourse linked to the production of senses, alongside the Analysis of Content, at the point where the journals cited had their credentials recognized by the State and by the Catholic Church as official press. The undertakings of the intellectuals and their contributions to the criteria of constructing news, released in editorials and news items, express the events which transformed the society's structure and their means of transmission, backed by an institutional discourse.

Key words: *Tenentista* Uprising. *Jornal do Commercio*. *A Tribuna Religiosa*. Intellectuals.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Aspectos das Modalidades da Comunicação de Massa	43
Figura 2 - Jornal do Commercio – Borbismo sinistro.....	76
Figura 3 - Jornal do Commercio – Uma reportagem sensacional	77
Figura 4 - O resultado geral do pleito – A Victoria de Lima Castro	79
Figura 5 - Gráfico da Seleção de documentos do Jornal do Commercio – percentual por temas - janeiro a novembro de 1922	112
Figura 6 - A Tribuna Religiosa – Circulo Catholico de Pernambuco – presença de intelectuais	132
Figura 7 - A Tribuna Religiosa – Acção Catholica e Bôa Imprensa	133
Figura 8 - A Tribuna Religiosa – A imprensa é tudo: tendo-a teremos o resto.....	134
Figura 9 - A Tribuna Religiosa – A imprensa: eis a obra	135
Figura 10 - Gráfico da Seleção de documentos da Tribuna Religiosa – percentual por temas - janeiro a novembro de 1922	140
Figura 11 - A Tribuna Religiosa – O espirito da Revolução e o espirito do Evangelho	143

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Categorias de valores-notícia / Relação de identificação - Estudos de Galtung e Ruge	35
Tabela 2 - Categorias de valores-notícia / Relação de identificação - Estudos de Richard Ericson, Patrícia Baranek e Janet Chan.....	36
Tabela 3 - Categorias de valores-notícia de seleção - critérios substantivos - Estudos de Mauro Wolf	38
Tabela 4 - Outros estudiosos / Compreensão consensual de valores-notícia	38
Tabela 5 - Categorias de valores-notícia de seleção - critérios contextuais - Estudos de Mauro Wolf	39
Tabela 6 - Categorias de valores-notícia de construção - Estudos de Mauro Wolf.....	39
Tabela 7 - Origem social, formação, produção intelectual, carreira profissional e afinidade política partidária de alguns escritores modernistas	70
Tabela 8 - Situação política em Pernambuco - ano de 1922	77
Tabela 9 - Grupos de autores e abordagens interpretativas sobre o Tenentismo	85
Tabela 10 - Jornal do Commercio - Caracterização quanto às fontes de renda	108
Tabela 11 - Jornal do Commercio - Caracterização quanto aos aspectos editoriais.....	108
Tabela 12 - Jornal do Commercio - Caracterização quanto a oficinas gráficas	108
Tabela 13 - Jornal do Commercio - Elementos para a Análise da imprensa	109
Tabela 14 - Jornal do Commercio - Temas em destaque por quantidade de notícias – período janeiro a novembro de 1922	111
Tabela 15 - Identificação de valores-notícia – Notícia 01	118
Tabela 16 - Identificação de valores-notícia – Notícia 02	119
Tabela 17 - Identificação de valores-notícia – Notícia 03	120
Tabela 18 - Identificação de valores-notícia – Notícia 04	121
Tabela 19 - Identificação de valores-notícia – Notícia 05	123

Tabela 20 - Identificação de valores-notícia – Notícia 06	123
Tabela 21 - Identificação de valores-notícia – Notícia 07	124
Tabela 22 - Identificação de valores-notícia – Notícia 08	125
Tabela 23 - Identificação de valores-notícia – Notícia 09	126
Tabela 24 - Identificação de valores-notícia – Notícia 10	127
Tabela 25 - A Tribuna Religiosa - Caracterização quanto às fontes de renda	130
Tabela 26 - A Tribuna Religiosa - Caracterização quanto aos aspectos editoriais.....	130
Tabela 27 - A Tribuna Religiosa - Caracterização quanto a oficinas gráficas	130
Tabela 28 - A Tribuna Religiosa - Elementos para a Análise da Imprensa	139
Tabela 29 - Identificação de valores-notícia – Notícia 11	145
Tabela 30 - Identificação de valores-notícia – Notícia 12	147
Tabela 31 - Identificação de valores-notícia – Notícia 13	148

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	American Broadcasting Company
ABL	Academia Brasileira de Letras
AC	Análise de Conteúdo
AD	Análise do Discurso
ACD	Análise Crítica do Discurso
APP	Afinidade Política-Partidária
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBS	Columbia Broadcasting System
DP	Jornal Diário de Pernambuco
ECD	Estudos Críticos do Discurso
ED	Estudos do Discurso
FD	Formação Discursiva
FDS	Formações Discursivas
FGV	Fundação Getulio Vargas
FI	Formações Ideológicas
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
JC	Jornal do Commercio de Pernambuco
MG	Minas Gerais
NBC	National Broadcasting Company
PC	Partido Constitucionalista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PD	Partido Democrático
PRP	Partido Republicano Paulista
RJ	Rio de Janeiro
SD	Sequência Discursiva
SP	São Paulo
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	23
1.1 A comunicação e a narrativa do processo histórico	23
1.2 O nascimento da imprensa, critérios de noticiabilidade e comunicação de massa	28
1.3 Jornalismo e intelectuais	44
1.4 Análise do discurso e análise de conteúdo	54
2. O CONTEXTO HISTÓRICO	62
2.1 A crise dos anos de 1920	62
2.1.1 O ano de 1922 e os acontecimentos que marcaram a década de 1920	65
2.1.1.1 A imprensa pernambucana no contexto da crise do processo político-sucessório	73
2.2 O advento do tenentismo	81
2.3 O papel da Igreja e dos intelectuais católicos	87
3. A COBERTURA DA IMPRENSA	98
3.1 A imprensa nos anos de 1920: visão panorâmica da reprodução da notícia sobre os acontecimentos revolucionários de julho de 1922	98
3.2 O Jornal do Commercio: a imprensa oficial do estado de Pernambuco	102
3.3 A Tribuna Religiosa: a voz do Vaticano, a imprensa oficial da Igreja Católica	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS	156

INTRODUÇÃO

A passagem do Império à República em 1889 marcou o início de consideráveis mudanças na estrutura do país. Contudo as mudanças de origem simbólica evidenciam-se como as mais relevantes, por sua produção de sentidos na ‘nova’ realidade construída da sociedade brasileira.

Decerto que a República não se traduziu, a princípio, na natureza da estrutura de classe, na mudança do poder político, nem poderia, pois a base desse poder ainda estava sob o domínio do setor latifundiário, o mesmo que no período imperial movimentava a economia de estrutura agroexportadora. Entretanto contribuiu com uma intensificação dos meios produtivos, pois o início da industrialização no Brasil, em caráter incipiente e dependente das oscilações da economia cafeeira, lhe é anterior, sendo possível até se falar em uma ‘modernização sem mudança’, para designar que houve um embrionário processo de industrialização sem alterações nas estruturas do poder político.

Sem quaisquer intuitos de desmerecer outros acontecimentos ocorridos em diferentes décadas do primeiro período republicano (como a Revolta da Armada em 1892, a Revolta de Canudos entre 1896-1897, a Revolta da Vacina em 1904, a Revolta da Chibata em 1910 e a Revolta do Contestado entre 1912-1916.), segundo Trindade (1978), a década de 1920 foi o período mais conturbado da Primeira República, que perdurou de 1889 a 1930, com intensas movimentações de ordem política e social investidas de sentimentos nacionalistas e de diversas correntes de pensamento e concepções ideológicas, que acarretarão no seio da sociedade moderna muitos protestos contra o *status quo* vigente.

Esse cenário revela uma crescente insatisfação da população urbana associada à classe média, tornando-se termômetro/indicador de um panorama de crises e repercussões em um período de crescimento urbano e industrial da sociedade brasileira que, associado ao advento da imigração europeia, às relações mercantis de trabalho e à produção para o mercado interno contribuiu para o surgimento de novos “grupos sociais: os industriais, o proletário urbano e novas camadas médias urbanas, no bojo de uma sociedade ainda essencialmente agrário-exportadora” (FORJAZ, 1977, p. 21).

A maioria desse grupo era assalariada vinda do meio rural e com grandes anseios, composta por pessoas que migraram para as cidades em busca de ascensão social. Havia ainda europeus e seus dependentes que passam também a integrar o setor industrial em expansão ou

as funções mais simples do setor de serviços – terciário urbano - dependente econômica e socialmente, asfixiados por suas representações políticas inexpressivas no seio da estrutura hegemônico-oligárquica da sociedade brasileira. Suas origens étnicas sociais e os baixos níveis de rendimentos contribuíram para a existência de um posicionamento mais reivindicativo e com mais autonomia política.

Nessa conjuntura, encontra-se o descontentamento militar, que já era resquício de épocas anteriores, a exemplo do que ocorreu por ocasião da sucessão de Floriano Peixoto por um candidato representante dos grandes estados produtores, São Paulo e Minas Gerais, e veio a concorrer para afastar da vida política nacional a cúpula do Exército.

Essa sociedade nascida com as transformações ocorridas no transcurso do século XIX para o século XX representa, apenas, os primórdios do poder e da dominação burguesa no Brasil, que a partir de meados do século XIX, teve, conjuntamente, o surgimento da imprensa capitalista brasileira.

Segundo Thompson (2009, p. 234), a partir de uma realidade europeia, a indústria jornalística nos séculos XIX e XX, já apresentava como características uma “circulação massiva de jornais; e [...] crescente internacionalização das atividades de coleta das notícias”. No Brasil, nos primeiros anos da década de 1920, essas características da comunicação de massa se encontravam em via de formação, contribuindo com um desenvolvimento sociocultural do indivíduo, com uma diversidade na produção de bens culturais, com jornais e revistas especializadas. A intensa atividade jornalística em Pernambuco possibilitou a existência de uma grande rede de jornais, dentre os quais se destacam: o Jornal do Commercio e A Tribuna Religiosa.

O primeiro era organismo privado, laico, que atuou como imprensa oficial do Estado de Pernambuco, de setembro de 1920 a março de 1924, quando o governo pernambucano é autorizado pelo Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco, mediante a promulgação da Lei 1626 de 30 de março de 1924, a criar um jornal oficial para as publicações dos expedientes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O segundo, o principal jornal católico do Estado que, a partir de fevereiro de 1907, passa a ser um órgão da Diocese de Olinda, tonando-se a imprensa oficial da Igreja Católica em Pernambuco, a voz do Vaticano.

É no bojo desses acontecimentos que se tem como objetivo analisar as repercussões do Levante Tenentista nos Jornais apresentados, por se tratar de instituições que, no período das rebeliões tenentistas em julho de 1922, encontravam-se credenciadas pelo Estado e pela Igreja

Católica, como jornais oficiais dessas instituições a divulgarem em seus editoriais e noticiários informações dos mais diversos gêneros, sobretudo o político, o econômico e o social, sob o respaldo de um discurso institucional.

Nesse sentido, é imprescindível compreender a formação histórico-sociológica da sociedade pernambucana no primeiro quartel do século XX, por envolver o período dos acontecimentos da Revolução Política do Tenentismo, assim como recorrer às investigações político-ideológicas e buscar identificar se o discurso construído pelos respectivos jornais apresentou em suas manchetes e em seus editoriais características que identificassem abuso de poder no interesse do grupo dominante, a partir de um recorte do que foi noticiado no ano de 1922.

A escolha do ponto de partida de análise no ano de 1922 deve-se ao fato de nele se concentrarem quatro acontecimentos de forte ordem simbólica na sociedade brasileira: a Semana de Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista Brasileiro, a fundação do Centro Dom Vital vinculado à revista *A Ordem*, de origem católica, e a explosão da Revolução Política Tenentista. (TRINDADE, 1978)

A inquietação acerca do tema proposto surgiu principalmente da curiosidade de analisar um período da história da imprensa escrita do Recife ainda pouco explorado, sob o olhar da imprensa privada laica oficial e da imprensa oficial da Igreja Católica no período mais conturbado da Primeira República, com graves problemas de ordem política e social, que foi a década de 1920.

Segundo levantamento de produção bibliográfica realizado na UFPE / FGV / USP / UNICAMP e periódicos CAPES, não foi identificada nenhuma produção relacionada ao objetivo proposto: analisar o Levante Tenentista na perspectiva dos jornais oficiais pernambucanos (laico e religioso católico). Essa característica evidencia a relevância do tema e sua importância na contribuição com os estudos da mídia impressa do Recife.

A imprensa, por ser a instituição mais dinâmica da sociedade civil na perspectiva gramsciana, segundo Portelli (1977), possui a capacidade de “trazer” o senso comum à sociedade como discurso hegemônico, ou seja, a imprensa tem a capacidade de ajudar a criar ou a manter uma “subordinação passiva” das pessoas em concordância com o poder, ou ainda, servir como instrumento de crise no processo hegemônico.

Nessa perspectiva é possível até compreender que o *Jornal do Commercio* e a *Tribuna Religiosa* tenham direcionado sua atuação como “aparelho privado de hegemonia”, por

permitir interagir o poder político e o econômico na manutenção da ordem vigente. Todavia não se pode atribuir a esses jornais uma característica hegemônica no sentido gramsciano: numa nova categoria política com o consenso das massas, ou seja, uma hegemonia que, segundo Semeraro (1999, p. 101-102), “se definia na sociedade civil não apenas pela apropriação do processo de produção, como também pelo confronto de concepções filosóficas mais abrangentes e mais aderentes à realidade”.

Desse modo, pode-se até entender, que os respectivos jornais tenham contribuído para a construção de um processo hegemônico na sociedade numa concepção heurística, visto que, no respectivo período histórico, o núcleo, ‘sociedade civil’, encontrava-se num processo incipiente de sua formação. Um núcleo ainda frágil e reduzido na propagação de ideias e concepções políticas revolucionárias, como foram as manifestações tenentistas ocorridas nos setores médios urbanos.

Discutir a atuação desses jornais é, sobretudo, ampliar o entendimento da participação de seus intelectuais na sociedade através das atividades jornalísticas - canal de propagação de ideias e concepções - contribuindo para a tentativa de um ‘consenso’ sobre o que era noticiado, com vistas a produzir um elo entre o discurso do Estado e a sociedade civil.

Com base nessas reflexões, esta pesquisa apresenta como problema central:

- Como o Jornal do Commercio e o jornal A Tribuna Religiosa reproduziram as notícias sobre o Levante do movimento tenentista ocorrido em julho de 1922?

A partir desse tema central, esta pesquisa apresenta como objetivo geral compreender como se deu a reprodução dessas notícias, e qual a ‘relação’ existente entre o Levante do movimento tenentista e a crise do processo político-sucessório em Pernambuco no ano de 1922.

Baseado nas questões suscitadas, esta pesquisa apresenta ainda como objetivos específicos analisar e compreender o surgimento da imprensa capitalista e os acontecimentos que marcaram a crise dos anos de 1920, dentre os quais o advento do Tenentismo, assim como, estudar a participação e a importância da Igreja Católica e dos intelectuais (leigos e eclesiásticos) no processo de formação ideológica da sociedade brasileira e pernambucana no transcurso do século XIX ao século XX, quando começam a brotar os primeiros ‘sentidos’ de nacionalidade.

Segundo Caparelli, (1986, p.43), “[...] a imprensa capitalista nada mais é que a expressão das transformações ocorridas na estrutura da sociedade e os meios de difusão dela decorrentes agem apenas no sentido de seu esforço e expansão”.

Com fundamento nessa análise feita por Caparelli e ao compreender a existência de vínculos desses jornais com a estrutura do poder político local e nacional, e com a estrutura do poder econômico local, foi possível construir a hipótese de que o Jornal do Commercio e o jornal A Tribuna Religiosa possuíam uma estrutura conservadora.

Essa estrutura colaborou para a construção de consensos na opinião pública, tendo no trabalho dos intelectuais, através dos respectivos jornais, uma mediatização entre a sociedade política, representada pelo Estado, e a sociedade civil, contribuindo em uma formação ideológica da época.

Dessa forma, o tema proposto será tratado sob o prisma histórico e sociológico trabalhado por Gramsci por desenvolver o conceito de bloco histórico como ponto de partida para o estudo das relações entre a estrutura [base econômica] e a superestrutura [as ideias]; por analisar a imprensa atuando como aparelho privado de hegemonia e por entender a importância dos intelectuais no processo de formação ideológica da sociedade, atuando como “mediadores” do grupo dominante.

Gramsci ao tratar da construção do processo hegemônico, “avança a teoria marxista sobre o mundo das ideias” (GUARESCHI; JOVECHELOVITCH, 1995, p. 99); trabalha a questão da opinião pública; estuda a capacidade da imprensa em ajudar a criar ou a manter uma ‘subordinação passiva’; favorece a construção de consensos e analisa a vinculação da escola, igreja e imprensa como instrumentos no processo de formação da estrutura hegemônica na sociedade civil (PORTELLI, 1977).

Segundo Gruppi (1978), a análise feita por Gramsci sobre a construção hegemônica, apresenta-se numa totalidade de todos os seus níveis, que, a exemplo do texto abaixo, deixa evidente a tendência de construção do bloco histórico na formação do processo hegemônico da sociedade.

A hegemonia tende a construir um bloco histórico, ou seja, a realizar uma unidade de forças sociais e políticas diferentes; e tende a conservá-las juntas através da concepção do mundo que ela traçou e difundiu. “A estrutura e as superestruturas – diz ele – formam um bloco histórico.” A luta pela hegemonia deve envolver todos os níveis da sociedade: a base econômica, a superestrutura política e a superestrutura ideológica (GRUPPI, 1978, p78).

Dessa forma, acredita-se que o pensamento de Gramsci seja pertinente para um amplo entendimento das atividades dos intelectuais da mídia impressa nos primeiros anos da República no Brasil, numa conjuntura abalada pela intensa movimentação de correntes de pensamento como o Romantismo, o Evolucionismo e o Positivismo.

As discussões acerca do movimento tenentista foram fundamentadas a partir de leituras de autores de referência na historiografia brasileira, analisando as principais correntes interpretativas e suas abordagens sobre o Tenentismo, no contexto de suas origens sociais nos setores médios urbanos e das Forças Armadas, enquanto ‘representantes’ do Estado.

Assim, este trabalho encontra-se dividido em três capítulos. No primeiro, de orientação teórico-metodológica, apresenta, em seu primeiro subtópico, uma reflexão sobre o diálogo existente entre a Comunicação e a História, apresentando a importância da narrativa do processo histórico como subsídios aos estudos comunicacionais, assim como as contribuições que o jornalismo tem proporcionado como aporte, objeto ou até fonte para o estudo da História.

No segundo subtópico far-se-á uma discussão sobre o nascimento da imprensa a partir de uma análise dos acontecimentos históricos ocorridos na Era Moderna, passando pelo surgimento do comércio de notícias, analisando a construção dos valores-notícia e dos critérios de noticiabilidade nos meios jornalísticos, e a relação existente entre a imprensa capitalista e a comunicação de massa.

O terceiro subtópico de orientação teórico-metodológica analisará a importância do trabalho jornalístico e de sua produção nas sociedades democráticas, e, a partir das leituras de Gramsci, discutirá sobre o papel dos intelectuais tradicionais atribuído ao grupo do jornal eclesiástico A Tribuna Religiosa, e sobre o papel dos intelectuais orgânicos, atribuído ao grupo do Jornal do Commercio.

O quarto e último subtópico do primeiro capítulo tratará do procedimento investigativo utilizado na pesquisa, que, a partir da análise e da sistematização das informações nos editoriais e noticiários do Jornal do Commercio e do jornal A Tribuna Religiosa, tornou possível realizar uma investigação híbrida com aspectos da Análise do Discurso, com ênfase na produção de sentidos, e da Análise de Conteúdo.

Esses procedimentos metodológicos foram fundamentados nos estudos de Bauer e Gaskell (2000); Herscovitz (2007); Benetti (2007); Jovchelovitch (2000) e Barbosa (2010), com abordagens quantitativa e qualitativa, pesquisa bibliográfica e análise documental,

realizada na Fundação Joaquim Nabuco, no Centro Pastoral Dom Vital de documentação vinculado a Igreja Católica e no Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano, concernente ao ano de 1922.

O segundo capítulo, de orientação histórica, abordará em seu primeiro subtópico, a Crise dos Anos de 1920, no qual se fará uma análise dos principais acontecimentos, a partir da análise feita por Trindade (1978), que marcaram, na época, a sociedade brasileira com suas repercussões nos meios sociais.

O segundo subtópico do segundo capítulo dará ênfase ao advento do Tenentismo, analisando o cenário econômico no transcurso do século XIX para o século XX, identificando as principais correntes teóricas desse fenômeno, para, assim, apresentar a opção seguida na pesquisa.

O terceiro e último subtópico do segundo capítulo apresentará, dentro do contexto histórico, a atuação da Igreja Católica nos primeiros anos da República e o papel dos intelectuais católicos no contexto da crise social e política do período.

O terceiro e último capítulo tem como propósito fazer uma análise das notícias veiculadas sob três aspectos. No primeiro subtópico fará uma análise panorâmica da reprodução da notícia sobre os acontecimentos revolucionários do Tenentismo nos principais jornais laicos em circulação do Recife.

No segundo subtópico do capítulo, o foco da análise serão os editoriais e noticiários veiculados no Jornal do Commercio, por ser um jornal de origem laica, privado, atuando como imprensa oficial estatal do governo do Estado de Pernambuco.

E o terceiro e último subtópico deste capítulo tratará de analisar os editoriais e noticiários do jornal A Tribuna Religiosa, por ser o principal jornal católico do período, e por atuar como a imprensa oficial da Igreja Católica no Estado de Pernambuco, propagando ideias, valores e princípios da instituição eclesiástica.

1 QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

1.1 A comunicação e a narrativa do processo histórico

Refletir sobre a importância da comunicação e da narrativa do processo histórico para se compreender a construção de sentidos e, por fim, sua produção cultural, é um ‘possível’ caminho na tentativa de identificar discursos e ideologias existentes em uma dada realidade social, independente das verdades de seus eventos, de sua literatura, de sua ficção e de seus enunciados.

Compreender a diferença e a diversidade, o apogeu e a decadência, a evolução e a superação – entender a linguagem - é um desafio ao legado da Comunicação e da História, que se utiliza dos diversos caminhos e tempos, circunstâncias e momentos a fim de abstrair do campo do vivido à representação; possibilidade através da narrativa de visualizar os acontecimentos e seus sujeitos.

É talvez nessa perspectiva que Lucien Febvre analisa o tempo histórico, ao perceber que a dinâmica deste tempo excede a dinâmica do tempo do historiador. Para Febvre, o historiador deve ‘conhecer’ o passado a partir do presente, ficando o passado destinado a legitimar/reconhecer o presente. Todavia ‘conhecer’ para Febvre é aprender a conhecer. É perceber e incorporar à memória. Portanto, é conhecer o problema, a hipótese, a interpretação e o sujeito do conhecimento, o que nos remete à dinâmica, ao movimento e à simultaneidade – a Comunicação. Por conseguinte, o presente, que é movimento, implica em emergência, mudança, novidade e transtorno (REIS, 1994).

Mas é no efêmero presente – a síntese - que a dimensão do tempo histórico se elastece numa perspectiva de passado e futuro, em que a capacidade de criação humana possibilita construir a sua própria narrativa, independentemente de se encontrar atrelado a instituições ou a algum projeto de sociedade.

Segundo Castoriadis (1987), a História pode ser compreendida como um fazer pensando e um pensar fazendo. Portanto, no bojo da capacidade de criação do homem encontra-se um projeto de autonomia que lhe permite questionar a existência das coisas.

O ser humano como sujeito histórico possui a capacidade de criar ‘imagens’ e de instituir o ‘novo’, de modo que o Imaginário Radical, segundo esse mesmo autor, surge como a ‘imaginação produtiva ou criadora’ que estabelece uma relação com o fazer histórico. Esse

Imaginário Radical põe em vigor uma tensão dialética entre a Sociedade Instituinte, que constrói as imagens, e a Sociedade Instituída, que se utiliza daquelas para a socialização dos indivíduos.

A sociedade, portanto, torna-se num espaço interativo e diversificado, cuja dinâmica apresenta características funcionais [O Estado] e simbólicas [A Cultura], possibilitando a compreensão e a interpretação do homem e seu universo numa busca pela percepção do ‘invisível’, na tentativa “[...] em decifrar o sentido oculto no sentido aparente, em desdobrar os níveis de significação implicados na significação literal” (RICOEUR, 1978, P. 15).

É possível, portanto, entender que a dimensão simbólica das instituições sociais transcende a sua dimensão funcional. A sociedade como o lugar de convergências e divergências transforma-se nesse ‘espaço’ interativo cujas relações entre o Antigo e o Moderno passam a ressignificar sistemas de representação, dando um sentido à ação do homem no tempo, à sua produção cultural, a sua narrativa histórica e, portanto, a sua forma de comunicação.

Essa problematização não tem por objetivo anular o poder de intervenção das instituições político-ideológicas no processo de construção de uma realidade vista sob o prisma da escrita, da óptica de análise da leitura de seus enunciados e das possíveis condições de troca que favoreça a identificação com o que está sendo dito, mas de reconhecer que mesmo estando passível da coerção do poder constituído, existe, em certa medida, a autoridade do conhecimento e a complacência da subjetividade dos profissionais que atuam tanto na história como na comunicação – os intelectuais.

Portanto, a comunicação e a narrativa histórica não se encontram reduzidas aos fatos, pois estes não possuem dimensões absolutas capazes de satisfazer, plenamente, quer em ‘discurso’, quer em ‘narrativa’ - que também é discurso - a complexidade do fazer humano.

A comunicação e a narrativa histórica são levadas pelo movimento do ‘acontecimento’ que circula no tempo numa concepção dialética, construção/reconstrução, na busca e na formação de um saber em relevos diversos da atuação humana.

Por essas razões, nos estudos sobre a imprensa jornalística é imprescindível a análise da linguagem para se compreender a dimensão simbólica da ordem social. Desse modo, os ‘sistemas’ de representação utilizam-se da linguagem como instrumento para dizer algo com sentido. Os sentidos produzidos passam então a se articular entre os membros dessa ordem social pela interação do ambiente cultural (HALL, 1997).

A partir de um debate teórico que se reflete sobre a construção de conhecimentos no âmbito da comunicação, trazendo à reflexão a importância do processo de interação cultural para a produção de sentidos, foi possível compreender que as representações possibilitam construir signos que dialogam com a produção de sentidos do mundo exterior. Dessa forma, representação e linguagem, embora de maneira não exclusiva, compartilham da construção da realidade social (CORCUFF, 2001), com produção de conhecimentos no mundo da vida.

O que a sociedade considera como conhecimento vem a ser coextensivo com o cognoscível ou, de qualquer modo, fornece a estrutura dentro da qual tudo o que ainda não é conhecido virá a ser conhecido no futuro. Este é o conhecimento aprendido no decurso da socialização e que medeia a interiorização pela consciência individual, das estruturas objectivadas do mundo social (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 77).

Nesse sentido, compreende-se, ainda, que o conhecimento do mundo cotidiano não é homogêneo, mas permeado por intersubjetividades e interdiscursividades, constituído por significações de conhecimentos distribuídos, que se diferenciam de ator para ator em múltiplas realidades.

Com efeito, a análise da narrativa histórica oferece subsídios aos estudos comunicacionais, por possibilitar um diálogo com o jornalismo enquanto prática social com a tríade produção-circulação-recepção de notícias e o jornalismo enquanto “[...] um campo de estudos que, no contexto das ciências humanas e sociais, procura elaborar conhecimento científico sobre o mencionado campo das práticas em suas conexões com a sociedade” (ROMANCINI, 2007, p. 23).

Segundo a análise de Walsh (1995, p. 360), os historiadores têm por objetivo diminuir as sombras ‘afastando’ a obscuridade, possibilitando “[...] tornar o passado tão inteligível quanto possível, de acordo com a natureza da tarefa e com a bagagem e recursos dos que a ela se entregam”.

Esse mesmo autor, ao fazer referência à tarefa dos historiadores, ressalta a importância de se construir uma narrativa denominada ‘significativa’, que apresente não apenas os acontecimentos, mas suas conexões com a produção de conhecimentos no mundo cotidiano.

Por esta expressão [narrativa significativa] entendo eu uma narrativa que, em certo sentido, se explique a si própria; que nos permita ver não só a ordem dos acontecimentos mas também as suas conexões. Numa narrativa deste gênero, os acontecimentos diferenciam-se de acordo com a sua importância, distinguindo-se uns por terem exercido uma influência vital sobre evoluções subsequentes ou por terem antecipado de modo significativo o que viria a suceder, apresentando-

se outros como consequência natural daquilo que os precedera (WALSH, 1995, p. 361).

Esse diálogo existente entre a História e a Comunicação tem possibilitado uma interação nesses campos de estudo, de modo que o jornalismo tem contribuído também como aporte, objeto ou fonte para o estudo da História.

Como exemplo, têm-se os critérios de noticiabilidade que permitem fazer conexões dos acontecimentos com a produção de sentidos, a fim de se tornarem notícias ou de garantir a sua manutenção na esfera midiática, produzindo repercussões no meio social e, ainda, possibilitando ampliar a perspectiva de análise das fontes para o estudo de diversos grupos e categorias sociais. Nesse sentido, compreende-se que a produção do trabalho jornalístico – a notícia - pode ser utilizada:

[...] como fonte de documentação geral – sobre os fatos e a opinião pública -, como fonte de documentação sobre os grupos e categorias sociais, e como fonte sobre a própria imprensa, estudando-se os jornais no seu conteúdo, na sua difusão, dependência e atuação junto aos grupos de pressão (ALVES, 2001, p. 96).

Segundo Hobsbawm (1998), nas últimas décadas do século XX, embora houvesse alguns estudiosos marxistas ‘extremados’ por análises ‘economicistas’ deterministas, o campo da história tem se alargado para os estudos da ‘história social’, com abordagens das mais diversas temáticas. Hobsbawm (1998), ao citar Braudel destaca que:

[...] essa “*histoire obscure de tout Le monde*” é “a história em direção à qual, de maneiras distintas, toda historiografia tende atualmente”. Não é este o lugar para especular sobre as razões para essa vasta ampliação do campo, que por certo não conflita necessariamente com a tentativa de produzir uma explicação coerente do passado (HOBBSAWM, 1998, p. 203).

Esse cenário tem como marco real ‘simbólico’ de uma nova história a *École des Annales*, fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre, na França de 1929, ao buscar construir uma história problematizada com abertura para outras ciências humanas, cuja “[...] interdisciplinaridade serviria, desde então, como base para a formulação de novos problemas, métodos e abordagens da pesquisa histórica, que estaria inscrita na vaguidão oportuna da palavra ‘social’, enfatizada por Febvre”. (CASTRO, 1997, p. 45-46).

Assim, a análise do cotidiano, ‘microcosmo’, um dos campos de estudo da Comunicação, encontra-se respaldado também na narrativa, onde a “[...] história dos homens e das mentalidades, ideias e eventos pode ser vista mais como complementar que como substituta da análise das estruturas e tendências socioeconômicas” (HOBBSAWM, 1998, p.

205). Deste modo, a escolha associada à técnica de análise não se constitui em contradição, seja numa percepção do micro ou do macrocosmo, desde que se estude o ‘mesmo’ cosmo, o que também não impede de se utilizar uma técnica para complemento de outra, com fins de apresentar resultados cientificamente conduzidos.

De modo análogo, compreende-se que os acontecimentos sociais permitem uma ampla demanda de dados e procedimentos de análise, que segundo Bauer, Gaskell e Allum (2002, p. 18), podem ser entendidos como: “um pluralismo metodológico [que] se origina como uma necessidade metodológica”. Dessa forma, a pesquisa social será fundamentada em dados sociais da comunicação formal e da comunicação informal que foram construídos no processo de comunicação.

A primeira busca reconstruir “[...] as maneiras pelas quais a realidade social é representada por um grupo social” (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2002, p. 22). Nesse sentido, um jornal poderia vir a ser a ‘representação’, em certa medida, da ‘visão de mundo’; um indicador da percepção que determinado grupo de pessoas passa a ter do mundo em um dado contexto histórico-social.

A segunda possui poucas regras explícitas, em que a competência não exige um conhecimento especializado, mas a espontaneidade da expressão do falar, do pensar e das ações compartilhadas, daquilo que é partilhado espontaneamente no cotidiano da vida social.

Nesse sentido, com vistas a compreender a atuação do Jornal do Commercio e do jornal A Tribuna Religiosa na veiculação das notícias sobre o Levante Tenentista ocorrido em julho de 1922, e, assim, identificar a ‘visão de mundo’ construída na produção da notícia no período, tornou-se significativo utilizar um procedimento metodológico com análise híbrida.

Dessa forma, foram utilizadas a Análise do Discurso com ênfase na identificação dos sentidos, e a Análise de Conteúdo, permitindo não apenas a quantificação dos dados, mas, também, a sua interpretação, visando, sobretudo, ampliar a apreciação das manchetes dos editoriais e das notícias desses jornais na dinâmica do processo comunicacional no respectivo período histórico.

1.2 O nascimento da imprensa, critérios de noticiabilidade e comunicação de massa

O surgimento da imprensa remonta ao período histórico conhecido como Idade Moderna. Pela historiografia francesa, a Era Moderna encontra-se periodizada meramente para fins didáticos entre o século XV e o XVIII, marcada por acontecimentos importantes, dentre os quais se destaca exatamente: o surgimento da Imprensa. Para a historiografia anglo-saxônica, a modernidade fruto da revolução científica e, principalmente, da revolução industrial, permanece até os dias atuais.

Por conseguinte, o termo modernidade é reiteradamente utilizado, sem qualquer intuito cronológico, para ‘designar’ fenômenos que indicam mudanças e transformações na conjuntura ou na estrutura da sociedade. Desta forma, o sentido de ‘modernidade’ aqui adotado não ficará limitado à análise da periodização dos séculos XV–XVIII, mas, sobretudo, ao processo de desenvolvimento promovido na sociedade ocidental, desde o surgimento, na Alemanha, da imprensa com tipos móveis, por volta de 1450, segundo Burke (2003), e, mais precisamente, com a expansão da industrialização nos meios produtivos, em cujo ambiente se desenvolverá a imprensa capitalista.

Modernidade significa um aumento quantitativo e qualitativo da pluralização. São conhecidas as causas estruturais desse fato: crescimento populacional e migração e, com isso, um aumento de cidades – pluralização no sentido físico e demográfico; economia de mercado e industrialização que misturam pessoas dos mais diferentes tipos e que as forçam a chegar a um entendimento mais ou menos pacífico; estado de direito e democracia que garantem institucionalmente este entendimento; os meios de comunicação de massa que exibem constantemente e com insistência uma pluralidade de modos de pensar e viver: tanto por material impresso que com base na alfabetização massificada, foi difundido entre a população inteira através da obrigatoriedade escolar, quanto pelos meios eletrônicos mais modernos (BERGER; LUCKMANN, 2005, p.49).

Nesse sentido, é possível compreender que a modernidade traz em seu bojo a tolerância como uma virtude ‘elucidativa’, permitindo que diferentes indivíduos com diferentes valores, princípios e culturas consigam conviver em um mesmo espaço social. Destarte, é corrente dizer que o pluralismo seja um fenômeno presente nas sociedades, onde diferentes formas de vida se encontram em interação, construindo e ressignificando uma produção de sentidos. Não se trata, portanto, de um fenômeno moderno, mas se encontra vinculado ao desenvolvimento sociocultural do homem, em interação com o seu mundo

[identidade cultural] e o mundo exterior [outras formas de cultura] - (BERGER; LUCKMANN, 2005).

Portanto, será nesse cenário que se terá o nascimento das ‘indústrias’ de mídia, com novos alicerces de poder simbólico, relacionados às transformações ocorridas no período histórico conhecido como Idade Moderna, mais precisamente na segunda metade do século XV, quando se tem o desenvolvimento da imprensa com novas técnicas de impressão desenvolvidas por Gutenberg, expandindo-se pelos centros urbanos europeus (THOMPSON, 2004).

Essas novas técnicas garantidas pelo desenvolvimento das primeiras máquinas de impressão ganham espaço na expansão de oficinas, cujo sucesso e sua supervivência dependeram de sua capacidade efetiva de mercantilizar formas simbólicas, tendo em sua maioria uma atuação como empresas comerciais, contribuindo para o crescimento da economia capitalista desde o final da Idade Média e o início da Era Moderna na Europa, passando a existir, a partir de 1480, mais de cem cidades europeias com tipografias instaladas, com um florescente comércio de livros, cuja produção, até o final do século XV, era estimada em cerca de 35.000 edições, “importando em pelo menos 15 a 20 milhões de cópias em circulação” (THOMPSON, 2004, p. 56), o que constitui a imprensa capitalista não apenas como um instrumento do crescimento econômico mas também de:

[...] novas bases do poder simbólico que permaneceram em relações ambivalentes com as instituições políticas dos estados emergentes, por um lado, e com aquelas instituições religiosas que reivindicavam certa autoridade sobre o exercício do poder simbólico, por outro lado. O advento da indústria gráfica representou o surgimento de novos centros e redes de poder simbólico que geralmente escapavam ao controle da Igreja e do estado, mas que a Igreja e o estado procuravam usar em benefício próprio e, de tempos a tempos, suprimir (THOMPSON, 2004, p. 54).

Muito da produção desses primeiros livros foi feito em latim, passando a ser chamado de incunábulo. Sua origem vem da expressão latina *in cuna*, que significa berço, por se reportar aos primórdios da tipografia. Esses primeiros momentos da produção tipográfica apresentaram uma significativa produção de obras de caráter religioso com cerca de 45% do que era produzido. Nessa demanda encontram-se muitas edições da Bíblia em Latim e em línguas vernáculas, assim como outros livros usados em cultos e orações particulares. Houve ainda nessas primeiras tipografias, a impressão de “livros de filosofia e teologia clássica e

medieval, ao lado de textos sobre assuntos jurídicos e científicos, que eram destinados principalmente para a clientela universitária” (THOMPSON, 2004, p. 56).

Na verdade, toda essa produção gráfica das primeiras tipografias caminhava na consolidação e expansão de um comércio já existente antes da invenção da imprensa com tipos móveis, pois no decorrer do *Medievo* já havia uma comercialização de livros manuscritos produzidos por monges copistas em instituições monásticas, “como também por copistas trabalhando em sistemas de produção para comerciantes leigos, que forneciam livros para as faculdades universitárias e para as ordens mendicantes” (THOMPSON, 2004, p. 56).

Embora com alto custo na sua produção, o mercado gráfico tornou-se promissor ao permitir que muitas empresas fossem constituídas nos moldes capitalistas, algumas com capital suficiente para investir na aquisição dos meios produtivos como oficinas, máquinas, papel e outras matérias-primas para a sua produção, operando como editores na seleção do material que seria impresso e assumindo os possíveis riscos desta atividade. Outros necessitavam de ajuda financeira externa de grupos privados como:

[...] editores ou livreiros, que escolhiam o material a ser impresso e os encomendavam; em outros casos, eles eram encomendados pela Igreja ou pelo estado para produzir textos litúrgicos e publicações oficiais. [...] As organizações tipográficas e editoras que emergiram nos primórdios da Europa moderna eram instituições culturais e econômicas. Este caráter duplo refletia-se na atmosfera distintiva de muitas destas primeiras casas editoras, que não eram somente centros de comércio, mas lugares de encontros para clérigos, eruditos e intelectuais (THOMPSON, 2004, p. 56-57).

A abrangência do que era impresso trouxe contribuições consideráveis para o pensamento da sociedade europeia, que, embora tenha apresentado baixo índice de alfabetizados no início da Era Moderna, conseguiu promover nos marcos da Reforma Protestante, no início do século XVI, por motivos diversos, investimentos no processo de alfabetização.

Pela imprensa, muitos dos clássicos puderam ser publicados em múltiplas edições, e alguns desses primeiros editores passaram a ter uma produção especializada em diversas áreas das ciências, além de publicações de origem popular como manuais práticos, livros de conduta e os almanaques que traziam informações sobre práticas comerciais, com orientações de como calcular o custo de bens, fornecendo, também, orientações em tabelas que ajudavam a fazer a conversão monetária e a conversão de sistemas de medidas, auxiliando os negociantes em suas transações comerciais.

Segundo Thompson (2004), foram as elites urbanas instruídas e o clero que se tornaram os primeiros e principais leitores, e os principais clientes das primeiras editoras. Nessas elites estavam presentes professores, estudantes, classes emergentes e uma elite política. “A imprensa criou um novo fluxo de dados, gráficos, mapas e teorias que seriam consultados, discutidos e debatidos por estudiosos em toda Europa” (THOMPSON, 2004, p. 59).

Ao longo do tempo a sociedade moderna passou a usufruir cada vez mais dos benefícios do desenvolvimento da imprensa, transformando os padrões e os meios de comunicação. Todavia, antes do advento da imprensa já havia uma rede regular de comunicação estabelecida na Europa. Segundo Thompson (2004), é possível apresentar alguns tipos de redes de comunicação existentes antes do surgimento da imprensa em meados do século XV.

Existia uma rede controlada pela Igreja Católica, permitindo ao papado em Roma estabelecer contato com as ordens eclesiásticas e as elites políticas disseminadas por toda a cristandade. Havia também as redes estabelecidas pelas autoridades políticas dos estados e principados em territórios particulares, facilitando a comunicação das normas internas e as relações diplomáticas entre si.

Outro tipo de rede de comunicação relacionava-se à ampliação da atividade comercial, favorecida pelo aumento de novas oficinas e de estabelecimentos bancários, que passaram a fornecer informações de forma comercial no seu espaço de atuação nas cidades, nos principados, nas aldeias e até em outros estados, por meio de seus mascates e, ainda, de modo informal pelos trovadores e contadores de história.

A dinâmica dos meios comunicacionais promoveu o aparecimento de muitos periódicos que se especializaram em relatar eventos e transmitir informações de caráter político e comercial, favorecendo a imprensa na reprodução e na disseminação de notícias.

Essa imprensa chegava a noticiar alguns acontecimentos com folhetos informativos e polêmicos, sentenças oficiais, acontecimentos militares, desastres naturais, fenômenos sobrenaturais, discurso de autoridades..., enfim, uma vasta fonte de informações sobre acontecimentos correntes com publicações avulsas que passam a construir um caráter noticiável, apresentando o surgimento do comércio de notícias como algumas das características originárias dos jornais modernos, cuja dinâmica passa a se constituir a partir da primeira década do século XVII (THOMPSON, 2004).

A partir dessa analogia compreende-se que o sentido de notícia possui uma dinâmica de entendimento ligada ao momento conjuntural e suas repercussões a *posteriori*. Nele se encontra a percepção dos acontecimentos, a sensibilidade do problema, o conhecimento dos fatos, a perspicácia da repercussão, as questões ideológicas, o jogo de estratégias, dentre outras.

Mas, segundo Traquina (2004), a dificuldade de explicar o que vem a ser notícia tem sido um desafio em diversos estudos sobre o jornalismo, assim como especificar os seus critérios de noticiabilidade.

O conceito de notícia encontra-se inteiramente ligado à produção e ao processo de transformação do estado micro ao macro, do particular ao genérico, tornando público o que antes era privado. Em seu sentido etimológico, notícia diz respeito à novidade, a algo novo, a um acontecimento ou a um fato recente (MARCONDES FILHO, 2009).

A obtenção da notícia pode ser vista de duas formas: “uma, ligada a interesses de agentes sociais em fazer aparecer suas posições e seus produtos, e outra, ligada à função clássica da imprensa enquanto instrumento de utilidade pública” (MARCONDES FILHO, 2009, p. 273).

A partir da compreensão da relação existente no conceito de notícia e na forma de obtenção da notícia, não se pode negar a influência das questões ideológicas que permeiam determinados grupos / redes e empresas do setor jornalístico, construindo um cenário previsível da existência de critérios de noticiabilidade e de valores-notícia que são partilhados pelo grupo jornalístico empresarial.

[...] o conceito de **noticiabilidade** como o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia, que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável, por isso, possuindo “valor-notícia” (*newsworthiness*). (TRAQUINA, 2004, p. 96).

Traquina (2004), ao fazer um estudo sobre os critérios de noticiabilidade, envolvendo três momentos históricos - as primeiras décadas do século XVII, os anos 30-40 do século XIX e os anos 70 do século XX - percebe que os valores-notícia básicos têm variado pouco no decorrer do tempo, geralmente voltados aos acontecimentos extraordinários: “o insólito ‘o

homem que morde o cão’, o atual, a figura proeminente, o ilegal, as guerras, a calamidade e a morte” (TRAQUINA, 2004, p. 97).

Em sua análise, Traquina (2004) apresenta as “folhas volantes” existentes em Veneza no século XVI, no México em meados do século XVI e na Inglaterra nas primeiras décadas do século XVII, como um instrumento de divulgação da notícia diferente do jornalismo, por dedicarem-se habitualmente a um único tema e não a uma variedade de assuntos comumente veiculados nos jornais, e por se deter, mais especificamente, às questões relacionadas às notícias de cunho moralistas e de interpretações religiosas.

Segundo Traquina (2004), num total de vinte e cinco “folhas volantes” publicadas na Inglaterra no ano de 1616, um terço delas foi dedicado a assassinatos, outro terço era relacionado às notícias, em que constava um discurso do rei, sobre as celebridades, sem ênfase às notícias locais e aos setores mais baixos da sociedade; ainda informa que fatos relacionados a catástrofes, a milagres, a acontecimentos bizarros e a abominações antecederam, nas folhas volantes, o que mais tarde seria tratado nos jornais. Assim, as notícias que produziam o maior espanto, a maior surpresa ou o mais profundo êxito, gerando as maiores repercussões no meio social, passam a agregar valores-notícia, construindo os critérios de noticiabilidade.

Ao continuar sua análise sobre os períodos históricos do jornalismo, Nelson Traquina identifica no decorrer do século XVIII um jornalismo predominantemente de cunho político e os meios de comunicação vistos como uma arma política, nos quais, até os anos 30 do século XIX, quando do aparecimento da *penny press*, predominavam as notícias com assuntos de ordem política e econômica.

Em uma análise da passagem da sociedade feudal para a sociedade moderna, a qual direcionará a luz do pensamento iluminista toda a sociedade ocidental, Habermas (1984), apresenta em breves linhas, o sentido de esfera pública relacionada à redução da representatividade pública que era mediatizada pelas autoridades estamentais do *Medievo* e que teve com o desenvolvimento das atividades mercantilistas a transferência desse espaço para outra esfera, que no sentido moderno passa a ser entendida como a do poder público, com uma correspondente atribuição de atividades continuadas e mantidas pelo Estado.

A redução da representatividade pública que ocorre com a mediatização das autoridades estamentais através dos senhores feudais cede espaço a uma outra esfera, que é ligada à expressão esfera pública no sentido moderno: a esfera do poder público. Esta se objetiva numa administração permanente e no exército permanente; à

permanência dos contatos no intercâmbio de mercadorias e de notícias (bolsa, imprensa) corresponde agora uma atividade estatal continuada. O poder público se consolida em algo antitético e que apenas é tangenciável por aqueles que lhe são meros subordinados e que, de início, só encontram nele a sua própria definição negativa. Pois eles são pessoas privadas que, por não terem qualquer cargo burocrático no Estado, estão excluídos da participação no poder público. Neste sentido estrito, “público” torna-se sinônimo de estatal; o atributo não se refere mais à “corte” representativa, com uma pessoa investida de autoridade, mas antes ao funcionamento regulamentado, de acordo com competências, de um aparelho munido do monopólio da utilização legítima da força. O poderio senhorial transforma-se em “polícia”; as pessoas privadas, submetidas a ela enquanto destinatárias desse poder, constituem um público (HABERMAS, 1984, p. 31-32).

A partir da análise feita por Habermas (1984), compreende-se que será na fase da reestruturação da ordem pública e social do período mercantilista do capitalismo que se terá a explosão da imprensa capitalista com ênfase nos assuntos ligados amplamente às questões políticas e mercadológicas.

A partir de meados do século XIX, um novo jornalismo com interesse em focalizar assuntos locais, e reportagens sensacionalistas, passa a existir como um novo produto de consumo, tendo como receptores os setores menos instruídos da sociedade, uma forma de redirecionar o produto jornalístico para a ampliação de seu consumo em outros estratos sociais. Não se trata, contudo, de uma medida democrática buscando a redução das desigualdades de acesso ao conhecimento e à informação, mas à inserção de novos sujeitos consumidores de uma nova classe emergente de consumo midiático.

Um exemplo clássico encontra-se nessa mesma época nos Estados Unidos, no jornal *New York Sun*, que não apenas trazia informações mais acessíveis ao leitor, como também divulgavam em suas páginas, notícias relacionadas a escândalos, histórias de crimes e tragédias. Essas notícias contemplavam e buscavam o entretenimento e o interesse do homem comum, identificando-se com a cultura do espetáculo. A grande repercussão dessas notícias possibilitou, em menos de quatro anos do lançamento desse tipo de jornal, um número expressivo de vendas, chegando a reproduzir cerca de 30.000 exemplares vendidos diariamente (TRAQUINA, 2004).

Na análise do terceiro período histórico, correspondente aos anos 70 do século XX, Traquina (2004), com fundamento nos estudos de Herbert Gans (1979), ao analisar os telejornais das redes norte-americanas CBS, ABC e NBC, no ano de 1967, e as revistas *Newsweek* e *Time*, em alguns anos da década de 1970, demonstra que no respectivo período

histórico há uma importância das notícias com “qualidades duradouras” e do valor-notícia relacionado a um caráter de “notoriedade” com evidência do ator.

Esses estudos apontam os assuntos relacionados ao governo dos Estados Unidos - ao presidente da República, a ministros, a secretários; à família Kennedy e a pessoas conhecidas e envolvidas em escândalos - como notícias.

Os estudos demonstraram que nos anos pesquisados, entre 45% e 56% dos assuntos noticiados eram relacionados ao governo. Contudo, as pessoas não conhecidas só conseguiam ter visibilidade nessa imprensa quando participavam de manifestações ou estavam envolvidas em tumultos, vítimas de desastres naturais ou sociais, ou ainda com transgressões morais e legais (TRAQUINA, 2004).

Para além destas atividades ligadas ao governo, a principal categoria de acontecimentos é a categoria crimes, escândalos e investigações, que varia entre 17 e 34 por cento, nomeadamente nas revistas de informação em 1975. Três outras categorias de acontecimentos conquistam uma presença em todos os meios e em todos os anos: os protestos violentos e não-violentos, os desastres e o insólito. A categoria “protestos” representa entre 3 e 13 por cento dos acontecimentos, nas revistas informativas de 1967 e 1971. A categoria “desastres” marca sempre a sua presença, mas é bastante mais alta nos telejornais televisivos, 14 por cento, comparado com 1 por cento a 5 por cento nas revistas informativas em 1967, 1971 e 1975. Por fim, a categoria do “insólito” está sempre presente, variando entre 2 e 4 por cento das notícias nas revistas informativas e nos telejornais televisivos analisados (TRAQUINA, 2004, p. 100-101).

Com fundamento nos estudos de Galtung e Ruge (1965/1993), Traquina (2004), apresenta 12 (doze) categorias de valores-notícia como tentativa de identificação sistemática de análise no fluxo das notícias, um mecanismo que passa a nortear a comunidade interpretativa dos jornalistas, conforme apresentado na tabela 1:

Tabela 1 - Categorias de valores-notícia / Relação de identificação - Estudos de Galtung e Ruge

CATEGORIAS DE VALORES-NOTÍCIA	RELAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO
Frequência	Refere-se ao tempo necessário para que um acontecimento adquira um significado.
Amplitude	Relaciona-se aos limites que o acontecimento terá que ultrapassar antes de ser registrado como notícia.
Menos ambiguidade (clareza ou falta de ambiguidade)	Diz respeito à facilidade de percepção do acontecimento. Quanto menos ambiguidade mais perceptível será o acontecimento.
Significância	Relaciona-se ao valor-notícia com duas interpretações. Primeiro com a relevância do impacto causado e segundo com a proximidade nomeadamente cultural.
Consonância	Faz a relação de um acontecimento novo com uma pré-imagem mental em que esse acontecimento “novo” é construído.
Inesperado	Relaciona-se com o imprevisível; os mais inesperáveis possuem a maior

Continuidade	probabilidade de se tornar notícia.
Composição	Trata do fato de o acontecimento, após se tornar “notícia”, continuar a ser definido como notícia por algum tempo, mesmo havendo a redução de sua amplitude.
Nações de elite	Trata-se da proeminência das nações em destaque.
Pessoas de elite	Trata-se da proeminência do ator dos acontecimentos.
Personalização	Tese de que as notícias têm a tendência de apresentar os acontecimentos como frases em que existem um sujeito, pessoa ou coletividade composto por algumas pessoas, e o acontecimento passa então a ser visto em decorrência das ações desta ou destas pessoas.
Referência a algo negativo	Relaciona-se às notícias que se apresentam mais facilmente consensuais e inequívocas, que mais facilmente satisfazem o critério de frequência e que são mais inesperadas que as positivas.

Fonte: Traquina (2004, p. 101-103).

Ainda sobre a análise acadêmica dos valores-notícia, Traquina (2004), faz menção às contribuições dos estudos dos investigadores canadenses: Richard Ericson, Patrícia Baranek e Janet Chan (1987), ao apresentar suas abordagens sobre os valores-notícia ou os critérios de noticiabilidade. Segundo os autores, os valores-notícia não possuem características imperativas, mas apresentam elementos que permitem aos jornalistas distinguir a importância dos acontecimentos que apresentem alternativas de escolhas a considerarem como noticiáveis. Nesse sentido, são apresentadas 7 (sete) categorias de análise conforme descritas na tabela 2:

Tabela 2 - Categorias de valores-notícia / Relação de identificação - Estudos de Richard Ericson, Patrícia Baranek e Janet Chan

CATEGORIAS DE VALORES-NOTÍCIA	RELAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO
Simplificação	Refere-se a um valor-notícia semelhante à clareza apresentada por Galtung e Ruge.
Dramatização	Faz-se referência a como o acontecimento pode ser reconhecido e desenvolvido dramaticamente. Destaca-se sua proximidade cultural e o personagem que está envolvido nesse acontecimento.
Personalização	Refere-se a valores-notícia com evidência no ator; personalidades-chave.
Continuidade	Refere-se à capacidade de se dar um novo enquadramento ao acontecimento a fim de atribuir-lhe uma continuidade ao seu caráter noticioso.
Consonância	Refere-se a valores-notícia que já tiveram enquadramentos prévios e que podem apresentar resultados previsíveis e com continuidade.
Inesperado	Refere-se a valores-notícia que, por não se encontrar na órbita de um enquadramento cotidiano, tornam-se bastante noticiosos, principalmente se apresentarem teor negativo.
Infração	Refere-se a valores-notícia que têm por observância a função de policiamento da sociedade com atenção particular sobre o governo: a infração das leis, a má gestão, crimes, desvios, corrupções, questões relacionadas aos direitos humanos, entre outros.

Fonte: Traquina (2004, p. 104-106).

Na análise feita pelos autores Richard Ericson, Patrícia Baranek e Janet Chan, percebe-se que a maioria das categorias apresentadas encontra-se identificadas nos estudos de Galtung e Ruge (1965/1993), citadas por Traquina (2004), conforme apresentadas na tabela 1.

Contudo, a função de “policiamento da sociedade” identificada na categoria ‘infração’, tem possibilitado conferir aos meios de comunicação uma credibilidade pública ao trabalho jornalístico, ao permitir a revelação de informações de interesse público, imprescindível ao processo democrático em um Estado de direito; ou ainda, a manutenção e o controle do poder por meio da reprodução ideológica. Sem dúvida, a falta desse espaço público dificultaria as repercussões noticiosas e suas interações nos meios social e midiático, indispensáveis ao funcionamento da imprensa e ao trabalho de seus jornalistas.

Com base nos estudos de Mauro Wolf, constatou-se que os valores-notícia encontram-se em todo o processo de construção da notícia, ou seja, tanto na seleção como na elaboração da produção jornalística, estabelecendo-se, assim, uma distinção entre valores-notícia de seleção e valores-notícia de construção (TRAQUINA, 2004).

Para Wolf, os valores-notícia de seleção referem-se aos critérios que os jornalistas utilizam na seleção dos acontecimentos, isto é, na decisão de escolher um acontecimento como candidato à sua transformação em notícia e esquecer outro acontecimento. Os valores-notícia de seleção estão divididos em dois subgrupos: a) os critérios substantivos, que dizem respeito à avaliação direta do acontecimento em termos da sua importância ou interesse como notícia, e b) os critérios contextuais, que dizem respeito ao contexto de produção da notícia. Os valores-notícia de construção são qualidades da sua construção como notícia e funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na construção do acontecimento como notícia (TRAQUINA, 2004, p. 107-108).

Portanto, baseado nos estudos de Wolf, para a apreciação da distinção existente entre os valores-notícia de seleção e os valores-notícia de construção, serão apresentadas nas tabelas seguintes algumas categorias que, em certa medida, dialogam com as que foram construídas com base nos estudos de Galtung e Ruge e nos estudos de Richard Ericson, Patrícia Baranek e Janet Chan, possibilitando identificar, em alguns casos, um maior grau de clareza ou proximidade entre essas categorias de análise, além das contribuições da compreensão consensual dos valores-notícia, apresentadas na tabela 4, pelos estudiosos: John Hartley, Stuart Hall e Daniel Hallin.

Tabela 3 - Categorias de valores-notícia de seleção - critérios substantivos - Estudos de Mauro Wolf

CATEGORIAS DE VALORES-NOTÍCIA DE SELEÇÃO – CRITÉRIOS SUBSTANTIVOS	RELAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO
A Notoriedade	Valor-notícia fundamental para o meio jornalístico, com evidência no ator.
A Proximidade	Valor-notícia que analisa a proximidade do acontecimento tanto em termos geográficos como em termos culturais.
A Relevância	Valor-notícia que põe em evidência a capacidade de impacto que o acontecimento terá na vida das pessoas.
A Novidade	Valor-notícia que busca atrelar ao novo acontecimento um atrativo de consumo.
O Fator tempo	Valor notícia na forma de atualidade que busca estender a repercussão do acontecimento noticiável, ou que possa servir de <i>news peg</i> “cabide” para outro acontecimento que tenha relação. Assim, por exemplo, dias, semanas e datas comemorativas servem de ‘cabides’ para justificar falar sobre determinados assuntos.
A Notabilidade	Valor-notícia cuja qualidade é ser visível, ser tangível, sua evidência encontra-se nos acontecimentos e não na problemática que estes apresentam, limitando-se muitas vezes aos aspectos observáveis. Ex.: a quantidade de pessoas em um determinado evento; o sentido inverso de um acontecimento; o insólito; a falha; o excesso e a escassez são aspectos que creditam teor de notabilidade ao acontecimento.
O Inesperado	Valor-notícia que surpreende, irrompe e quebra a rotina do meio jornalístico, com dimensão expressiva de noticiabilidade.
O Conflito ou a Controvérsia	A violência: física ou simbólica.
A Infração	Valor-notícia que relaciona tudo que corresponda à violação, transgressão das regras e normas estabelecidas, bastante exploradas no jornalismo investigativo.

Fonte: Traquina (2004, p. 108-113).

Tabela 4 - Outros estudiosos / Compreensão consensual de valores-notícia

OUTROS ESTUDIOSOS	COMPREENSÃO CONSENSUAL DE VALORES-NOTÍCIA
John Hartley Stuart Hall	Valores-notícia formam um código muito particular; um código ideológico. Valores-notícia são vistos como um “mapa cultural” do mundo social que pressupõe uma “estrutura profunda”, que esconde as noções consensuais que permitem compreender os espaços do normal e do desvio, do legítimo e do ilegítimo no funcionamento da sociedade.
Daniel Hallin	Na compreensão deste autor os valores-notícia apresentam-se em três esferas distintas: a) Esfera do consenso - espaço em que se encontram os valores consensuais da sociedade: Ex. a pátria, a maternidade, a liberdade. Nessa esfera os profissionais da mídia assumem um papel conservador e legitimador. b) Esfera da controvérsia legítima- busca analisar a objetividade da prática jornalística. A neutralidade e o equilíbrio são vistos como virtudes dessa prática. c) Esfera do desvio legítimo – Nela se encontram os atores e os pontos de vista político que são rejeitados pelos jornalistas e pelos valores dominantes vistos como marginais. Desempenha a função de exhibir, censurar e até eliminar da agenda pública as notícias que infringem os valores do consenso. E ainda, apoia a distinção consensual entre

	atividades políticas sobre o que venha ser legítimo e o que venha ser ilegítimo. Ou seja, o que pode ou não ser dito. Fonte: Traquina (2004, p. 113-115).
--	--

Tabela 5 - Categorias de valores-notícia de seleção - critérios contextuais - Estudos de Mauro Wolf

CATEGORIAS DE VALORES-NOTÍCIA DE SELEÇÃO – CRITÉRIOS CONTEXTUAIS	RELAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO
A Disponibilidade	Valor-notícia que analisa a facilidade em realizar a cobertura do acontecimento com os meios inerentes a sua produção.
O Equilíbrio	Valor-notícia que procura dosar a quantidade de acontecimentos noticiáveis sobre o mesmo tema ou assunto, podendo, inclusive, rejeitar a produção da notícia por já ter sido feito ‘algo’ em torno daquele ‘tema ou assunto’ recentemente.
A Visualidade	Valor-notícia que apresenta elementos visuais, como filmes, fotos, etc. A produção da imagem é um fator fundamental de noticiabilidade, principalmente para os meios televisivos.
A Concorrência	Valor-notícia que tem como atrativo de noticiabilidade a exclusividade ou o furo no jornalismo ‘catcha’, bem como, a busca por um ‘formato’ que lhe seja o grande diferencial entre os demais concorrentes.
O Dia noticioso	Valor-notícia que analisa a concorrência entre os acontecimentos, permitindo que acontecimentos mais noticiosos sufoquem outros acontecimentos menos noticiosos, mesmo sendo estes merecedores de serem notícias. De outro modo, acontecimentos menos noticiosos passam a ser notícia pela falta de grandes acontecimentos noticiosos. Ou seja, o desafio de tornar algo noticioso, tendo grandes ou pequenos acontecimentos merecedores de se tornarem notícias.

Fonte: Traquina (2004, p. 115-117).

Tabela 6 - Categorias de valores-notícia de construção - Estudos de Mauro Wolf

CATEGORIAS DE VALORES-NOTÍCIA DE CONSTRUÇÃO	RELAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO
A Simplificação	Valor-notícia que tal como a análise dos estudiosos canadenses Richard Ericson, Patrícia Baranek e Janet Chan, avalia que um acontecimento com menos ambiguidade e mais clareza, apresenta uma maior possibilidade de tornar a notícia compreendida e aceitável.
A Amplificação	Valor-notícia já apresentado por Galtung e Ruge, cuja lógica enfatiza que, quanto mais amplificado for o acontecimento, mais possibilidades haverá de a notícia ser percebida. Esse ‘amplitude’ poderá decorrer tanto do acontecimento em si, quanto das consequências de sua repercussão.
A Relevância	Valor-notícia que busca atrelar ao acontecimento o maior número de sentidos relevantes possíveis, que possam atingir os interesses das pessoas..
A Personalização	Valor-notícia que, tal como a análise de Galtung e Ruge e de Richard Ericson, Patrícia Baranek e Janet Chan, compreende que, quanto mais personalizado for o acontecimento, seja positivo ou negativo, mais se amplia a possibilidade de a notícia ser percebida.
A Dramatização	Valor-notícia que tal como a análise dos estudiosos canadenses Richard Ericson, Patrícia Baranek e Janet Chan, reforça a compreensão nos aspectos críticos, de natureza emocional e conflituosa.

A Consonância	Valor-notícia já apresentado por Galtung e Ruge, cuja ênfase é dada a um acontecimento do presente que apresenta uma conexão com ‘algo’ noticioso do passado. Ou seja, a notícia passa a ser construída em um contexto já conhecido pelo receptor, ampliando-se a possibilidade de debates/discussões de ‘novos’ acontecimentos em ‘velhas’ estórias.
----------------------	---

Fonte: Traquina (2004, p. 117-118).

A partir dos valores-notícia de seleção com base nos critérios substantivos, percebe-se que muitas das categorias expostas apresentam pressupostos que permitem identificar uma natureza consensual, ajudando na percepção e na construção de uma sociedade que amplia o “consenso” sobre determinados temas ou assuntos. Dessa forma, consenso traduz o significado de unidade, dando uma ideia de interação e pertencimento visivelmente presentes em enunciados na ‘esfera pública’ que procuram identificar /interagir o seu sentido político. Assim, o crime, por exemplo, por ser pensado como uma ação ‘ilegítima’, tornou-se um consenso negativo na sociedade pela definição da Lei.

[...] o consenso requer a noção de unidade: uma nação, um povo, uma sociedade, muitas vezes traduzida simplesmente para o “nosso” – a nossa indústria, a nossa polícia, a nossa balança de pagamentos. Esta visão nega quaisquer discrepâncias estruturais mais importantes entre grupos diferentes, ou entre os próprios mapas diferentes do significado numa sociedade, e ganha assim significado político (TRAQUINA, 2004, p. 113).

Portanto, na abordagem sobre os valores-notícia, Traquina (2004) também apresenta estudiosos que são referenciados em sua obra por meio de suas análises, contribuindo com suas compreensões e entendimentos sobre esse caráter ‘consensual’, que, por sua lógica, são reproduzidos nos meios midiáticos (ver. Tabela 4).

Do mesmo modo, Traquina (2004) analisa como as diversas formas de percepção do acontecimento refletem na elaboração de categorias no processo de construção dos valores-notícia, por meio de suas marcas, da linguagem, da produção de sentidos, dos signos, das vozes, do posicionamento do grupo empresarial midiático, dos aspectos ideológicos que permeiam grupos e instituições, entre tantos outros que identificam e legitimam esses valores imprescindíveis ao trabalho jornalístico para a produção da notícia.

Assim, como ficou evidente, foi a partir de meados do século XIX, em meio à expansão do capitalismo mercantilista, que a indústria jornalística ampliou sua produção de bens simbólicos, incorporando novos grupos sociais à rede de consumo dos produtos midiáticos. Essa variedade de produtos disponíveis a uma multiplicidade de consumidores, segundo Thompson (2009), encontra-se, com efeito, relacionada à comunicação de massa.

Thompson (2009), ao analisar a expressão “massa”, a vê numa primeira relação com as indústrias da mídia em alguns estágios do desenvolvimento como a circulação massiva da imprensa e dos grandes conglomerados televisivos. Entretanto, também a vê em uma segunda relação, atrelada ao início do desenvolvimento da indústria capitalista do jornal e da atual mídia de livros e revistas.

Ao fazer referência ao contraponto existente nas audiências relativamente amplas na primeira relação e relativamente pequenas e especializadas na segunda, Thompson alerta que o termo “massa” não deve ser visto unicamente sob o prisma do quantitativo. Segundo esse autor, “o ponto importante sobre comunicação de massa não é que um determinado número ou proporção de pessoas receba os produtos, mas que os produtos estão, em princípio, disponíveis a uma pluralidade de receptores” (THOMPSON, 2009, p. 287).

Com origem no pensamento de Ortega y Gasset, o termo massa “designa um modo de ser do homem que ocorre hoje em todas as classes sociais e representa uma degeneração social e cultural do ser humano, que se identificaria com a média, a mediocridade” (GALENO E COSTA, 2009, p. 244).

Embora existam interpretações positivas quanto ao uso do termo “massa” ao se referir à mobilização organizada, “especialmente na tradição socialista em que conota a força e a solidariedade das classes trabalhadoras quando organizadas para fins coletivos ou quando têm de resistir à opressão” (MCQUAIL, 2003, p. 41), as associações feitas aos acontecimentos de massa têm refletido um sentido negativo dominante.

Essa percepção negativa às massas talvez esteja fundamentada nos valores sociais e culturais no Ocidente, que, segundo McQuail (2003), tem como características o elitismo e o individualismo em oposição ao coletivo, agregando a este a multiplicidade de pessoas comuns, a carência de ordem ou de organização, a indiferenciação e, ainda, um baixo desenvolvimento sociocultural.

Assim como o termo “massa” não se encontra restrito ao enfoque quantitativo na perspectiva thompsoniana, o termo “comunicação” também requer algumas considerações. Para esse autor, a comunicação de massa possibilita uma via de mão única do transmissor para o receptor, a saber:

[...] a comunicação de massa institui uma ruptura fundamental entre o produtor e o receptor, de tal modo que os receptores têm relativamente pouca possibilidade de contribuir no curso e no conteúdo do processo de comunicação (THOMPSON, 2009, p. 288).

É por essa razão que Thompson afirma que os termos “transmissão” ou “difusão” são os mais apropriados, no lugar de “comunicação”, visto que no contexto da comunicação de massa, os receptores são consumidores, que dispõem de diferentes tipos de produtos midiáticos a sua escolha e que, muitas vezes, suas opiniões são consideradas e utilizadas por essas empresas de mídia para a expansão e a divulgação de seus produtos.

Contudo, num sentido amplo, a comunicação de massa é vista por Thompson como um conjunto de acontecimentos e processos que surgiram num contexto histórico transversalmente ao desenvolvimento de empresas que exploravam novas plataformas de fixação e reprodução de produtos midiáticos na sociedade. Essa sociedade movida pela transição e pelo pluralismo constituiu-se em um ponto nodal para a reprodução das ordens de valores que se resignificava à luz das correntes de pensamento, movimentando a produção de sentidos no meio social.

Paralelamente, tem-se um crescimento significativo da indústria jornalística favorecida pelo desenvolvimento tecnológico, que possibilitou a melhoria nos métodos de produção e distribuição dos produtos midiáticos em escala comercial, formatando-se na estrutura produtiva da comunicação de massa.

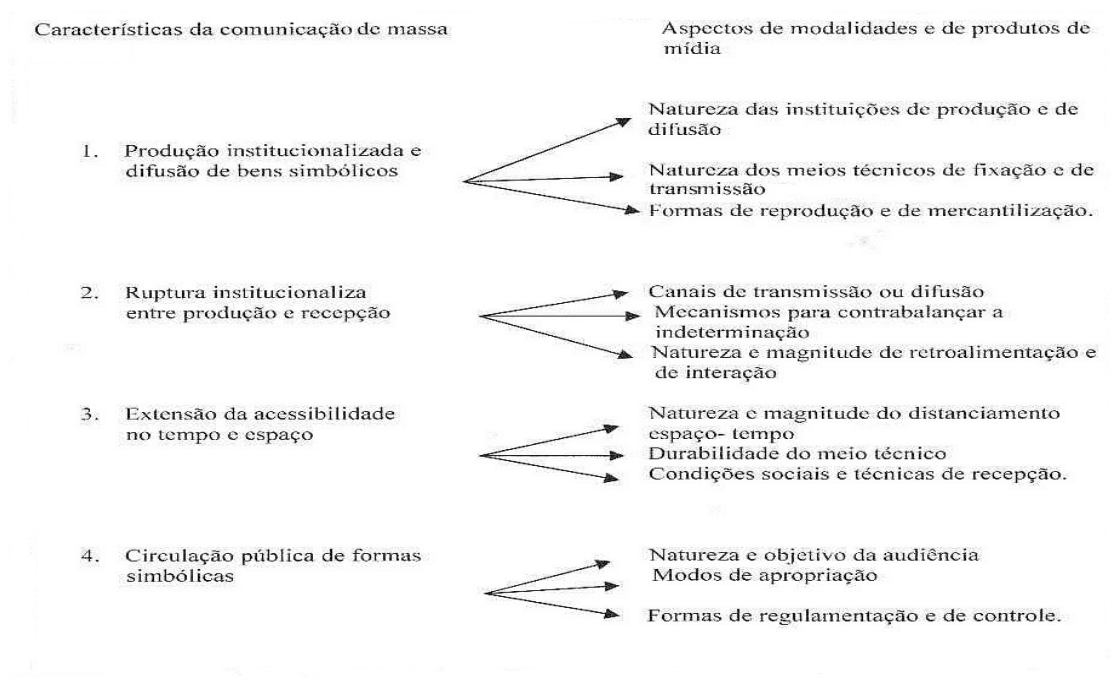
Nesse sentido, convém ressaltar que Thompson (2004, p. 32), usará a “expressão ‘comunicação de massa’ [para se] referir à produção institucionalizada e difusão generalizada de bens simbólicos através da fixação e transmissão de informação ou conteúdo simbólico”. Desta maneira a imprensa nos moldes da indústria capitalista passa a ser entendida como uma comunicação de massa que interage com a classe média com fins de utilidade pública, divulgando acontecimentos, propagando ideias e valores, com a lógica da produção, circulação e consumo de bens culturais e simbólicos, além de possibilitar, por meio de seus editoriais e da mercantilização da informação de seus noticiários, a representação de uma elite que procurava se firmar nas estruturas de poder.

Essa imprensa transformada em comunicação de massa se constituiu em um importante protagonista do ‘poder’ massificador nas sociedades democráticas, passando, em certa medida, a ‘ameaçar’ o poderio do Estado, ‘obrigando-lhe’ a considerar o seu espaço na esfera pública, por sua capacidade em agregar interação e envolvimento.

Em sua análise ampliada sobre as modalidades da comunicação de massa, Thompson (2009) apresenta alguns caminhos com aspectos que permitem identificar determinadas características das modalidades da comunicação de massa, que podem variar de uma a outra,

segundo as condições de produção do meio social e os contextos de difusão e recepção de bens simbólicos, conforme apresentadas na figura 01 abaixo:

Figura 1 - Aspectos das Modalidades da Comunicação de Massa



Fonte: Thompson (2009, p. 293).

Com base nos aspectos e modalidades da comunicação de massa apresentados por Thompson (2009), foi possível identificar a existência de parte de algumas dessas características, a partir da análise dos editoriais e noticiários do Jornal do Commercio e do jornal A Tribuna Religiosa, na análise das notícias concernentes ao Levante Tenentista em julho de 1922.

A princípio, numa análise preliminar, ficaram evidentes alguns aspectos da primeira e da quarta características da comunicação de massa apresentada por Thompson (2009), conforme a figura 1, quando se tem a fluente importância da imprensa capitalista nos meios de comunicação no primeiro quartel do século XX, em particular pela atuação da mídia impressa que, mediante seus critérios de noticiabilidade, permitiu construir, estrategicamente, valores-notícia como meios de produção e transmissão institucionalizados de fixação de bens simbólicos na produção de sentidos sobre o que era noticiado, fortalecendo a partir de seus enunciados um discurso na esfera pública.

Portanto, será no amplo espaço da ‘esfera pública’ que o discurso das ideologias ganhará dimensão, constituindo-se em aparelhos organizatórios de crenças, buscando realizar interpretações de fenômenos sociais e políticos que favoreçam a mobilização de movimentos sociais e justifiquem exercícios do poder (THOMPSON, 2009).

Assim, na abordagem feita por Thompson (2009), torna-se evidente o caráter de interação no meio social que a comunicação de massa consegue promover nas sociedades ditas ‘modernas’.

Nesse sentido, evidencia-se essa ‘interação’ da comunicação de massa no desenvolvimento da indústria capitalista jornalística, por envolver sua capacidade de mercantilização da produção cultural de bens simbólicos no comércio de notícias, incorporando, nesses produtos, uma valorização econômica, variando desde os meios técnicos em que são produzidos às estruturas das instituições a que estão vinculados, não excluindo sua característica de produzir em múltiplas plataformas para atender às demandas de um mercado consumidor que também interage na produção de sentidos em uma dada realidade social, pluralista e concreta.

1.3 Jornalismo e intelectuais

Desde os primórdios do jornalismo com as ‘folhas volantes’ a partir do século XVI, tem-se percebido que o olhar sobre o acontecimento foi o grande ‘despertar’ para se compreender que a informação se tornara um produto de consumo para a sociedade, em particular para as sociedades modernas e democráticas, conferindo às notícias o principal produto do jornalismo contemporâneo, sem um caráter ‘ficcional’, mas buscando uma ‘tentativa’ de decifrar/construir uma realidade do mundo, da vida cotidiana e de seus limites.

Dessa forma, compreende-se que o jornalismo se encontra além de suas técnicas de produção, ‘as técnicas jornalísticas’, e que, segundo a crítica do sociólogo Pierre Bourdieu, (1997 apud TRAQUINA, 2005), o jornalismo tem atuado como um campo “concorrente” do campo da atividade “intelectual” e com responsabilidade social, embora de forma restrita.

Os produtos jornalísticos são criativos, atraentes e inovadores, muitos dos quais são ressignificados pela invenção de palavras que passam a atribuir sentidos e valores em uma

dada realidade histórico-social, ou, até mesmo, a partir de um acontecimento que tenha produzido grandes repercussões no meio social. Segundo Traquina (2005).

Basta um olhar distraído aos diversos produtos jornalísticos para confirmar que é uma atividade criativa, plenamente demonstrada, de forma periódica, pela invenção de novas palavras e pela construção do mundo em notícias, embora seja uma criatividade restringida pela tirania do tempo, dos formatos, e das hierarquias superiores, possivelmente do próprio dono da empresa (TRAQUINA, 2005, p. 22).

Convém ressaltar que, assim como a tirania do tempo pode interferir nos trabalhos jornalísticos, uma sociedade sem uma imprensa livre demonstra a fragilidade de seu caráter democrático, que tenha como um dos seus princípios ou fundamentos, a liberdade, tornando-se impensável uma relação democrática sem a existência dessa imprensa.

De modo análogo é inimaginável se pensar que o jornalismo possua uma liberdade plena, mas passível de reconhecê-lo numa atividade bastante condicionada, e com uma “autonomia relativa” diante das diversas situações difíceis e imprevisíveis com que o profissional de jornalismo se depara no exercício de sua profissão.

O trabalho jornalístico é condicionado pela pressão das horas de fechamento, pelas práticas levadas a cabo para responder às exigências da tirania do fator tempo, pelas hierarquias superiores da própria empresa, e, às vezes o(s) próprio(s) dono(s), pelos imperativos do jornalismo como negócio, pela brutal competitividade, pelas ações de diversos agentes sociais que fazem a “promoção dos seus acontecimentos para figurar nas primeiras páginas dos jornais ou na notícia de abertura dos telejornais da noite (TRAQUINA, 2005, p. 25).

Com efeito, segundo a “teoria democrática” que, em termos gerais, relaciona-se ao surgimento do Estado Moderno, à construção da esfera pública e algumas liberdades essenciais garantidas pelo ordenamento jurídico, entre elas, à liberdade de imprensa, tende a apresentar uma relação simbiótica entre jornalismo e democracia, entretanto, essa mesma teoria apresenta um posicionamento antagonico entre o poder político e o jornalismo, ao situar este, desde os idos do século XIX, na estrutura do “Quarto Poder”¹, provavelmente, pela ameaça que a imprensa passou a exercer ao poder político, que por séculos se apresentou nas estruturas autocráticas ou até despóticas.

¹ Expressão cunhada pelo historiador Thomas Babington Macaulay ao se referir à imprensa do parlamento inglês e que foi absorvida pelo jornal *The Times* nas décadas de 1830, 1840 e 1850 por se considerar um “quarto poder” na conjuntura política do período.

Em uma análise social ampliada da imprensa no transcurso do século XIX para o século XX, Briggs e Burke (2006), fazem referência ao poder de atuação da imprensa em diversos países da Europa, à imprensa americana, à imprensa da Índia imperial, à imprensa japonesa e à imprensa da Rússia czarista, destacando a força que esta instituição passa a formar nas sociedades, ou seja, a imprensa passa a representar uma força social independentemente do ordenamento jurídico em que as respectivas sociedades encontram-se instituídas. Desta forma, os autores percebem que:

Em todos os países, independentemente do tipo de lei, a imprensa havia se estabelecido por volta de 1900 como uma força social que deveria ser avaliada em uma democracia futura, tanto quanto havia sido em um passado autoritário (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 196).

Nesse sentido, torna-se perceptível que o título de “Quarto Poder”, atribuído à imprensa, tem sua compreensão à reprodução de um poder “ideológico” que não se limita ao sistema político dominante, mas que atua enquanto campo de luta do poder político e social, aberto a diferentes agentes sociais com vozes alternativas.

Por esse entendimento compreende-se, também, que a “autonomia relativa” atribuída ao trabalho jornalístico tem conferido a esses profissionais uma relação com o ‘poder’, por se encontrarem diretamente vinculados ao processo de definição e produção da notícia e, conseqüentemente, na construção de uma realidade social.

Dessa forma, os fatos noticiosos tornam-se produtos de consumo, e a ‘notícia’ passa a ser vista como um elemento de grande contribuição na ‘construção’ dessa realidade, fruto do processo de interação de múltiplos agentes sociais, favorecendo as suas estratégias e interesses no campo comunicacional, a fim de consolidar o ‘xadrez’ jornalístico.

Assim, o “campo jornalístico” que, segundo Traquina (2005), deve ser entendido no lugar de jornalismo, requer um número ilimitado de agentes sociais, cujo prêmio em disputa – a ‘notícia’- exige a qualificação de profissionais que reivindicam conhecimentos ou saberes especializados.

Esse ‘campo jornalístico’ passa a ser compreendido como uma arena onde várias forças interagem, atraindo-se ou afastando-se ‘estruturadamente’, em um estado de tensão que, segundo Pierre Bourdieu, diz respeito a um “espaço social estruturado, um campo de forças” (TRAQUINA, 2005, p. 27). Esse ‘campo de forças’ apresenta-se em dois polos: o polo intelectual ou ideológico, e o polo econômico.

Ao polo intelectual/ideológico atribui-se o polo ‘positivo’, cujas características remontam à ideologia profissional desenvolvida e incorporada no decorrer do tempo, passando a definir o jornalismo como um serviço de utilidade pública, fornecendo aos cidadãos informações necessárias a sua participação na democracia e pelo ‘acesso’ à informação e ao conhecimento, atuando na defesa contra o abuso de poder. Ao polo econômico, muitos jornalistas e outros agentes sociais – vozes alternativas na sociedade - têm atribuído o sentido ‘negativo’.

Entretanto, nesse mesmo ‘campo de forças’, ou seja, o ‘campo jornalístico’, em que se desenvolveu uma ‘ideologia profissional’ atribuída como polo positivo, tem-se a consonância da teoria democrática que, mesmo antes da explosão da indústria jornalística no século XIX, pode contribuir com o jornalismo para sua inclusão na produção de bens culturais e simbólicos, elevando-se, a partir da produção industrial para uma diversidade de receptores e em múltiplas plataformas, à categoria da comunicação de massa, tornando-se um negócio bastante lucrativo e, ainda, possibilitando às notícias, sua cristalização como mercadoria, produto que passa a emergir no *status* de consumo da sociedade capitalista.

Dessa forma, muitos foram os fatores que contribuíram para fazer do século XIX o século do jornalismo e da expansão da imprensa nos moldes capitalistas, não apenas em termos de sua comercialização mas também na qualificação de seus profissionais. Assim, fatores como o desenvolvimento tecnológico, a visibilidade de questões de ordem social, a evolução do sistema econômico e do sistema político caminhando no sentido de uma ‘democracia’ foram determinantes para fazer do XIX o grande século dos acontecimentos que impulsionaram os meios de comunicação (TRAQUINA, 2005).

Nesse sentido, Traquina (2005) é bastante pertinente ao fazer uma análise da expansão do setor jornalístico no século XIX, apresentando valores que, em pleno século XXI, ainda continuam sendo identificados no campo do jornalismo.

A vertiginosa expansão dos jornais no século XIX permitiu a criação de novos empregos neles; um número crescente de pessoas dedica-se integralmente a uma atividade que, durante as décadas do século XIX, ganhou um novo objetivo – fornecer informação e não propaganda. Este novo paradigma será a luz que viu nascer valores que ainda hoje são identificados com o jornalismo: a notícia, a procura da verdade, a independência, a objetividade, e uma noção de serviço ao público – uma constelação de ideias que dá forma a uma nova visão do “pólo intelectual” do campo jornalístico (TRAQUINA, 2005, p. 34).

Com o nascimento das primeiras indústrias por intermédio de surtos industriais no Brasil do século XIX e o seu desenvolvimento no século seguinte, houve uma intensa urbanização e uma ativação nos meios produtivos, principalmente no entre guerras, com o surgimento de várias profissões no país, uma realidade decorrente do processo de industrialização do mundo moderno.

É nesse cenário que surge o jornalismo no Brasil, cuja atividade vincula-se à expansão industrial, validando sua atuação no campo da informação e do conhecimento que, através de sua utilidade pública, busca obter o reconhecimento de sua legitimidade na interação de uma responsabilidade social e de um ‘poder’ de ‘verdade’, que se tornará imprescindível na articulação do poder político na sociedade.

[...] o jornalismo é reconhecido como a instituição por excelência da opinião pública, a qual erige como fonte única e exclusiva de legitimação das leis do estado de direito, minando o fundamento teocrático da monarquia e criando as bases da legitimação democrática da sociedade moderna. A partir de então, observa que o desenvolvimento da sociedade pode ser identificado na relação que a esfera pública articulada pelo jornalismo – como racionalização pública sobre o exercício do poder – mantém com o Estado. Por outro lado, não só na atual sociedade midiaticizada, mas desde o seu advento, é inegável a utilização do jornalismo como instrumento de dominação, desenvolvendo um discurso naturalizador para reprodução do sistema estabelecido. (ROCHA e MARROQUIM, 2011, p. 2-3).

Com efeito, o jornalismo tem contribuído na formação de uma opinião pública, todavia não é necessariamente tributável ao jornalista a liberdade de expressão, visto que a liberdade de dizer o que deve ou não ser notícia encontra-se predominantemente no controle dos dirigentes do grupo midiático, direcionando as informações sobre os acontecimentos noticiáveis de acordo com o ‘código ideológico’ que é partilhado pela empresa jornalística. Ou seja, a autonomia do profissional de jornalismo é submetida à lógica da organização empresarial a que se encontra vinculada (LIMA, 2010).

Esse ‘código ideológico’ partilhado pelo grupo empresarial jornalístico pode ser apreendido como critérios de noticiabilidade, que estão relacionados à sistematização de valores-notícia, conforme foram apresentados em tópicos anteriores, podendo ser entendidos como: “[...] um elemento básico da cultura jornalística que os membros desta comunidade interpretativa partilham. Servem de ‘óculos’ para ver o mundo e para o construir” (TRAQUINA, 2004, p. 119).

Contudo, vale ressaltar que, no processo criterioso de interação do trabalho jornalístico, com a tríade produção, circulação e consumo, os quais se encontram vinculados

ao grupo midiático e a seus objetivos e interesses estratégicos, existe o desempenho de uma categoria funcional com capacidades amplas de percepção e de atuação no interesse desse grupo midiático – os intelectuais, que no período relacionado à revolução política do tenentismo, em julho de 1922, contribuíam para uma formação ideológica na sociedade recifense.

Esses jornalistas-intelectuais que atuaram nos principais jornais em circulação do Recife, no citado período, foram objeto de apreciação desta pesquisa, que teve como foco analisar sua atuação no Jornal do Commercio e no jornal A Tribuna Religiosa, por serem, respectivamente, os jornais que operavam como imprensa oficial do Estado de Pernambuco e da Igreja Católica, apresentando características de uma percepção ‘hegemônica’ quanto à legitimidade do discurso institucional do poder constituído, frente aos respectivos acontecimentos revolucionários.

A partir de uma abordagem conceitual de hegemonia em Gramsci, e com muita propriedade, Mondaini (2011) apresenta com clareza uma análise da inter-relação existente entre Estado, coerção e hegemonia. Convém ressaltar ainda que, embora a hegemonia apresente uma condição *sine qua non* para a concepção de Estado do autor dos Cadernos e das Cartas do Cárcere, sua análise não se restringe ao campo da política, ampliando-se ao campo ideológico e cultural.

O conceito de hegemonia em Gramsci nasce como corolário da nova significação por ele dada a realidade estatal. Ao definir o Estado como uma instituição formada por dois “grandes planos superestruturais” (a “sociedade civil”, onde se constrói o “consenso”, e a “sociedade política”, onde se exerce a “coerção”), ele constatou que o poder estatal não mais se legitimava puramente através da “dominação”, mas também por meio da “hegemonia” – o Estado transformara-se em “hegemonia revestida de coerção”. (MONDAINI, p. 239)

Ao buscar compreender o desempenho e a importância dos intelectuais no processo hegemônico, Simionatto (1995) expõe com semelhante clareza do autor anterior a funcionalidade dessa categoria que também atua como organizadora do grupo dominante.

Além de organizadores da função econômica, os intelectuais também são portadores da hegemonia que a classe dominante exerce na sociedade civil, seja através das diferentes organizações culturais (escola, igreja, cinema, rádio, TV, imprensa de maneira geral), bem como através de partidos políticos, que exercem a função de assegurar o consenso das classes dominadas de acordo com os valores estabelecidos pela burguesia. Eles são também os

organizadores sobre as outras classes sociais através do aparato administrativo, político, judicial e militar. (SIMIONATTO, 1995, p. 59).

Ao se analisar o conceito de intelectual trabalhado por Gramsci (1995), entende-se que as atividades da vida prática não se encontram dissociadas da intervenção intelectual, não se limitando, portanto, ao ambiente das reflexões filosóficas e dos debates políticos, mas possibilitando articulações em toda a produção humana.

Por muito tempo, ser intelectual relacionou-se ao trabalho de pessoas com uma formação acadêmica ligada, com exclusividade, ao espaço do conhecimento, das ideias e do pensamento - ao campo do raciocínio.

Esse entendimento hipossuficiente de sentido e deslocado de coerência foi redirecionado a partir dos estudos de Gramsci (1995), que analisou o trabalho intelectual vinculado à *práxis*, ou seja, a formação acadêmica não seria mais o único fator determinante para tornar alguém intelectual, contrariando o entendimento predominante da ‘intelectualidade’ do mundo moderno.

Para Gramsci (1995), o trabalho do intelectual produz um efeito no mundo da vida, em uma articulação do saber com o fazer, uma interação com toda produção social dentro de um processo histórico e dialético.

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como é o caso nos grupos sociais fundamentais, mas é “mediatizada”, em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os “funcionários”. Poder-se-ia medir a “organicidade” dos diversos estratos intelectuais, sua mais ou menos estreita conexão com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para cima). Por enquanto, pode-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, que correspondem à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico” (GRAMSCI, 1995, p. 10-11).

Para o autor italiano, a conexão teoria e prática possui um amplo valor filosófico, possibilitando, assim, ações transformadoras e organizadoras na sociedade, não restritas ao nível econômico ou político, mas ampliadas para o plano da moral, do conhecimento e para novas orientações ideológicas e culturais (GRUPPI, 1978).

Esta compreensão da análise de Gruppi (1978) é também compartilhada por Mondaini (2011), ao afirmar que Gramsci foi um pensador/teórico que conseguiu ampliar o curso do

pensamento marxista, elevando o nível da análise intelectual e deixando “de ser uma teoria unicamente voltada para a ‘reforma econômica’ para se orientar também para a ‘reforma intelectual e moral’ das sociedades modernas – criando, assim, uma nova forma antideterminista do marxismo” (MONDAINI, 2011, p.237).

Deste modo, a partir das análises apresentadas acerca do pensamento gramsciano, tem-se a compreensão de que os estudos de Gramsci contribuíram para dar à teoria marxista um salto de qualidade no seu objeto de análise, assim como o entendimento de que, em Gramsci, todos os homens, independentes de sua formação profissional, possuem essa capacidade de refletir, de desenvolver competências cognitivas, de filosofar e, ainda, de atuarem nas diversas áreas do saber humano, contribuindo para a formação e organização da vida em sociedade, portanto, de serem intelectuais.

Contudo, é inegável que nem todos os homens, mesmo dotados das faculdades e pertinências do pensamento, exerçam funções intelectivas e tenham ações organizativas enquanto uma prática social. Nesse sentido, segundo o referido autor, a força do poder que une ou diferencia os homens não vem a ser o “‘pensamento’ [em si], mas [a força do] que *realmente se pensa*” (GRAMSCI, 1989, p.43).

É esse ‘pensar’ que se materializa e se concretiza em uma prática. Assim, compreende-se que no pensamento gramsciano, o conhecimento enquanto trabalho intelectual é construído a partir das análises concretas da produção humana em um processo histórico-dialético. A história assume uma característica historicista, fruto da ação humana, e o marxismo, a filosofia da práxis, estabelecendo critérios para orientar uma pesquisa histórico-política.

[...] o termo “filosofia da práxis”, do qual fala Gramsci, não é um expediente lingüístico, mas uma concepção que ele assimila como unidade entre teoria e prática. [...] o caráter da filosofia da práxis é sobretudo o de ser uma concepção de massa”. E, em outro local, repete: “Para a filosofia da práxis, o ser não pode ser separado do pensamento, o homem da natureza, a atividade da matéria, o sujeito do objeto; se essa separação for feita, cai-se numa das muitas formas de religião ou na abstração sem sentido”. A unidade de teoria e de prática serve a Gramsci para delinear uma série de conceitos científicos capazes de interpretar o mundo que lhe era contemporâneo (hegemonia, bloco histórico, novo senso comum, conformismo de massa em sua ligação com novas formas de liberdade individuais e coletivas, revolução passiva, etc.) - (BADALONI, 2012).

É nessa ação dialética, teoria-prática, que Gramsci vê os intelectuais como um grupo ‘essencial’ na organização da sociedade, operando no mundo da produção como ‘mediadores’

entre a sociedade civil e a sociedade política, ou seja, os organismos ditos ‘privados’ e o Estado. Ainda os vê atuando como ‘comissários’ do grupo dominante “para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político [para o] consenso “espontâneo” [e como] aparato de coerção estatal” (GRAMSCI, 1995, p. 11).

Gramsci vê a importância dos intelectuais como um grupo que apresenta características peculiares do tipo rural e do tipo urbano. Uma análise construída didaticamente a partir de sua realidade na Itália das primeiras décadas do século XX.

Ao referir-se aos eclesiásticos, Gramsci cita-os como exemplo da classe de intelectual que num período histórico - *o Medievo* - monopolizava o conhecimento por meio de sua Ideologia religiosa, ou seja:

[...] a filosofia e a ciência da época, através da escola, da instrução, da moral, da justiça, da beneficência e da assistência, etc. A categoria dos eclesiásticos pode ser considerada como a categoria intelectual organicamente ligada à aristocracia fundiária: era juridicamente equiparada à aristocracia, com a qual dividia o exercício da propriedade feudal da terra e o uso dos privilégios estatais ligados à propriedade (GRAMSCI, 1995, p.5).

Os intelectuais do tipo rural, que em sua maior parte são tidos como ‘tradicionais’, encontram-se vinculados ao campesinato e a pequena burguesia das cidades, ainda não moldados pelo sistema capitalista, pondo em contato a massa camponesa com a administração e serviços públicos (advogados, tabeliães, etc.), possuindo, assim, “uma grande função político-social, já que a mediação profissional dificilmente se separa da mediação política” (GRAMSCI, 1995, p. 13).

A partir dessa perspectiva gramsciana, é possível compreender a atuação da Igreja Católica na categoria dos intelectuais ‘tradicionais’, diretamente ligados ao processo ‘civilizador’ da sociedade ocidental, que no Brasil, se encontra presente desde os primórdios do sistema colonial, vinculado ao Estado Português pela instituição do Padroado.

A Igreja Católica também atuou na instrução, em ações estratégicas de articulação com o poder político e em ações sociais e beneficentes, permanecendo uma de suas marcas que perdura pela ação do tempo. Também operou na construção de uma representatividade política motivada por sua doutrina social e promulgada pelo Estado Pontifício, por meio de suas bulas e encíclicas, e pela expansão de seus centros de estudos e debates que possibilitou no seio da sociedade civil, a construção de um ‘espaço’ de atuação de sua imprensa oficial,

que em Pernambuco, no período do Levante Tenentista em 1922, se encontrava representada pelo jornal A Tribuna Religiosa.

Desde o início dos anos 20, a Igreja Católica aferra-se ao projeto de ampliar suas esferas de influência política através da criação de uma rede de organizações paralelas à hierarquia eclesiástica e geridas por intelectuais leigos. A amplitude desse projeto resultava não apenas das diretrizes do Vaticano, então preocupado em sustar o florescimento dos movimentos operários de esquerda na Europa, mas também da tomada de consciência por parte do episcopado brasileiro da crise com que se defrontavam os grupos dirigentes oligárquicos. Ao mesmo tempo que procuravam reformar as obras tradicionais de caridade, as associações leigas, as ligas destinadas ao culto e à oração, os círculos e congregações votados ao recrutamento de “vocações”, os altos dignitários do clero se empenharam em preservar e expandir a presença da Igreja em áreas estratégicas como o sistema de ensino, a produção cultural, o enquadramento institucional dos intelectuais, etc. Em troca da manutenção de seus interesses em setores onde a intervenção do Estado se fazia sentir de modo crescente (o sistema educacional, o controle dos sindicatos, etc.), a Igreja assumiu o trabalho de encenar grandes cerimônias religiosas das quais os dirigentes políticos podiam extrair amplos dividendos em termos de popularidade (MICELI, 1979, p.51).

Em sua análise sobre os intelectuais do tipo urbano, Gramsci (1995) os relaciona ao crescimento da indústria, são subalternos ao grupo empresarial, não possuindo autonomia na preparação de seus planos de construção, atuando como articuladores entre a massa instrumental e o empresariado e, ainda, controlando a fase executiva do plano de produção (GRAMSCI, 1995).

Essas características levam à identificação do Jornal do Commercio na categoria dos intelectuais orgânicos que, nos idos dos anos de 1920, pertencia ao grupo empresarial do Sr. João Pessoa de Queiroz², chegando a atuar como organismo privado de hegemonia no interesse do grupo dominante.

Este incipiente jornal, nascido em abril de 1919, no comando do grupo Pessoa de Queiroz, passou a operar como imprensa oficial do Estado de Pernambuco, e a reproduzir o discurso do Estado em seus editoriais e noticiários através do trabalho de seus intelectuais, os jornalistas, os quais, por meio do jornal, atuavam numa interação com a sociedade civil, contribuindo na direção de uma formação ideológica.

Em termos ampliados, com base nos estudos de Gramsci, o intelectual do mundo ‘moderno’ não se limita mais ao campo da eloquência. Contudo, torna-se um ‘persuador

² Grande latifundiário e industrial, proprietário do Jornal do Commercio e sobrinho do presidente da República Epitácio Pessoa.

permanente' envolvido com a vida prática, com a produção, como construtor e organizador da sociedade, seja ela urbana ou rural, interagindo com o mundo da produção em diversos níveis do contexto social.

Para Gramsci (1995) o jornalista é um intelectual, e ao fazer referência à dinâmica de seu trabalho na sociedade, numa perspectiva hegemônica de sua atuação, enfatiza que, “É dever da atividade jornalística (em suas várias manifestações) seguir e controlar todos os movimentos e centros intelectuais que existem e se formam num país” (GRAMSCI, 1995, p. 164).

Em sua análise sócio-histórica, ao estudar as possíveis vinculações da igreja, escola e imprensa ao seio da estrutura ideológica, como instrumentos de formação hegemônica, Gramsci também analisa a questão da opinião pública como exemplo concreto das relações permanentes entre governo político e sociedade civil, mediante a formação de consensos.

Essa análise do pensamento gramsciano demonstra ser um entendimento coerente para compreender as atividades dos intelectuais que atuavam tanto na imprensa privada laica através do Jornal do Commercio, enquanto imprensa oficial do Estado de Pernambuco, como na imprensa eclesiástica católica, por meio do jornal A Tribuna Religiosa, enquanto imprensa oficial da Igreja Católica, na segunda década do século XX. Período em que se tem, em termos ampliados, o impacto de uma transição e de uma crise na estrutura sociopolítica do país e de Pernambuco, apresentando desdobramentos da atuação desses meios de comunicação e de seus intelectuais em diversas áreas da sociedade recifense.

1.4 Análise do discurso e análise de conteúdo

Embora seja inegável o reconhecimento da linguagem e sua importância para a construção de sentidos, tornando-se perceptível que a partir da enunciação haja uma intervenção do sujeito falante no texto como ação de controle sobre o discurso, as Formações Discursivas (FDS) não se limitam ao campo da linguística. Dessa forma, a ênfase dada ao sentido de discurso adotado na pesquisa vincular-se-á a uma prática social.

Assim, a partir de Foucault (2000), compreende-se que “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2000, p. 10); um

estado de tensão que envolve o objeto do desejo e a disputa da luta pelo poder - um espaço em que o saber e o poder se articulam.

Em sua análise sobre as condições de funcionamento do discurso e seu sujeito que está na ordem do discurso, a partir do texto, Foucault (2000) demonstra um posicionamento contrário ao continuísmo em história e combate à ideia do sujeito como o detentor do discurso. Para o autor, o discurso não deve ser visto como ato ou propriedade de um corpo, entretanto possui um sujeito fundante, que é envolvido pelo discurso e que vive no limite deste, com uma experiência originária e uma mediação que se vincula ao processo de análise e construção das possibilidades do discurso, que são as formações discursivas.

Assim, para entrar na ordem do discurso, é preciso ter qualificações que geralmente são conferidas e legitimadas pelas instituições – as sociedades do discurso – os grupos doutrinários. Desse modo o discurso é entendido como uma prática que se manifesta em sujeitos instituídos e, o ritual da palavra, passa a definir:

[...] a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam; [...] define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção. Os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos (FOUCAULT, 2000, p. 39).

A partir dessa análise, pode-se compreender que, além de possuir um sujeito instituído – fundante - o discurso também é material, por produzir resultados concretos e, ainda, ocupar um espaço, um contexto, pois “consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais” (FOUCAULT, 2000, p. 57).

Dessa forma o discurso ultrapassa a problemática da linguística, não se limita nem se reduz à palavra, nem ao que foi dito, contudo propõe-se a analisar o sentido oculto que está por traz do que foi dito nas palavras. O discurso torna-se também ação, e, assim, as relações discursivas devem ser pensadas em termos de práticas discursivas e práticas não discursivas.

Nesse sentido é possível compreender o discurso numa relação de produção social, em que os sujeitos através da intersubjetividade, o espaço e o contexto constroem, historicamente, uma produção de sentidos.

De acordo com a abordagem feita por Benetti (2007), a Análise do Discurso francesa (AD) é um procedimento metodológico de pesquisa produtivo em jornalismo, nos estudos do

mapeamento das vozes e na identificação dos sentidos. Segundo a autora, embora tais estudos estejam intimamente ligados, podem ser estudados separadamente, por exigirem procedimentos peculiares.

O texto jornalístico permite fazer uma análise dialógica: estudo das relações entre discursos e estudo das relações entre sujeitos. No primeiro, tem-se a interdiscursividade que se propõe estudar a produção dos sentidos. No segundo, a intersubjetividade que busca estudar os espaços entre os sujeitos. Dessa forma, entende-se que “[...] o jornalismo é um discurso: a) dialógico; b) polifônico; c) opaco; d) ao mesmo tempo efeito e produtor de sentidos; e) elaborado segundo condições de produção e rotinas particulares” (BENETTI, 2007, p. 107).

Com Foucault (2000), pode-se perceber que é preciso ter qualificações para ingressar na ordem do discurso, a qual se encontra geralmente legitimada por instituições, as chamadas sociedades do discurso, os grupos doutrinários, de modo que o discurso passa a ser entendido enquanto um espaço articulador do saber e do poder que se expressa por ações de sujeitos instituídos.

Contudo, torna-se imprescindível apresentar algumas discussões em torno da reprodução do poder em termos do poder social, do poder como controle e de gêneros de discurso, e dos possíveis caminhos em que o poder passa a ser exercido através do discurso.

A partir de Van Dijk (2010), foi possível constatar que sua análise apresenta características multidisciplinares, tornando explícita uma relação entre discurso, sociedade, modelos mentais, cognições e ideologias, visando compreender, entre outros, a reprodução do discurso e seu poder de controle pelas elites simbólicas.

Entretanto, convém ressaltar que o autor faz algumas considerações em relação aos termos: Análise Crítica do Discurso (ACD); Estudos Críticos do Discurso (ECD) e Estudos do Discurso (ED). Segundo Van Dijk (2010), estes termos estão relacionados a determinadas perspectivas de abordagem. Nas Ciências Sociais, por exemplo, presume-se com frequência que a ACD é um método de análise, mas, segundo o autor, a ACD não se trata de um método assim como os ECD, os quais se utilizam de qualquer método que ressalte os objetivos de suas pesquisas, como os utilizados nos ED em geral, que não são métodos de análise do discurso, pois, para o referido autor, não existe esse tipo de método (Van DIJK, 2010).

De modo análogo, “[...] e pela mesma razão, a *análise do discurso* [AD] em si não é um *método*; antes, constitui um domínio de práticas acadêmicas, uma transdisciplina

distribuída por todas as ciências humanas e sociais” (Van DIJK, 2010, p. 11), razão pela qual prefere chamar a disciplina de Estudos do Discurso (ED) por permitir ampliar o campo de análise.

Assim, tanto dentro dos estudos discursivos em geral quanto dentro dos ECD em particular, encontramos a habitual interação entre teoria, métodos de observação, descrição ou análise, e suas aplicações. Dessa forma, não existe “uma” análise do discurso como um método, como também não há “uma” análise social nem “uma” análise cognitiva. Tanto os ED como os ECD possuem métodos de estudo bastante diferentes, dependendo dos objetivos da investigação, da natureza dos dados estudados, dos interesses e das qualificações do pesquisador, bem como de outros parâmetros do contexto de pesquisa. Assim, nesses dois campos, podemos encontrar maneiras de estudar as estruturas e estratégias da escrita e da fala, tais como: [...] a análise de estruturas específicas (gênero etc): narrativa, argumentação, notícias jornalísticas, livros didáticos etc.; (Van DIJK, 2010, p. 11).

Nesse sentido, Van Dijk (2010), esclarece que no ECD existe um foco analítico especial sobre os aspectos do abuso de poder, sobre as formas de dominação que resultam em desigualdades e injustiças e sobre as consequências sociais da escrita e da fala. Segundo o autor:

[...] os ECD se concentrarão, em geral, naqueles sistemas e estruturas da fala ou da escrita que podem variar em função de condições sociais relevantes do uso linguístico, ou que podem contribuir para consequências sociais específicas do discurso, tais como influenciar as crenças e ações sociais dos ouvintes e leitores. Mais especificamente, os ECD preferem enfatizar aquelas propriedades do discurso que são mais tipicamente associadas com a expressão, a confirmação, a reprodução ou o confronto do poder social do(s) falante(s) ou escritor(es) enquanto membros de grupos dominantes (Van DIJK, 2010, p. 14).

Na análise dos ECD constata-se que a dominação é um ponto chave do estudo, que se encontra vinculada às formas de abuso de poder, caracterizado mais especificamente pelo desvio de finalidade, apresentando um elemento indicativo de abordagem hegemônica.

Portanto, esta pesquisa se propõe a investigar, com base nos Estudos Críticos do Discurso (ECD) apresentado por Van Dijk (2010), se houve o abuso de poder nas manchetes dos editoriais e das notícias dos jornais em estudo, concernente ao momento histórico da Rebelião Tenentista, conforme já fora apresentado.

Ressalta-se, contudo, que o entendimento sobre abuso de poder se encontra fundamentado em Meirelles (1995, p. 96), ao afirmar que “[...] abuso de poder ou abuso de autoridade reparte-se em duas espécies bem caracterizadas: o excesso de poder e o desvio de finalidade”, que também é compartilhado por Van Dijk (2010), quando enfatiza o abuso de

poder praticado pelas elites simbólicas, por terem acesso privilegiado aos discursos públicos que controlam a reprodução discursiva da dominação no meio social.

Nesse sentido, essa dominação é entendida pela influência existente de um grupo sobre outros grupos ou sobre as ações dos membros de outros grupos. Trata-se, portanto, de um poder social definido em termos de controle, uma abordagem que, em certa medida, remonta à perspectiva de hegemonia em Gramsci, ao refletir como a ideologia reproduz o consenso e como as pessoas passam a ter uma subordinação passiva ao interesse dos grupos dominantes.

Se esse controle se dá também no interesse daqueles que exercem tal poder, e contra os interesses daqueles que são controlados, podemos falar de abuso de poder. Se as ações envolvidas são ações comunicativas, isto é, o discurso, então podemos, de forma mais específica, tratar do controle sobre o discurso de outros, que é uma das maneiras óbvias de como o discurso e o poder estão relacionados: pessoas não são livres para falar ou escrever quando, onde, para quem, sobre o que ou como elas querem, mas são parcial ou totalmente controladas pelos outros poderosos, tais como o Estado, a polícia, a mídia ou uma empresa interessada na supressão da liberdade da escrita e da fala (tipicamente crítica). Ou, ao contrário, elas têm que falar ou escrever como são mandadas a falar ou escrever. [...]. O controle se aplica não só ao discurso como prática social, mas também às mentes daqueles que estão sendo controlados, isto é aos seus conhecimentos, opiniões, atitudes, ideologias, como também às outras representações pessoais ou sociais (Van DIJK, 20120, p. 17-18).

A partir dessas informações acerca do discurso enquanto um instrumento de controle e de reprodução do poder social foi possível apreender que o próprio discurso é objeto de estudo para a análise de uma prática social, podendo-se constatar que o poder tanto pode ser exercido quanto reproduzido no e pelo discurso (Van DIJK, 2010).

Para Van Dijk (2010), o poder é uma aglutinação de forças e não está no indivíduo, mas em sua posição social, “[...] sendo organizado como parte constituinte do poder de uma organização” (2010, p. 21), portanto precisa estar atrelado a uma base que lhe garanta o seu exercício.

Nesse sentido, é possível compreender que, assim como em Foucault (2000), o discurso tem suas ações legitimadas em sujeitos instituídos. Em Van Dijk (2010), o poder encontra-se legitimado pelas instituições, numa relação entre grupos, classes e outras formas de interação social. Convém ainda ressaltar que, assim como apresentado em Foucault (2000) sobre a análise do discurso que está por trás do que foi dito nas palavras, em Van Dijk (2010,

p. 44) ressalta-se que “[...] o poder não apenas aparece ‘nos’ ou ‘por meio dos’ discursos, mas também que é relevante como força societal ‘por detrás’ dos discursos”.

Todo esse debate visa, sobretudo, apresentar em bases teóricas que a relação existente entre discurso e poder se encontra num processo dialético, um espaço interativo, pressupondo uma estrutura ‘ideológica’ para o seu exercício e sua manutenção.

A ideologia nesse sentido é entendida em termos de cognição social, ou seja, uma estrutura “[...] que controla a formação, transformação e aplicação de outros tipos de cognição social, tais como o conhecimento, as opiniões e as posturas”, [proporcionando] “coerência às atitudes sociais, que, por sua vez, codeterminam as práticas sociais” (Van DIJK, 2010, p. 48).

Portanto, as elites simbólicas, ou grupos de poder envolvidos no processo de interação do discurso, encontram-se ao lado das elites política, militar e econômica, desempenhando uma função efetiva na manutenção do aparato ideológico.

Dessa forma, compreende-se a importância desses grupos e da ideologia na influência sobre o discurso para a legitimação do poder, apresentando-se pela via persuasiva a primeira dimensão de seu exercício discursivo, ficando as demais dimensões distribuídas em vários níveis de discurso “[...] que podem favorecer, manifestar, expressar, descrever, sinalizar, esconder ou legitimar as relações de poder entre os participantes do discurso ou entre os grupos aos quais pertencem” (Van DIJK, 2010, p. 54).

Consequentemente, encontram-se na ordem de primeira grandeza das instituições de poder “[...] os governos, os parlamentos, os órgãos públicos, o judiciário, os militares, as grandes empresas, os partidos políticos, os meios de comunicação, os sindicatos, as igrejas, e as instituições de ensino” (Van DIJK, 2010, p. 54).

Nos de segunda ordem estão os que se encontram em posição de comando: “o status” e o “posto” nas respectivas instituições de poder.

Nos de terceira ordem estão os que fazem a interação entre um grupo e outro, tanto institucional como no dia a dia – ‘nós e eles’, que, numa perspectiva gramsciana, se poderia atribuir ao papel dos intelectuais em sua função mediatizadora.

Em quarta ordem encontram-se os relacionados ao domínio ou abrangência da ação, geralmente atribuídos a um líder (Van DIJK, 2010).

Portanto, nas análises apresentadas sobre discurso e poder fica visível a existência de um jogo de interações que se constrói e se reconstrói numa relação permeada pelas elites simbólicas, pela cognição, pelo controle, pelos modelos mentais construídos que advém da

interação da cognição social e do controle, pela fala, pela escrita e pela ideologia, possibilitando uma correlação direta entre a abrangência do discurso e a abrangência do poder, legitimados pelas instituições de poder e seus sujeitos instituídos.

Outro recurso a ser utilizado na pesquisa será a Análise de Conteúdo (AC), entendida como técnica de pesquisa eficiente para avaliar grandes quantidades de informação, um procedimento metodológico que permite assegurar objetividade quanto à sistemática da análise documental com resultados quantificáveis, possibilitando estabelecer significados a partir da interpretação dos dados estatísticos.

Segundo Bauer (2002), a amostra desses dados estatísticos possibilita também fornecer uma lógica para examinar “um pequeno número de textos e assim mesmo poder tirar conclusões sobre a coleção completa dos textos. [...] Uma amostra pequena, sistematicamente selecionada, é muito melhor do que uma grande amostra de materiais escolhidos ao acaso” (BAUER, 2002, p.196-197).

Esta análise apresentada por Bauer (2002) contribui na fundamentação metodológica desta pesquisa que, embora se predisponha a analisar o ano de 1922 nos jornais do *Commercio* e da *Tribuna Religiosa*, tem como foco de seu *corpus* as repercussões do Levante Tenentista ocorridas em julho do referido ano. Desta forma, esse recorte do corpus encontra-se fundamentado na análise da amostra, sistemática e intencionalmente selecionada, um recurso de análise que se encontra respaldado no respectivo autor.

Convém ainda ressaltar que, na abordagem investigativa da AC, existem autores que não compartilham com uma proposta metodológica que apresente características híbridas, como as que estão sendo apresentadas nesta pesquisa. No entanto, a característica híbrida da AC tem sido a tendência mais aceita, favorecendo uma integração maior sobre o mesmo objeto de estudo, visando compreender:

[...] não somente o significado aparente de um texto, mas também o significado implícito, o contexto onde ele ocorre, o meio de comunicação que o produz e o público ao qual ele é dirigido. Para Robert Weber (1990), professor de Harvard e autor de um dos manuais mais conhecidos de análise de conteúdo, a combinação operacional de aspectos quantitativos e qualitativos produz os melhores estudos de análise de conteúdo em textos. A necessidade de integração dos campos quantitativo e qualitativo decorre do reconhecimento de que os textos são polissêmicos – abertos a múltiplas interpretações por diferentes públicos – e não podem ser compreendidos fora de seu contexto (HERSCOVITZ, 2007, p. 124).

Por essa razão, adotou-se a AC na perspectiva de Herscovitz (2007), como técnica de investigação do material recolhido intencionalmente – editorial e notícias - do Jornal do Commercio e do jornal A Tribuna Religiosa, no ano de 1922, pelos motivos que já foram evidenciados.

Pretende-se apreender nesses jornais a participação/contribuição de seus intelectuais na formação social e política na sociedade, mediante a análise do que era divulgado em seus editoriais e da recorrência das notícias que eram veiculadas sobre temas de relevo político e social, como os assuntos concernentes à crise do processo político sucessório em Pernambuco, cujo episódio teve, em certa medida, uma relação com a deflagração do movimento dos tenentes.

Na análise dos editoriais e notícias, serão selecionados documentos específicos que tenham relevância com as atividades desenvolvidas pela imprensa oficial laica atribuída ao Jornal do Commercio, representando setores ligados ao poder político e ao poder econômico; e pela imprensa oficial eclesiástica católica, atribuída ao jornal A Tribuna Religiosa, representando a voz do Clero.

Nesse sentido, será verificada a recorrência de assuntos e temas que estejam, direta ou indiretamente, relacionados ao Levante Tenentista, na tentativa de se construir categorias de análise que possibilitem, a partir da apreciação dos dados estatísticos, uma leitura e uma interpretação desses acontecimentos, que, no período, se encontram no centro dos debates da sociedade civil recifense.

2. O CONTEXTO HISTÓRICO

2.1 A crise dos anos de 1920

Os primeiros anos da década de 1920 foram determinantes na vida da sociedade brasileira. Muitos acontecimentos que repercutiram em décadas posteriores tiveram suas raízes nesse período, que, *a priori*, apresentou grandes interesses por ideias e valores nacionais.

Segundo Chaui (2007), a passagem do sentido de patriotismo ao nacionalismo encontra-se relacionada à medida protecionista da política capitalista, por meio de seus intelectuais, temerosos de uma ‘proletarização’ social.

Dessa forma, utilizam-se de alguns critérios das análises sociológicas do século XIX, como os estudos sobre a língua, a raça e as tradições populares, para lançar um sentido original de encontros e redescobertas de suas raízes, tradições, costumes e crenças cotidianas, capazes de originar uma identificação cultural, civil e política, que, segundo Chaui (2007), é plausível refletir sobre duas concepções que marcaram os períodos de 1830 a 1918 e de 1918 a 1960.

No primeiro período temos o ‘caráter nacional’, cujos elementos principais relacionam-se à delimitação do território, a expansão das fronteiras, a densidade demográfica, a língua, os costumes, a raça, as crenças religiosas, a arte e outras formas de expressão da cultura; momento em que a conjuntura sociopolítica se encontra bem representada pelo trabalho dos intelectuais, essenciais na construção da concepção de “caráter nacional” num sentido ideológico.

Na obra de Chaui (2007), destacam-se os seguintes autores do período: Afonso Celso, Gilberto Freyre, Cassiano Ricardo, Sílvio Romero, Manoel Bonfim e Paulo Prado, os quais observaram as características psicológicas das raças que constituíram o povo brasileiro, as qualidades da vida intelectual e as distinções regionais com seus aspectos positivos e negativos. Entretanto, não se vê entre os autores citados por Chaui (2007), a referência ao historiador Sérgio Buarque de Holanda, concernente às contribuições sobre a identidade nacional, ao nível dos outros autores citados e, sem um aprofundamento da riqueza de sua obra: “Raízes do Brasil”, mas numa análise breve e simplória de elementos da constituição do

mito fundador, ao fazer referência ao período de colonização na América e no Brasil, conforme o texto em destaque:

No período da conquista e colonização da América e do Brasil surgem os principais elementos para a construção de um mito fundador. O primeiro constituinte é, para usarmos a clássica expressão de Sérgio Buarque de Holanda, a “visão do paraíso” e o que chamaremos aqui de elaboração mítica do símbolo “Oriente” (CHAUI, 2007, p. 58).

A autora parte da premissa de que a concepção de ‘caráter nacional’ apresenta em sua ideologia uma ideia social hegemônica, totalizada e completa de sentidos: “Em outras palavras, quer para louvá-lo, quer para depreciá-lo, o “caráter nacional” é uma totalidade de traços coerente, fechada e sem lacunas porque constitui uma “natureza humana” determinada” (CHAUI, 2007, p. 21).

No segundo período, temos a ‘identidade nacional’ com características de uma totalidade incompleta, uma ideologia com uma dimensão reflexiva da ‘consciência individual’ como participantes de uma determinada ‘classe’, ‘evoluindo’ por uma ‘consciência social’ até alcançar uma ‘consciência nacional’.

Nesse contexto, temos o Movimento Modernista trazendo consigo a revolução estética, ressaltando os valores pátrios, uma vanguarda revolucionária na política e na arte, que busca romper com o reflexo do domínio europeu sobre os valores da cultura nacional, revelando, desde então, um crescente interesse pelo campo político.

Dessa forma, evidenciou-se a atuação dos intelectuais no processo de formação crítica da sociedade, mediante o interesse político em detrimento das preocupações estéticas, participando de movimentações nos contextos político, social e cultural do país.

O Movimento Modernista não era em si um movimento de “ideias” políticas homogêneas, havia divergências ideológicas, com opções tanto para a esquerda como para direita. Contudo, apresentava como fundo comum: o nacionalismo (TRINDADE, 1978).

Dentre os autores que participaram da revolução estética desse Movimento Modernista destacam-se: Mário de Andrade³, Oswald de Andrade⁴, Menotti Del Picchia⁵ e Anita Malfatti⁶, intelectuais com atuação em vários campos da arte, da cultura e da política, frutos

³ Grande escritor brasileiro, um dos ícones da Semana de 1922, líder intelectual do partido democrático.

⁴ Escritor brasileiro, originário da oligarquia cafeeira, que implantou o futurismo no Brasil. Participou da Semana de Arte Moderna em 1922 e foi líder estético do partido republicano paulista.

⁵ Escritor, poeta, pintor e escultor brasileiro, filho de imigrantes italianos, atuante no movimento modernista.

⁶ Pintora brasileira, filha de pai italiano e mãe norte-americana, atuante no grupo dos cinco (Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Menotti Del Picchia, Anita Malfatti e Tarsila do Amaral), na semana de arte moderna de 1922.

de “uma época da vida brasileira, inscrito num largo processo social e histórico, fonte e resultado de transformações que extravasaram largamente seus limites estéticos” (TRINDADE, 1978, p. 26).

Nos anos de 1920 a base da economia brasileira, segundo Fragoso (1990), encontrava-se com uma ampla estrutura agroexportadora, abrangendo cerca de 2/3 da população economicamente ativa nas atividades desse setor.

Vale salientar que, desde meados do século XIX, coexistia com a economia agroexportadora um embrionário crescimento urbano-industrial, expandindo-se paralelamente à ampliação da malha ferroviária, ligada aos grandes centros produtores do país (SP e RJ), sob a órbita de um liberalismo tardio e de uma indústria capitalista incipiente e dependente do mercado externo para seu desenvolvimento e ampliação, marcando o início do poder e da expansão burguesa no Brasil (FERNANDES, 2005).

Nesse ambiente surgem as classes médias urbanas, com fortes vinculações ao advento da imigração estrangeira, ao surgimento do operariado, ao crescimento da indústria e ao processo de urbanização. Um momento de transição de um cenário rural-latifundiário ‘conservador’, a um cenário urbano-industrial e ‘moderno’, emergente de uma tendência ‘liberal-democrática’.

As classes médias viam na industrialização a possibilidade do desenvolvimento do setor terciário, assim como de novas modalidades de trabalho com ‘possíveis’ oportunidades de ascensão social, possuindo uma ação de vanguarda das reivindicações operárias nos estados de Rio de Janeiro e São Paulo, originando as primeiras agitações de ordem social⁷.

Essa sociedade movimentada pela transição, e motivada pela ideia de progresso e crescimento, teve na imprensa um canal propulsor de ideologias e divulgador de seus acontecimentos, interagindo com a propaganda e pela produção de bens culturais.

[...] a Imprensa acelera o consumo de outros bens, produzidos pela indústria, divulgando-os através da publicidade, às camadas da população que antes dele não tinham conhecimento. Assim, a imprensa em moldes industriais transforma-se num novo setor de capitalização, e, igualmente, em força propulsora do mercado econômico, acelerando a circulação de mercadorias dentro do esquema clássico de economia-produção-circulação-consumo (CAPARELLI, 1986, p. 72).

⁷ Tem-se registrado que as primeiras reivindicações operárias por melhores condições de trabalho ocorreram nos anos de 1918 e 1920, no eixo Rio-São Paulo.

Esse momento de crescimento urbano-industrial, favorável ao desenvolvimento do mercado interno-urbano, apresenta uma realidade populacional marcada por sua predominância nos meios rurais e, ainda, maciçamente analfabeta, uma contradição que inaugurava o início da imprensa capitalista no Brasil, em meados do século XIX.

Na passagem do Império a era republicana, a década de 1920 se apresenta como o período que mais intensificou as transformações ocorridas na Primeira República (1889-1930), com ações em vários segmentos da sociedade: um setor industrial em desenvolvimento, acompanhado de um crescimento urbano com novas camadas médias urbanas que passam a incorporar a luta social e política do país; um sistema político validado pela base agroexportadora hegemonicamente expressiva, de estrutura capitalista embrionária e dependente do mercado externo para sua ampliação e desenvolvimento; e, ainda, uma ‘mutação’ ideológica com o despertar nacionalista e outras movimentações sociais que se realizarão ou não na ordem das elites intelectuais. Esses acontecimentos se encontram com forte presença no ano de 1922.

2.1.1 O ano de 1922 e os acontecimentos que marcaram a década de 1920

Foi no ano de 1922 que se concentraram grandes acontecimentos na década de 1920. Um momento de grande turbulência na sociedade brasileira do entre guerras, com episódios emblemáticos, mas que contribuíram para a transformação da participação política, social e cultural no país:

O ano-chave do período é 1922. Nele eclodem quatro acontecimentos simbólicos que contêm, em embrião, a mutação da sociedade brasileira entre as duas guerras mundiais. A Semana da Arte Moderna, em fevereiro, desencadeia a revolução estética; uma nova etapa da organização política da classe operária se delineia, em março, com a fundação do Partido Comunista Brasileiro; a criação do Centro Dom Vital ligado à revista *A Ordem*, de orientação católica, prenuncia a renovação espiritual; e, finalmente, a primeira etapa da revolução política tenentista irrompe, em julho, com a rebelião na Fortaleza de Copacabana (TRINDADE, 1978, p. 7).

Na análise de Trindade (1978), o sistema político da Primeira República encontrava-se apoiado no tripé da grande propriedade latifundiária - cafeeira e de criação pecuarista; na economia de produtos primários e exportadora e no controle político da oligarquia rural.

Segundo a análise feita por Chaui (2007), a imagem dada ao Brasil como um país “essencialmente agrário” ficou conhecida como o verdeamarelismo⁸, um *slogan* criado pela classe dominante brasileira para fazer referência a esse potencial, em um período coincidente ao chamado “princípio da nacionalidade”, cujo sentido era definido pela extensão territorial e pela densidade demográfica.

Sua origem essencialmente agrária, com grandes latifúndios e sua produção em grande escala voltada para o mercado externo, coloca o Brasil desde os primórdios de sua história no período colonial, em uma relação de dependência do capital estrangeiro.

Na passagem do período imperial à República, em finais do século XIX, a realidade brasileira não era diferente em termos da condição de sua economia agrícola, pois mesmo a inserção de um capitalismo incipiente e o advento da industrialização e do processo de urbanização não foram suficientes para tirar sua característica essencialmente agroexportadora.

Todavia o verdeamarelismo resistiu ao tempo, contrariando, muitas vezes, o sentido de “modernidade” e “progresso”. Este último atribuído ao processo de “industrialização” e à ideologia que o verdeamarelismo tinha em suas origens, o passado agroexportador, que ainda conduzia e dominava a economia brasileira.

Nesse sentido, se forem consideradas as análises do período do **Caráter Nacional** que, “corresponde, grosso modo, aos períodos de vigência do ‘princípio da nacionalidade’ (1830-1880) e da ‘idéia nacional’ (1880-1918)” (CHAUI, 2007, p. 21), para o período da **Identidade Nacional** (1918-1960); ou se levar em conta a análise feita por Paul Singer sobre a passagem da “dependência consentida” para a “dependência tolerada”, o verdeamarelismo se identificará, ainda, ao momento de suas passagens, ou seja, às primeiras décadas do século XX, período incipiente do desenvolvimento industrial capitalista, de caráter periférico,

⁸ O verdeamarelismo passa a apresentar duas características antagônicas, a saber: 1.^a Exprime um naturalismo natural e espontâneo das massas que acreditam na ideia de “progresso”, na capacidade de superação da pobreza e no desenvolvimento do país; 2.^a Alienação social, signo da classe dominante no período colonial. Contudo, foi no período do golpe de Estado de 1964, a ditadura militar, com a difusão de uma ideologia geopolítica do Brasil Potência 2000 e políticas de integração nacional, segurança nacional e de desenvolvimento nacional, sob o signo de uma identidade e de uma “consciência” nacional, que o verdeamarelismo obteve todas as características para continuar no imaginário da sociedade brasileira, produzindo e ressignificando sentidos de identidade e de nacionalidade. Um dos momentos explosivos do caráter simbólico do verdeamarelismo foi a Copa do Mundo de 1970 (em plena ditadura militar), quando a sociedade passou a se reconhecer nas cores verde e amarelo, expressando o seu amor à Pátria, incorporando-o como símbolo de uma identidade nacional.

dependente do mercado externo, da tecnologia e de financiamentos para implementar seus projetos de desenvolvimento e expansão.

Assim, mesmo com um processo industrial incipiente, a ideia de progresso era iminente e o desejo de poder usufruir de uma nova realidade preenchia o ‘imaginário’ de uma sociedade que tinha por objetivo chegar ao “desenvolvimento”, investindo-se de um anseio motivado por um sentimento de unidade e de identidade.

Embora a atividade econômica na década de 1920 estivesse estruturada essencialmente em uma base agroexportadora, sob a liderança da economia cafeeira, o advento da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) permitiu, mas não de forma exclusiva, uma aceleração no processo de industrialização do país, com alternativas de investimento no campo das exportações, apresentando a transição sob a forma de “surto” de uma economia de produtos primários para uma progressiva e embrionária economia que se industrializava.

Dessa forma, as transformações ocorridas no transcurso do século XIX para o século XX, no Brasil, representavam o início do poderio e da dominação burguesa no país, onde se encontrava um capitalismo dependente do mercado externo, e que ainda não tinha atingido o seu ápice de produção e de desenvolvimento.

A sociedade brasileira nos anos de 1920 caminhava para o desenvolvimento de um núcleo urbano-industrial, que, com o advento da imigração estrangeira e as relações mercantis de trabalho, intensificaram a estrutura social do país com o aparecimento de novos grupos participantes do núcleo da sociedade civil brasileira nos primeiros anos da República: os setores médios urbanos, o proletariado e os industriais.

Esses setores médios urbanos darão origem ao operariado brasileiro, cuja formação será constituída, em grande parte, pela imigração europeia, correspondendo à parte da população não detentora dos meios produtivos, vinda do meio rural com grandes aspirações de uma ascensão social, responsável pela produção do trabalho humano que se converterá em objeto de troca autônomo, cristalizando-se em mercadoria.

Esse cenário de desenvolvimento industrial e do crescimento dos setores urbanos ligados à classe média é, também, por assim dizer, palco de uma ação de vanguarda das reivindicações operárias nos principais centros urbanos e produtores do país (SP e RJ), originando as primeiras agitações de ordem social.

A prova disso foram as deflagrações das greves no eixo Rio - São Paulo, nos anos de 1918 e 1920, relacionadas às questões sociais do período, principalmente à melhoria das

condições de trabalho, apresentando, dessa forma, os primeiros sintomas de uma “consciência proletária” no seio da sociedade civil.

É importante ressaltar que já havia no Brasil, desde 1870, a existência de organizações de trabalhadores, sob a forma de Ligas e Uniões, tendo no Primeiro Congresso Socialista do Brasil, dirigido por França e Silva, na última década do século dezenove (1892), uma abertura para o surgimento de um partido socialista, possibilitando a organização das primeiras categorias de trabalhadores com predominância ‘exclusiva’ de uma base urbana no país, a saber: “os ferroviários, os tipógrafos e os trabalhadores de transportes urbanos” (TRINDADE, 1978, p. 12).

Por conseguinte, é no bojo das multiplicidades das organizações operárias, de um explosivo momento de reivindicações pela melhoria das condições de trabalho e de lutas sociais, com forte influência de uma ideologia anarco-sindicalista, que se tem a fundação do Partido Comunista Brasileiro, cuja organização se inicia com um congresso em março de 1922, superando suas contradições anárquicas internas sem conseguir agregar uma significativa massa de militantes.

[...] apesar da eclosão da luta social no início da década de 20 e dos esforços de unificação do proletariado em organizações sindicais ou partidos socialistas, o movimento operário participará apenas de uma maneira marginal na transformação do sistema político em 1930 (TRINDADE, 1978, p. 15).

A fragilidade no poder de articulação do P.C.B., motivado por temas de pouca aceitação na sociedade como o anticlericalismo e o antimilitarismo, segundo Mendonça (1990), inibiu a organização política da classe operária nesse primeiro momento, direcionando a ação do partido à influência ideológica em cenários de lutas sociais, ampliada nas reivindicações operárias e divulgado através de suas manifestações políticas, sobretudo, em sua revista mensal Movimento Comunista e em seu jornal semanário A Classe Operária (TRINDADE, 1978).

Ainda no cenário de 1922, encontra-se a revolução estética marcada pelo movimento modernista, cujo ápice de sua expressão foi a Semana de Arte Moderna, com seus intelectuais profundamente inspirados pelo nacionalismo.

O Modernismo marcou a vanguarda de uma geração revolucionária na política e na arte que, numa primeira fase (1922-1930), busca romper com a predominância de um passado

européu sobre os valores da cultura nacional, manifestando um crescente interesse pelo campo da política em detrimento das preocupações estéticas.

Deste modo, inicialmente, as manifestações modernistas movidas pelo campo dos valores estéticos do verdeamarelismo, da Antropofagia⁹ e anos mais tarde do Pau-Brasil¹⁰, tornar-se-ão manifestações políticas e ideológicas, passando a expressar um tipo de arte com o predomínio das preocupações políticas.

Segundo Miceli (1979), a maioria dos escritores modernistas era proveniente de antigas famílias¹¹ pertencentes, por gerações, à fração da classe dominante ou fruto de casamentos com membros mais apartados dessas famílias, os primos pobres¹². Segundo o autor, a maioria dessas famílias tradicionais tinha sua formação no curso de Direito, com exceção de Mário de Andrade, que não chegou a fazer nenhum curso superior.

Na análise de Barros (1985), sem tirar o mérito dos acontecimentos da Semana de Arte Moderna de 1922, e sua contribuição no cenário intelectual do Brasil, as ideias modernistas no Recife, manifestas na poesia de Benedito Monteiro e nos poemas de Joaquim Cardozo, já se faziam presentes antes mesmo dos primeiros ecos do movimento paulista que, por não ter tido expressivos manifestos, deixaram de receber a visibilidade devida.

A partir do pensamento e da obra de Gilberto Freyre, por exemplo, pode-se constatar que o pensamento literário do Recife não se encontrava formatado nos moldes paulistas, defendendo a existência de “ligações diretas com a Europa e a América do Norte, sobretudo no que diz respeito a um sentido de mais brasilidade que uma simples adesão às novas experiências numa agitação ‘futurista’” (BARROS, 1985, p. 152).

A tabela a seguir, apresenta algumas características sobre a origem social, formação intelectual, carreira profissional, tipos de produção e afinidade político-partidária de alguns dos escritores modernistas a partir do estado de São Paulo, tornando-se referência na bibliografia tradicional paulista e nacional.

⁹ A metáfora usada para a Antropofagia levava em conta o que poderia ser assimilado de outras culturas – digerindo e superando - sem imitá-las - a fim de alcançar uma independência cultural.

¹⁰ A metáfora usada do Pau-Brasil leva em conta, sobretudo, a independência na arte do domínio europeu, especialmente de Portugal, mostrando que o Brasil tinha autonomia para se firmar no movimento das vanguardas mundiais.

¹¹ Trata-se aqui dos irmãos Guilherme Almeida e Tácito Almeida, os irmãos Antonio Alcântara Machado e Brasília Alcântara Machado, além do escritor Cândido Motta Filho, que pertencia à família dirigente, e gozava do poder de monopolizar no interior do grupo dominante.

¹² Referem-se aos escritores Mário de Andrade, Paulo Duarte e Cassiano Ricardo. Com exceção de Mário de Andrade, os demais eram frutos de casamentos com membros distantes das antigas famílias dirigentes.

Tabela 7 - Origem social, formação, produção intelectual, carreira profissional e afinidade política partidária de alguns escritores modernistas

Modernistas	Data e lugar de nascimento	Curso Superior	Estreia e gênero em livro	ABL ingresso (**)	Carreira	Tipo de Produção	APP (*)
José Oswaldo de Souza Andrade	1890 São Paulo	Direito	1916 Teatro	Não	Jornalista (Diário Popular, Jornal do Comércio); Livre Docente (USP).	Crônicas, crítica teatral, poesias, manifestos estéticos, ensaios, romances memórias.	PRP
Mário Raul de Moraes Andrade	1893 São Paulo	Contabilidade (incompleto); Conservatório dramático e musical (piano).	1917 Poesia	Não	Prof. Catedrático conservatório dramático musical de SP; Diretor Depto Cultura da Prefeitura de SP; Diretor Inst. de Artes Univ. do Distrito Federal; Colaborador do Jornal Estado de SP.	Crítica de arte, poesia, ensaios, crítica musical, ficção, romances e contos, obras históricas, etnografia, folclore, crônicas, correspondência.	PD
Cândido Motta Filho	1897 São Paulo	Direito	1926 Ensaio Político	1960	Juiz de Paz em SP; advogado do Estado e da Prefeitura; Prof. Catedrático Faculdade de Direito; Diretor Inst. de Menores de SP; Deputado Estadual; Jornalista; Carreira política e judiciária.	Direito, crítica literária, traduções, ensaios, biografia, memórias.	PRP
Antônio Castilho de Alcântara Machado D'Oliveira	1901 São Paulo	Direito	1926 Crônicas	Não	Assessor da Bancada Paulista na Assembleia Nacional Constituinte (1933/1934)	Contos, novelas	PC
Guilherme de Andrade e Almeida	1890 Campinas- (SP)	Direito	1916 Teatro	1930	Advogado; Secr. Escola Normal Pe. Anchieta, Chefe Div. de Expansão Cultural da Prefeitura SP, Diretor-Fundador Soc. Inst. Artística do Brasil, Secr. Cons. Estadual de Bibliotecas e Museus, Jornalista, Pres. Assoc. Paulista de Imprensa.	Poesia, traduções, prosa, ensaios, depoimentos políticos.	PC
Fernando de Azevedo	1894 São Gonçalo do Sapucaí (MG)	Seminário dos Jesuítas (5 anos); Direito	1926 Ensaio	1968	Prof. De Latim e Psicologia em Belo Horizonte; conferente do Lloyd Brasileiro, Diretor Geral Instrução Pública no Distrito Federal; Jornalista;	Ensaaios, crítica literária, sociologia estudos culturais, memórias.	

Cassiano Ricardo	1895 São José dos Campos (SP)	Direito	1915 Poesia	1937	Magistério superior; cargos públicos de cúpula Cargos políticos de confiança (antes e durante o período Vargas).	Poesia, escritos políticos, crítica, memórias.	
Paulo Duarte	1899 São Paulo	Direito	1927	Não	Jornalista (Estado de SP, Diário Nacional); membro do PD; Assessor político, Deputado (Partido Constitucionalista), trabalhos em órgãos culturais (Anhembi, etc.)	Depoimentos Políticos, obras de documentação histórica, ensaios e biografias. Memórias	PD PC
Menotti Del Picchia	1892 São Paulo	Direito	1917 Ficção	1943	Emprego na Secretaria do Seminário; fazenda; escritório de advocacia e inspetor escolar em Itapira; Redator Político do Gov. Washington Luis; Deputado Estadual PRP; diretor de órgãos culturais (período Vargas).	Crônicas, escritos políticos, poesias, romances, memórias.	PRP
Plínio Salgado	1895 São Bento do Sapucaí (SP)	Direito	1926 Romance	Não	Político profissional	Romances, ensaios e estudos políticos.	PRP

Fonte: Miceli (1979) - adaptado

(*) Afinidade Político-partidária.

(**) Academia Brasileira de Letras (ano de ingresso).

A partir de meados do século XIX surge o movimento da renovação espiritual da Igreja Católica. Com o advento da República, ocorre a mudança da forma de Governo¹³ e da forma de Estado¹⁴, com fortes influências do positivismo e do naturalismo, demonstrando nos setores intelectuais uma descristianização influenciada pela laicização da inteligência.

No despertar da renovação espiritual da Igreja, têm-se nas ações precursoras do Pe. Júlio Maria (1860-1916), uma busca pelo despertar da consciência católica mediante os ensinamentos da Igreja a partir de 1888, bem como pela contribuição do filósofo Farias Brito (1861-1917), mesmo sem uma participação direta no movimento de renovação espiritual, com suas críticas filosóficas ao pensamento dominante dos filósofos Bergson, Kant e Spinoza, possibilitando que seus estudos passem a ter uma influência sobre a nova geração católica,

¹³ Refere-se à mudança da Monarquia à República.

¹⁴ Refere-se à mudança do Estado Unitário ao Estado Federativo.

especialmente sobre Jackson de Figueiredo, um dos principais membros do movimento de renovação espiritual, e de Plínio Salgado, que, futuramente, se inspirará na formação da Ação Integralista Brasileira (TRINDADE, 1978).

Todavia, será no Centro Dom Vital, órgão vinculado à Igreja Católica, criado no ano de 1922, que será publicada uma carta pastoral de D. Sebastião Leme, arcebispo de Olinda e Recife, escrita para os católicos no ano de 1916, como uma expressiva reação da renovação espiritualista, revelando, desde então, uma preocupação com a função social e política da Igreja no Brasil:

[...] “É evidente, pois, que, apesar de sermos a maioria absoluta do Brasil, como Nação, não temos e não vivemos vida católica (...). Obliterados em nossa consciência os deveres religiosos sociais, chegamos ao absurdo máximo de formarmos uma grande força nacional, mas uma força que não atua, e não influi, uma força inerte. Somos, pois, uma maioria ineficiente. Eis o grande mal” (SANTO ROSÁRIO, 1962 apud TRINDADE, 1978, p. 32).

Dessa forma, o Centro Dom Vital, fundado no ano de 1922, bem como a revista *A Ordem*, serão instrumentos difusores do pensamento da intelectualidade católica. Sua ideia de nacionalismo relaciona-se, sobretudo, ao passado nacional, às crenças e aos valores norteadores e constitutivos da nação, adotando, assim, a postura de um catolicismo contrarrevolucionário, ultramontano, ferrenho e ardoroso, contrapondo-se, em certa medida, ao sentimento nacionalista dos meios sociais, entretanto, com firme posicionamento no combate ao avanço do protestantismo, à ameaça da maçonaria e ao domínio judaico sobre o capitalismo internacional.

Todavia, também considerado um dos acontecimentos simbólicos sobre a mutação ideológica da sociedade brasileira, na crise dos anos de 1920, segundo Trindade (1978), foi o movimento tenentista, cujas origens antecedem ao levante de julho de 1922.

O Tenentismo defendia a centralização do Estado e possuía posturas autoritárias, sendo portador de ideias direcionadas à ‘purificação’ da sociedade e das Forças Armadas, assinalando em sua propaganda revolucionária os grandes males da sociedade.

2.1.1.1 A imprensa pernambucana no contexto da crise do processo político-sucesório

Desde os idos do período imperial, Pernambuco já possuía uma tradição político-jornalística e literária expressiva, recebendo através do jornal Diário de Pernambuco (1825), o título do mais antigo jornal diário em circulação na América Latina.

Segundo Levine (1980), na passagem do século XIX para o século XX, a imprensa escrita pernambucana estava moldada pelo formato de uma empresa capitalista expansiva, com influências na concepção de uma ‘consciência regional’.

A imprensa pernambucana era difundida em vários estados da região nordestina, desde Alagoas até Ceará. Pernambuco passa a ser o segundo estado em circulação do Norte e Nordeste, logo após a Bahia, e o sexto do país, tornando-se “a marca registrada da cultura regional urbana em Pernambuco – o orgulho da elite e uma parte essencial do sistema político” (LEVINE, 1980, p. 104).

Essa construção da realidade é vista por Bourdieu através do poder simbólico, como um poder invisível que tem nos símbolos instrumentos de “‘integração social’: enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação, [...] eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social” (BOURDIEU, 2010, p. 10).

Nesse sentido, é possível entender a possibilidade de existência de uma ideologia dominante num partilhamento de valores e crenças que, por já se encontrarem na sociedade, possibilita uma adesão à ordem social. É nessa perspectiva que Thompson (2009) vê a ideologia dominante como “um sistema simbólico que, ao incorporar as pessoas de todos os extratos à ordem social, ajuda a reproduzir a ordem social que serve aos interesses dos grupos dominantes” (THOMPSON, 2009, p. 122).

Na análise de Barros (1985), a imprensa na década de 1920 possibilitou uma interação com vários segmentos da sociedade, centralizando um poder de promoção imprescindível. A dimensão do poder da imprensa pode ser elucidada pelo fato de que tanto intelectuais como técnicos precisavam, de alguma forma, estar ligados a ela para terem reconhecimento de seus trabalhos e, assim, dar visibilidade as suas atividades profissionais, tornando-a menos informativa e, consideravelmente, especializada (BARROS, 1985).

Vale salientar que, nos anos de 1920, a profissão de jornalista ainda não era regulamentada pelo Estado, não existindo, portanto, um reconhecimento oficial dessa

profissão. Contudo, os profissionais do jornalismo eram compostos por escritores, bacharéis, sociólogos, professores de direito e pessoas ligadas à intelectualidade.

Dessa forma, uma das características peculiares da imprensa pernambucana, nesse período, foi permitir o aparecimento de vários autores: articulistas¹⁵, ensaístas, romancistas, teatrólogos, políticos, profissionais da área médica, além de outras profissões, apresentando um caráter artístico-literário acentuado¹⁶.

A imprensa nos anos de 1920, em Pernambuco, abriu as portas para intelectuais dos meios acadêmicos, motivados pelo saber e pelas inquietações do pensamento intelectual de uma época, bem como para desenhistas e caricaturistas, que ainda não tinham como frequente o uso de seus trabalhos - desenho técnico - em artes de propaganda, os quais também eram desejosos de alcançarem reconhecimento na sociedade (BARROS, 1985).

Segundo Barros (1985), os assuntos políticos foram os que mais repercutiram na imprensa nas primeiras décadas do século XX. Assim, tornou-se evidente que nas atividades jornalísticas:

A imprensa política teve, na década [20], seu maior predomínio, debatendo teses partidárias, travando polêmicas que às vezes extravasavam para o insulto, enfática e sugestiva, abrindo espaço mais amplo ao noticiário de fora de portas, dando cobertura às agitações de caráter revolucionário, aos movimentos sindicais e à luta contra o banditismo que infestava o sertão, incentivando a crônica da vida social mundana através de jornalistas especializados (BARROS, 1985, p. 182).

Nos primeiros anos do século XX, Pernambuco já possuía uma representativa rede de jornais impressos e com grande circulação. Conforme se encontra em Barros (1985), a partir da contribuição do trabalho de Luiz do Nascimento, havia nos anos de 1920 treze jornais

¹⁵ Na obra de Barros (1985), Gilberto Freyre, Sílvio Romero e José Campelo foram citados na categoria de articulistas da imprensa pernambucana, no contexto da década de 1920.

¹⁶ São muitos os nomes que contribuíram para o caráter político-literário da imprensa pernambucana. Célebres personalidades que enriqueceram a vida política e intelectual de Pernambuco estão registradas em toda a obra de Barros (1985). Boa parte desses nomes é possível encontrar entre as páginas 180-188. Todavia, são merecedoras de destaque algumas personalidades do jornalismo e alguns intelectuais: Carlos Lyra Filho, Gonçalves Maia, Manuel Caitano, Hersílio de Souza, Oliveira Lima, Franca Pereira, Assis Chateaubriand, Baltazar Pereira, Farias Neves Sobrinho, Mário Rodrigues, Odilon Nestor, Salomão Filgueiras, Manuel Arão, Luís Cedro, Tomé Gibson, Manuel Duarte, João Barreto de Menezes, Anibal Fernandes, Mário Melo; Luiz Delgado, Barbosa Lima Sobrinho, Caio Pereira, Sílvio Rabelo, José de Sá, José Campelo, Anísio Galvão, Joaquim Inojosa, Samuel Campelo, Olívio Montenegro, Valdemar de Oliveira, Manoel Bandeira, Carneiro Vilela e o jornalista Joaquim Pimenta, o qual participou do grupo de apoio à candidatura do Senador Carneiro da Cunha para o governo do Estado de Pernambuco, nas eleições de 1922, em plena crise do processo sucessório, e tantos outros que contribuíram com suas críticas, obras e análises político-sociais, dando um novo sentido ao papel da imprensa na sociedade pernambucana.

credenciados em Pernambuco, dos quais, doze eram de origem laica e apenas um – A Tribuna - de origem Católica, a saber:

[...] Diário de Pernambuco, A Província, Jornal do Recife, A Noite, A Rua, A Notícia, Jornal Pequeno, Diário do Estado, O intransigente, Jornal do Comércio, Diário da Manhã, Diário da Tarde e a Tribuna. A renovação da imprensa de Pernambuco deveu-se, inquestionavelmente, ao Diário da Manhã e ao Diário da Tarde, jornais de maior destaque sobretudo pelo que apresentavam de avanço técnico-gráfico. Mas a Província teve, também, sua boa parte de novas normas jornalísticas, na fase de Gilberto Freyre. A grande porta da imprensa foi transportada, na era dos 20, por intelectuais de mercado relevo – vindos sobretudo, dos bancos acadêmicos, cheios de idealismo, ingressando de peito aberto nas lides incruentas do pensamento e da ação, a serviço da comunidade (BARROS, 1985, P. 181).

A paixão pela política refletia-se na imprensa pernambucana, tornando evidentes os setores que ela representava. Portanto, havia lideranças vinculadas à aristocracia fundiária e industrial, a exemplo do Dr. Calos Lyra¹⁷ e do Sr. João Pessoa de Queiroz, bem como diversas lideranças vinculadas à imprensa proletária, entre elas, o próprio Souza Barros, merecendo destaque os seguintes jornais: Tribuna do Povo, Hora Social, A Voz Operária e O Maracajá (BARROS, 1985).

A presença da imprensa na política era tão evidente que, no ano de 1922, Pernambuco passava por um processo sucessório bastante conturbado, submetendo-se à intervenção do Governo Federal e desencadeando outros acontecimentos, apresentando na estrutura dos grupos políticos, direta ou indiretamente, a presença da imprensa.

Essa característica política da imprensa pernambucana encontra-se bastante visível na narrativa de Luiz do Nascimento, ao ressaltar o posicionamento político de alguns jornais em circulação no Recife, durante o processo político-sucessório em Pernambuco (1922), dentre os quais se destacam o Jornal do Recife, A Província e o Jornal do Commercio, tendo em seus noticiários grande espaço a propaganda política.

1922 foi um período de grande luta política, desde quando os partidos escolheram seus candidatos à sucessão governamental: do lado borbista, Jose Henrique Carneiro da Cunha, e, do lado pessoista, Eduardo de Lima Castro. O Jornal do Recife adotou a primeira das candidaturas, entrando, firme, na campanha contra a segunda, em consequência do que teve de travar veemente polêmica com o Jornal do Commercio e, em particular, seu diretor, João Pessoa de Queiroz, trocando doestos e descomposturas, e com A Província e seu redator-chefe, Gonçalves Maia. O segundo dos candidatos tinha o apoio do

¹⁷ Fazendeiro, diretor e proprietário do jornal Diário de Pernambuco, de 1913 a 1931, quando vende o jornal à cadeia dos Diários e Emissoras Associados, fundada por Assis Chateaubriand.

presidente Epitácio Pessoa e contava com a força federal aquartelada no Recife. Essa propaganda política ocupou grande espaço do matutino, culminando com as sangrentas ocorrências pos-eleitorais, uma vez verificada a vitória do candidato borbista. Sucediavam-se tiroteios e o Jornal foi ameaçado de empastelamento, sendo por vezes alvejado o seu edifício; deixou, por isso, de circular nos dias 30 e 31 de maio, uma vez que o pessoal de serviço recusava sair de casa rumo à redação e oficinas. "Nunca Pernambuco pensou ter dias tão rubros, tão negros para a sua história" (edição de 1-6-1922). O Estado esteve a pique de sofrer os vexames duma intervenção federal e os acontecimentos não se agravaram ainda mais porque sobreveio um acordo político, com a escolha do juiz Sergio Loreto para ocupar o governo, independente de eleição (NASCIMENTO, 1966, p.151)

Parte da narrativa apresentada por Nascimento (1966) pode ser exemplificada nas manchetes do Jornal do Commercio dos dias 03 e 17 de junho de 1922, ao noticiar as atitudes violentas que, segundo o respectivo jornal, eram atribuídas ao grupo borbista. A este grupo também eram designados os sentidos ideológicos marcados nas seguintes Formações Discursivas: Linguagem do Ódio e Ditadura da Maldição.

Na manchete do dia 17 em destaque, deixa evidente a participação do jornalista Joaquim Pimenta junto ao grupo político chefiado por Manoel Borba, referenciado na análise sobre “A Questão Pernambucana e o Clube Militar”, realizada por Carone (1977).

Figura 2 – Jornal do Commercio – Borbismo sinistro



Fonte: Jornal do Commercio, Recife, p. 1, 3 de jun. 1922.

Figura 3 – Jornal do Commercio – Uma reportagem sensacional



Fonte: Jornal do Commercio, Recife, p. 1, 17 de jun. 1922.

Essa crise ocorrida no processo político-sucessório para a presidência do Estado de Pernambuco, nas eleições estaduais em maio de 1922, segundo Carone (1977), ficou popularmente conhecida como: “A Questão Pernambucana e o Clube Militar”. Essa crise apresenta com nitidez as disputas entre niilistas e bernardistas, bem como os grupos de apoio para o domínio político local, conforme apresentado na tabela 8.

Tabela 8 - Situação política em Pernambuco - ano de 1922

Grupos Políticos	Candidatos	Grupos de Apoio
Estácio Coimbra ¹⁸ e Dantas Barreto ¹⁹	Eduardo de Lima Castro	Os Pessoa de Queiroz (bernadistas), parentes do presidente Epitácio Pessoa

¹⁸ Advogado, Latifundiário e político (deputado, estadual, federal e governador provincial em Pernambuco de setembro a dezembro de 1911; e eleito governador em seu segundo mandato, de dezembro de 1926 a maio de 1930, foi deposto pela Revolução). Exerceu o cargo de Ministro da Agricultura no governo de Epitácio Pessoa (1919-1922) e vice-presidente da República no governo de Artur Bernardes (1922-1926).

¹⁹ Pernambucano advindo de família sem vínculo oligárquico (roceiros). Ascendeu nas Forças Armadas (Exército), como ativo participante de diversos combates no território nacional, entre os quais se encontram a

Rosa e Silva ²⁰ e Manuel Borba ²¹	José Henrique Carneiro da Cunha ²² (Senador)	Comunistas e anarquistas (Joaquim Pimenta ²³) e o Governador Severino Pinheiro ²⁴ (niilista)
---	---	---

Fonte: CARONE (1977)

Conforme demonstrado na tabela acima, havia dois grandes grupos políticos em disputa: os bernardistas e os niilistas. Os bernardistas tinham o apoio dos Pessôa de Queiroz, e como candidato Lima Castro. Os niilistas estavam representados pelos grupos do governador Severino Pinheiro e do jornalista Joaquim Pimenta, e tinham como candidato o senador Carneiro da Cunha. Essas disputas levaram os citados grupos políticos a fazerem do Recife um palco de luta armada envolvendo a polícia e os cangaceiros de Severino Pinheiro contra os jagunços dos Pessôa de Queiroz e as tropas do exército.

O resultado da eleição aponta Carneiro da Cunha como eleito. Contudo, o clima de insegurança ainda perdura pelo descontentamento do resultado das eleições. Em 18 de junho de 1922, com o intuito de conter o estado de insegurança no Recife, Carneiro da Cunha telegrafa ao Presidente Epitácio Pessôa, informando o caos na cidade e solicita segurança.

O episódio da eleição ao governo do Estado de Pernambuco é marcado por muita violência não apenas na capital recifense, mas em outras regiões do estado. Esses conflitos intensificaram-se quando foi anunciada a vitória do senador Carneiro da Cunha, para o governo do Estado de Pernambuco e o Jornal do Commercio, simpatizante da candidatura de

Guerra do Paraguai, a Revolta da Armada e a Guerra de Canudos, chegando a ocupar o posto de General de Divisão do Exército Brasileiro. Apoiado pelos militares com a chegada do marechal Hermes ao poder em 1910, lança-se candidato ao governo de Pernambuco em 1911, disputando as eleições provinciais com o seu adversário político e arqui-inimigo, Francisco de Assis Rosa e Silva. Governou Pernambuco no período de 1911 a 1915.

²⁰ Advogado, filiou-se ao Partido Conservador ingressando na política como deputado provincial. Ocupou a vice-presidência da República no governo de Campos Sales (1898-1902). Em 1901, adquire o jornal Diário de Pernambuco, e deixa-o sob a direção do deputado federal Artur Orlando. Em 1911 disputa o governo de Pernambuco com o general Dantas Barreto, apoiado pela ascensão do marechal Hermes da Fonseca a presidência da República (1910-1914). A vitória de Rosa e Silva ao governo do Estado produz uma série de conflitos armados e sangrentos no Recife, tendo como uns dos alvos o Palácio do Campo das Princesas (sede do governo de Pernambuco – gestão de Estácio Coimbra) e o jornal Diário de Pernambuco, de propriedade de Rosa e Silva.

²¹ Filho de Simão Velho Pereira Borba, participante da Revolução Praieira de 1848, e sobrinho bisneto de José de Barros Lima (o Leão Coroado da revolução de 1817), formou-se em Direito fazendo carreira na área judiciária atuando como promotor e, na política, como deputado federal, senador, prefeito de Goiana e governador de Pernambuco. Em seu governo (1915-1919), criou a Imprensa Oficial e incrementou incentivos para a pecuária no Estado.

²² Advogado, político e usineiro, natural de Recife, foi governador de Pernambuco de 18 a 24 de dezembro de 1919 e senador no período de 1921 a 1929.

²³ Na análise de Carone (1977), o jornalista Joaquim Pimenta participou no processo sucessório em Pernambuco, chefiando elementos populares. Ainda sob a análise do autor, Pimenta evoluiu, em suas concepções políticas, do Anarquismo para o Comunismo.

²⁴ Presidente do Senado Estadual, que após a morte do governador José Rufino Bezerra Cavalcanti (1919), assumiu o governo do Estado de Pernambuco (1921-1922), sendo sucedido através de novas eleições pelo governo de Sérgio Teixeira Lins de Barros Loreto (1922-1926).

Eduardo de Lima Castro, divulgava um resultado diferente, ampliando os conflitos em torno do processo político sucessório no Estado.

Essa informação é um registro da influência do poder político representado pela imprensa escrita no período, ressaltando seu projeto de hegemonia na sociedade. A notícia do Jornal do Commercio de 13 de junho de 1922 é a prova cabal do poderio do grupo Pessoa de Queiroz na política local.

Figura 4 – O resultado geral do pleito – A Victoria de Lima Castro



Fonte: Jornal do Commercio, Recife, p. 2, 13 de jun. 1922.

No dia 26 de junho de 1922, o marechal Hermes envia telegrama aos comandos militares, em nome do Clube Militar, dizendo estar “contristado com a situação angustiosa que se encontra o Estado de PE, dando ao Exército a posição de algoz do povo pernambucano” (CARONE, 1977, p. 36).

Ao fazer referência aos artigos 6º e 14º da Constituição, o marechal Hermes faz alusão à proibição de desviar as Forças Armadas de sua missão, procurando, dessa forma, denunciar a intervenção em Pernambuco e expor a postura autoritária do presidente Epitácio Pessoa, contrária aos ideais de um regime democrático.

A divulgação desse telegrama na imprensa escrita e os comentários que eram anexados sobre o episódio, provocaram uma reação do presidente Epitácio Pessoa, culminando com uma repreensão ao marechal Hermes. O marechal não aceita essa ‘punição’ do presidente, afirmando que o respectivo telegrama havia sido submetido à apreciação do Clube Militar. A insubordinação do marechal leva o presidente da República a ordenar sua prisão, sendo relaxada em menos de 24 horas e, conseqüentemente, a suspensão do funcionamento do Clube Militar por seis meses.

Dessa forma, a repercussão do telegrama atribuído ao marechal Hermes da Fonseca, e divulgado nos principais jornais em circulação do país, teve uma amplitude nacional, causando um grande descontentamento nos setores militares insatisfeitos com a política oligárquica do período.

É importante salientar que a imprensa pernambucana teve uma ação política muito efetiva nos anos de 1920, podendo ser considerada uma arena de debates dos mais diversos assuntos, desde políticos aos de ordem sociocultural, estruturada na representatividade ideológica de seus grupos políticos, que se fez representar por uma elite intelectual.

Convém ainda ressaltar que, desde o período colonial, as carreiras tradicionais como direito e medicina foram prestigiadas por seu *status* social. Segundo Miceli, (1979), no início do período republicano, ainda se pode constatar que a grande maioria dos intelectuais permaneceu ingressando nas diversas áreas tradicionais da burocracia civil, tanto no magistério superior como docentes das áreas de direito, medicina e engenharia, como em outras disciplinas que foram constituídas junto às Faculdades de Filosofia, Letras e Ciências, assim como nas carreiras judiciárias e diplomáticas, em um período de grande expansão dessas atividades.

[...] o projeto do poder central em assumir a formação escolar e ideológica das novas frações intelectuais levou à criação das faculdades de filosofia, ciências e letras, dando ensejo à introdução de novas disciplinas (sociologia, antropologia e etnografia, geografia humana, economia política, ciência política, etc.) e ao recrutamento de especialistas brasileiros e estrangeiros que dispunham de remuneração equivalente àquela auferida pelos docentes dos ramos tradicionais. [...] o magistério superior era praticamente a única atividade que não constituía empecilho ao desempenho legal de outras funções públicas remuneradas, privilégio de que se valeram diversos intelectuais. A carreira diplomática, por sua vez, ainda subsistia como refúgio de letrados bissextos, poetas antiquados, memorialistas mundanos e outras categorias de intelectuais diletantes (MICELI, 1979, p. 156-157).

Entre essas atividades, ser bacharel em direito era uma das principais profissões, que, a princípio, teve a formação em Coimbra – Portugal, e, posteriormente, pela Faculdade de Direito do Recife, através do Seminário de Olinda, tornando as Ciências Jurídicas, sobretudo, símbolo de prestígio de um saber intelectual, bem como de uma representativa afinidade com o poder político.

Todas essas questões suscitadas são traços característicos e também contraditórios da moderna sociedade pernambucana. Ou seja, uma sociedade que permanecia constituída nos moldes da cultura tradicional, bipolar, desigual e analfabeta, que, em fins do século XIX, ainda se encontrava dividida entre o abolicionismo e a força de trabalho escravocrata, entre a República e a Monarquia.

Nessa sociedade, a propriedade da terra não representou apenas o poderio econômico de uma classe que enriqueceu com a exploração do trabalho escravo na produção de bens e produtos para o mercado externo, mas, sobretudo, a concepção de um poder ideológico, com a produção de bens simbólicos, e com um *status* social fomentado pela desigualdade, legitimando o grupo latifundiário, com ‘poder’ de vida e de morte, capaz de transformar pessoas em propriedades e a força de seu trabalho em objeto de troca e mercadoria.

Portanto, a sociedade pernambucana na década de 1920 ainda se encontrava presa a seus valores coloniais, tradicionais e coronelísticos, de predominância rural e agrária e com grande concentração de analfabetos, convivendo com o desafio de acompanhar o desenvolvimento urbano-industrial, as impressões estéticas construídas pelo Movimento Modernista, as primeiras agitações de ordem social no país, o banditismo no sertão, as ideias do mundo moderno (o cinema, a publicidade, as revistas especializadas, entre outros), e a movimentação de uma imprensa capitalista que, pela ação de seus intelectuais, procurava expressar as transformações ocorridas na sociedade, constituindo uma ação de vanguarda na política brasileira.

2.2 O advento do tenentismo

Na passagem do século XIX para o século XX, há no cenário mundial uma série de transformações ao nível econômico que irão configurar um novo formato na economia internacional.

Segundo Fragoso (1990), a Inglaterra como “oficina do mundo” é superada pela produção dos Estados Unidos e pela Alemanha; o setor têxtil, mola propulsora da produção industrial do século XVIII, é ultrapassado pela indústria química, elétrica e de máquinas.

A concentração das riquezas pela produção capitalista possibilita a fusão do capital bancário com o industrial, originando o capital financeiro como um novo instrumento de dominação do capitalismo internacional, que, no curso da “tradicional exportação de manufaturados pelas economias industriais, faz crescer o número de investimentos (em ferrovias, serviços públicos, empresas produtivas ou na forma de empréstimos) nas colônias, possessões e países denominados ‘periféricos’” (FRAGOSO, 1990, p. 185).

Nesse mesmo período, no Brasil, coexiste uma estrutura agrário-exportadora hegemônica que em 1920, segundo Fragoso (1990), ainda detinha 66,7% da população economicamente ativa, e um incipiente processo de crescimento urbano-industrial paralelo à ampliação das estradas de ferro ligadas aos grandes centros econômicos.

Esses grupos agrários sob a hegemonia dos cafeicultores paulistas, críticos à centralização monárquica, contribuíram para a implantação de um Estado republicano, que, através do coronelismo, possibilitou a ampliação do poder das oligarquias estaduais.

Na verdade, a estrutura política do período apresentou uma modernização dos meios produtivos sem alterações nas estruturas de poder, mas com real exclusão dos setores subalternos na vida política do país, cujo interesse de incorporá-los à cidadania inexistia.

Dessa forma, “a implantação da ficção liberal do sufrágio universal – desde que a todos os alfabetizados em uma população esmagadoramente rural e analfabeta” (MENDONÇA, 1990, p. 252), resume o interesse da manutenção e da consolidação do poder oligárquico, nos marcos de um capitalismo dependente, com uma democracia ilusória e um liberalismo excludente, presentes no período da Primeira República.

Na fase da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os setores industriais urbanos foram beneficiados com alternativas de investimentos, inserindo-se embrionariamente no campo das exportações industriais, além de favorecer a expressiva base agroexportadora, fornecedora de produtos primários aos países capitalistas desenvolvidos.

Desde meados do século XIX, a economia cafeeira foi o setor hegemônico da exportação. Embora dependente do mercado externo, proporcionava de forma incipiente o desenvolvimento de um núcleo urbano-industrial que favorecerá, ainda que de forma embrionária, um crescimento do mercado interno, sendo beneficiada pela política brasileira

através de mecanismos de desvalorização cambial, defendendo-se das oscilações do mercado internacional e garantindo uma valorização comercial do café.

As constantes desvalorizações cambiais como medidas defensivas da economia cafeeira possibilitaram o encarecimento dos produtos importados, dificultando o seu consumo pelos setores médios urbanos, gerando inúmeras insatisfações com a política econômica das oligarquias hegemônicas.

Além disso, num contexto mais regional, a União também legitimava as oligarquias dos setores exportadores de menor produtividade, não extinguindo a possibilidade de existirem dissidências interoligárquicas que viessem a favorecer as camadas médias urbanas, possíveis aliados contra o poder hegemônico das oligarquias. O interesse da União nesses setores menos expressivos encontra-se na estratégia de dominação política, visto que as oligarquias estaduais tinham por meio do coronelismo a sustentação do seu curral eleitoral, dominando a grande massa da população rural, que, fora das oligarquias, tinha capacidade de representação política reduzida (FORJAZ, 1977).

Por conseguinte, o quadro de insatisfação apontava, com propriedade, para os setores médios da população, de onde o Exército fazia seu recrutamento, sendo possível entender que havia um inconformismo antioligárquico e que se aspirava a uma maior participação da classe média nos assuntos políticos do país. Ainda que existisse uma “provável” identificação ideológica com o movimento tenentista, estas questões não foram suficientes para que a classe média tivesse uma representatividade efetivada com os tenentes.

Tais contestações são apontadas por Boris Fausto (*apud* FORJAZ, 1977) ao analisar o comportamento político das camadas médias no processo de crise da Primeira República e a “provável” identificação / representação desses setores através dos tenentes.

Segundo Fausto (*apud* FORJAZ, 1977), a pequena vinculação dos tenentes com os civis não configurou laços organizatórios entre eles e as camadas médias urbanas, embora existisse uma simpatia popular e um possível apoio difuso, derivado de uma “aparente” identificação com as dissidências civis. Contudo, essas características não foram suficientes para implicar a existência de uma estreita vinculação entre os tenentes e as classes médias urbanas.

Não havia, portanto, uma identidade “ideológica” entre o tenentismo e as classes médias urbanas. Estas eram de tendência liberal-democrática, viam na industrialização a possibilidade do crescimento do setor terciário, assim como novas modalidades de trabalho;

enquanto os tenentes tinham “uma ideologia embrionariamente autoritária, elitista e centralizadora” (FORJAZ, 1977, p. 26), sua atuação política vinculava-se ao aparelho de Estado através das Forças Armadas, com relativa autonomia em relação à sociedade civil.

As camadas médias urbanas, devido à dependência estrutural das oligarquias, tornam-se incapazes de organizar um partido político que expressasse seus interesses e contestasse o poder da dominação oligárquica.

As Forças Armadas, representadas pelos tenentes, passam a preencher essa lacuna, sendo vistas por alguns setores militares como a guardiã das instituições e da segurança da nação, assumindo o papel de porta-voz das aspirações das camadas médias urbanas.

Deste modo, as raízes do tenentismo estão relacionadas a vários acontecimentos que anteciparam o levante de 05 de julho de 1922, cujo estopim foi a prisão do Marechal Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar pelo Decreto nº 15.543 de 1º de julho de 1922.

O movimento tenentista era portador do ideário elitista, voltado para a purificação das Forças Armadas e da sociedade como um todo. Seu programa continha traços autoritários e um vago nacionalismo, que defendia a centralização do Estado, e incorporava “o uso da violência enquanto instrumento político, aliando-se ao exercício do papel arbitral e ‘purificador’ do Exército na defesa e manutenção dos regimes” (MENDONÇA, 1990, p. 259).

As rebeliões tenentistas apontam a inflação e o desequilíbrio orçamentário como os grandes males sociais, assim como a fraude e as desigualdades regionais. Com efeito, o tenentismo produziu uma inflexão na vida política brasileira, tornando-se para as “camadas intermediárias e populares da sociedade o grande depositário das esperanças de uma alteração da ordem vigente” (FAUSTO, 1977, p. 409).

O Tenentismo foi um fenômeno bastante estudado, apresentando três grandes correntes teóricas de abordagem interpretativa. Essas correntes teóricas encontram-se diferenciadas a partir de seus autores e do período em que estão inseridos na construção historiográfica.

A partir da riqueza da obra de Prestes (1997), foi possível analisar o Tenentismo, enfocando os grupos de autores de referência que estudaram o respectivo fenômeno e seu período histórico, suas correntes teóricas e abordagens interpretativas, conforme apresentados na tabela 9.

Tabela 9 - Grupos de autores e abordagens interpretativas sobre o Tenentismo

Grupo de Autores	Corrente Teórica	Fenômeno	Abordagem Interpretativa
Virgínio Santa Rosa. Com algumas variantes, encontram-se: Nelson Werneck Sodré, Edgar Carone, Leôncio Basbaum, Abguar Bastos, Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos e Wanderley dos Santos	1ª corrente	Tenentismo	Devido às origens sociais (pequeno-burguesas), num sentido amplo, o Tenentismo passa a ser interpretado por esta corrente como a “expressão da pequena burguesia urbana contra a estrutura do poder oligárquico. Uma concepção dualista de análise da sociedade brasileira.
Paula Beiguelman, Boris Fausto, Maria do Carmo Souza, Décio Saes, Edmundo Coelho, José Murilo de Carvalho, Eurico Figueiredo e José Augusto Drummond	2ª corrente	Tenentismo	Nesta corrente em seu sentido mais amplo, há uma contestação da absolutização da origem social dos tenentes apresentada pela 1ª corrente. Em contrapartida, nesta 2ª corrente haverá uma absolutização do aspecto militar dos tenentes, sendo vistos como produtos de instituições militares, ou seja, um fenômeno das Forças Armadas com seu papel no aparelho de Estado.
Paulo Sérgio Pinheiro Anna Maria Martinez Corrêa Maria Cecília Spina Forjaz	3ª corrente	Tenentismo	Nesta corrente predomina a interpretação de que o Tenentismo encontra-se numa relação entre o seu posicionamento no aparelho militar e sua origem na classe média.

Fonte: PRESTES (1997)

Conforme já foi apresentado anteriormente, o período da Primeira República foi marcado por crises política e socioeconômica, cujo agravamento se deu nos anos 1920 e 1930.

O Tenentismo enquanto um fenômeno político apresenta várias correntes de autores e de abordagens interpretativas. A opção pela análise de Fausto (1977) sobre o Tenentismo deve-se, sobretudo, por compreender que o movimento tenentista foi um fenômeno das Forças Armadas inserido num processo político da crise oligárquica da Primeira República. Nesse sentido, são apresentados dois pontos fundamentais para analisar momentos dessa crise:

1. O descontentamento de um grupo funcional, representado pelo Exército, que havia sido aliado do poder; e
2. A crescente insatisfação da população urbana associada à classe média.

Assim, pela perspectiva de Fausto (1977), o Tenentismo será analisado no contexto da crise dos anos de 1920, com ênfase no descontentamento militar, como um fenômeno das Forças Armadas, com seu papel no aparelho de Estado e de uma suposta representatividade

dos tenentes pelos setores urbanos, no período mais turbulento da Primeira República, que irá oscilar em três grandes momentos:

1. O primeiro, em 1922, aparece com nitidez na crise política sucessória do país, quando os Estados de MG e SP indicam Artur Bernardes para a presidência da República, acertando, desde então, a candidatura de Washington Luís como seu sucessor. Outro acontecimento que merece destaque no período, diz respeito à rebelião em julho de 1922, a qual se encontra relacionada à “Questão Pernambucana”, que faz alusão ao processo político-sucessório no Estado de Pernambuco, quando das repercussões do telegrama emitido pelo marechal Hermes da Fonseca, ocasionando a sua prisão e a suspensão de funcionamento do Clube Militar.
2. O segundo momento, a partir de 1926, quando a intensidade dessa crise oligárquica começa a apresentar sinais de uma diminuição. A partir de então, a sociedade agroexportadora começa a dar sinais de sua ‘superação’ por uma sociedade do tipo urbana e industrial.
3. O terceiro momento encontra-se relacionado ao retorno da crise no seu auge, em 1929, com a grande depressão econômica e a queda da bolsa de valores de New York, finalizando com a Revolução de 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder e a ascensão de muitos que atuaram no movimento tenentista.

Portanto, essas características apresentadas por Fausto (1977), na análise interpretativa do Tenentismo, motivaram a opção teórica da pesquisa, permitindo compreender a existência de uma “possível” tentativa dos tenentes, enquanto um fragmento da sociedade política e membros do aparelho do Estado, serem legitimados pela sociedade civil.

Contudo, vale ressaltar que, além de um vago nacionalismo, o movimento tenentista possuía em sua estrutura um reformismo social ingênuo, ao buscar apoio popular e sendo incapaz de organizá-lo, inclusive, incapaz de organizar um partido político; ao pretender ampliar a representatividade do Estado na sociedade, mantendo-se numa perspectiva elitista e autoritária, e, ainda, buscando representar os interesses imediatos dos setores médios urbanos, posicionando-se como representante dos interesses de toda a nacionalidade brasileira.

2.3 O papel da Igreja e dos intelectuais católicos

A presença da Igreja Católica entre nós remonta ao processo colonizador do Brasil, no século XVI, sendo a sua participação assegurada pela instituição do Padroado, por meio da qual a Igreja encontrava-se vinculada ao Estado português.

Após as turbulências das revoluções ocorridas na Europa entre os séculos XVIII e XIX²⁵, a Igreja Católica chega ao final deste último século motivada pelo renascimento espiritual, fruto do amadurecimento dos espíritos, marcado pela importância da participação de seus intelectuais na formação da sociedade (TRINDADE, 1978).

Esse renascimento da Igreja, iniciado na França no final do século XIX, opunha-se ao domínio do Naturalismo e do Positivismo, com características reacionárias, contrarrevolucionárias, antimodernas, antiburguesas e de uma nostalgia de seu poder no *Medievo*.

Contudo, com a separação entre o Estado e a Igreja, fruto do advento da República, novos desafios surgem no panorama eclesiástico, entre eles, o de se manter forte e permanecer como uma referência no progresso da nação brasileira, no seu processo ‘civilizador’, além de buscar assegurar a garantia de suas propriedades e alguns de seus privilégios institucionais.

Os desafios não se limitaram à questão da norma legislativa, ocasionados pela mudança das formas de Governo e de Estado, mas também pela crise social e política que envolveu eventos ditos miraculosos e messiânicos no florescer do Brasil republicano.

Após a Proclamação da República, há registros no ano de 1892, de alguns movimentos religiosos²⁶ que já haviam eclodidos no Brasil. Juazeiro, no Ceará, era um deles e se encontrava sob investigação da Igreja. O bispado de Fortaleza, através do “Pe. Francisco Ferreira Antero, Doutor em Teologia pela Universidade Gregoriana e Secretário da Comissão de Inquérito” (MOURA; ALMEIDA, 1977, p. 323), era quem estava encarregado de investigar os acontecimentos ligados à pessoa do Padre Cícero Romão Batista.

As investigações realizadas pelo Padre Antero não encontraram uma explicação natural para os acontecimentos em Juazeiro, sugerindo-os como resultados de efeitos miraculosos, contudo não havia um consenso entre o clero.

²⁵ Trata-se das grandes revoluções que marcaram a sociedade ocidental: A Revolução Industrial (1780), a Revolução Francesa (1789), o avanço das manifestações revolucionárias do comunismo e o temor do proletariado na Europa, que fizeram parte do episódio conhecido como a Primavera dos Povos em 1848.

²⁶ Esses movimentos religiosos referem-se ao fenômeno do messianismo ligado aos beatos Antônio Conselheiro e José Lourenço, e a setores populares da Igreja Católica, como o caso do Pe. Cícero.

As divergências no seio da Igreja possuíam características não apenas religiosas, mas também políticas. O próprio bispo de Fortaleza, D. Joaquim José de Oliveira, e D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, futuro Cardeal Arcoverde, não compartilhavam da ideia de que os acontecimentos de Juazeiro estivessem relacionados a algo divino, levando-o a nomear uma nova comissão para investigar o caso.

A segunda comissão instituída descaracterizou todo o sentido miraculoso apontado pela primeira, desvirtuando os acontecimentos ocorridos em Juazeiro, no Ceará, ao nível de uma aleivosia, cujo objetivo era de ludibriar a boa fé dos devotos, carentes de um herói-salvador.

Dessa forma, o bispado de Fortaleza fez prevalecer o relatório da segunda comissão, descaracterizando, oficialmente, todo o sentido de milagre atribuído ao Padre Cícero, o qual passou a sofrer as sanções da Igreja, inclusive a excomunhão, retornando mais tarde ao cenário político-religioso à frente de um poder político-coronelístico na região do Cariri no Ceará.

Paralelo aos acontecimentos de Juazeiro, a Igreja oficial também teve divergências com o movimento religioso do beato José Lourenço e do messianismo formado em torno de Antonio Conselheiro.

A princípio, parece não ter havido pela Igreja nenhuma rejeição do ponto de vista da doutrina do beato Conselheiro, vista como popular, mas grande receio de ameaça à ordem pública, por rejeitar o regime republicano. Entretanto, a estrutura de Canudos, contrária a qualquer tipo de relação de dependência hierárquica, e de devoções não limitadas à liturgia da Igreja Católica Apostólica Romana, contribuiu para a desconfiança da Igreja Oficial que, de igual modo, passa a sofrer sanções como as que foram aplicadas ao Padre Cícero, sem, contudo, afetar a popularidade e a religiosidade no imaginário popular do povo nordestino.

É importante destacar que o advento da República retirou da Igreja a exclusividade de muitas atividades, como o sacramento do casamento religioso como a legítima e verdadeira forma de casamento, o controle dos cemitérios e a questão do ensino religioso, contribuindo para redirecionar suas atividades sociais a uma parcela menos favorecida da sociedade.

Destaca-se ainda que foi a partir da própria Europa que a Igreja Católica passou a admitir o catolicismo popular, mediante a reforma da Santa Sé, como a doutrina social da Igreja, desde que estivesse submetido ao controle do clero. Portanto, era de grande interesse da Igreja Católica fortalecer sua base popular, razão pela qual havia uma série de precauções

para que não lhe escapasse o controle sobre essa parcela da população, principalmente num período de mudança em que se tinha, em certa medida, uma provável “incerteza” quanto ao papel a ser exercido pela instituição eclesiástica na estrutura social do país.

Nesse momento, a Igreja não tinha nenhum interesse em confrontar-se com a nova organização do Estado brasileiro, pois, além da tensão do período, precisava se resguardar de sua funcionalidade indispensável para o progresso das nações e para o sucesso dos governos perante as autoridades constituídas, a fim de tornar evidente a importância da instituição eclesiástica em sua herança pela manutenção da “ordem” e pelo disciplinamento do controle social.

Compreende-se, portanto, que a implantação do Estado laico, com a Proclamação da República no Brasil, em finais do século XIX, trouxe em seu bojo duas situações a serem consideradas para compreender a relação existente entre Estado e Igreja no período.

Por um lado, a Igreja se pronunciou em defesa de seus direitos, condenando um regime liberal através do *Syllabus* de Pio IX, no qual constava uma série de proposições e até de condenações expressas pela doutrina da Igreja Católica, apresentando os mais importantes erros do modernismo (VATICAN, 2011). Isto é, combatendo as ameaças de expropriação de seus bens e o cerceamento de seus privilégios institucionais como, por exemplo, as questões relacionadas ao casamento, ao ensino, ao controle dos cemitérios e à abertura de novas congregações, entre outros.

Segundo Silva (2003), em sua análise a partir dos estudos realizados por Riolando Azzi,

O processo de Romanização, [...] ocorre simultaneamente ao pontificado do papa Pio IX, que condenou o mundo moderno, tanto na encíclica *Quanta Cura* quanto no *Syllabus*, seu complemento. As Congregações, as novas Ordens aqui chegaram, ou as antigas Ordens que estavam sendo restauradas, passaram a atuar no espírito que a Sé Romana emanava naquele período, um espírito conservador, reacionário ao mundo moderno, avesso às inovações. A Romanização trouxe consigo o espírito reacionário, ou conservador, que experimentava a Igreja Católica na Europa (SILVA, 2003, p. 96).

Um acontecimento marcante na história brasileira que retrata a tensão existente entre o Estado Imperial e a Igreja Católica, e que tem raízes no processo de romanização da Igreja no Brasil, foi a “Questão Religiosa”, título dado ao episódio ocorrido no último quartel do século XIX (1872 e 1875), que levou à prisão os bispos de Olinda (D. Vital) e do Pará (D. Macedo Costa), por cumprirem as orientações do Papa Pio IX, expressas pelo *Syllabus*, que condenava

os erros do liberalismo, em cuja afinidade e ideologia encontrava-se respaldada a maçonaria brasileira, base da força republicana no país.

Este conflito que foi instigado pela imprensa local e levado ao âmbito da Corte Imperial e ao Estado Pontifício, deixando transparecer que, o que estava em evidência “era a luta entre o Estado e a Igreja, entre o Regalismo e a Ortodoxia” (PEREIRA, 1986, p. 21), é um reflexo de que o projeto ultramontano da Igreja Católica encontrava-se, gradualmente, em processo de implantação e expansão, antes mesmo da instauração do Estado laico.

Por outro lado, o prestígio que a Igreja Católica possuía na sociedade, o apoio popular e o seu poder de articulação com séculos de experiência, garantiram-lhe algumas conquistas, a saber: a não expropriação de seus bens, a livre abertura de ordens e congregações religiosas, bem como “receber subvenções da administração pública, durante o primeiro período republicano, a título de ajuda a obras de beneficência” (MOURA; ALMEIDA, 1977, p. 327-328).

A Igreja ao libertar-se do jugo do Padroado, deixando de ser um instrumento civil a serviço do Estado, e passando a gozar de maior autonomia e liberdade na divulgação dos assuntos da Santa Sé perante os seus fiéis, pôde reacender o esplendor da romanização católica, com suas características ultramontanas, aproximando-se do bispo de Roma e fortalecendo a amplitude do poder político e social do Estado Pontifício.

Dessa forma, uma maior liberdade de expressão oficial da Igreja, no período pós-República, permitiu à imprensa eclesiástica através do trabalho de seus intelectuais, propagar as posições político-ideológicas e religiosas da Santa Sé, em particular nos anos de 1920, quando são criadas instituições vinculadas à Igreja Católica como o Centro Dom Vital e a Revista A Ordem, em momentos de intensas crises política e social no Brasil.

Na verdade havia em jogo duas posições político-religiosas: a primeira referia-se à “ameaça” à ordem eclesiástica no Brasil, por contrariar a linha mestra do ‘magistério oficial’ da Igreja, presentes nas orientações do Estado Pontifício, a saber: “condenação do liberalismo e do estado não-confessional, com toda a sequência de suas disposições institucionais, revalorização da tradição religiosa católica e da piedade popular” (MOURA; ALMEIDA, 1977, p. 328), ou seja, das possíveis sequelas que poderiam ser deixadas pela República.

A segunda posição diz respeito à política diplomática mantida pelos bispados no enfrentamento dos momentos críticos da crise política e social da Igreja, no transcurso da última década do século XIX, com seus aspectos internos e externos à instituição, construindo

uma política de conciliação com o Estado brasileiro, um espaço de diálogo que permitiu à Igreja Católica erguer, ao longo das décadas futuras, um poder social com representatividade política.

Todavia, dificilmente uma instituição cujo funcionamento encontra-se moldado na organização hierárquica, estaria se articulando com as mais altas autoridades políticas de um Estado sem a anuência de sua autoridade máxima, o que sugere a presença da Santa Sé nos dois posicionamentos eclesiásticos.

Numa primeira posição, pregando a cartilha papal como código de ética institucional, condenando o liberalismo e as possíveis sequelas que poderiam ameaçar os direitos da Igreja com o advento da República. E em uma segunda posição, orientando o bispado no caminho da conciliação junto ao Estado brasileiro, a fim de minimizar as perdas e assegurar alguns de seus direitos coloniais, dentre os quais, os de propriedade.

Dessa forma a diplomacia passou a ser a voz do Vaticano, o caminho para o reconhecimento da Igreja e a garantia de seus interesses:

O reconhecimento diplomático do regime pelo Vaticano em 1890, a elevação em 1901 de sua representação diplomática no Rio de Janeiro à categoria de nunciatura, e, sobretudo, em 1905, a criação do primeiro cardinalato brasileiro e primeiro da América Latina, na pessoa do Arcebispo do Rio de Janeiro D. Joaquim Arcoverde, ao cabo de uma árdua e vitoriosa batalha diplomática do governo brasileiro, são marcos inequívocos de boa vontade em relação ao regime, sinais portanto de consentimento à política de conciliação levada a efeito pela hierarquia (MOURA; ALMEIDA, 1977, p. 328).

Contudo, é a partir da década de 1920 que o poder de articulação política da Igreja se torna mais visível para o Estado brasileiro. Um clero com uma formação seminarística nos padrões romanos, ‘intelectualizado’, continua trabalhando com o povo simples, mas com outra formação cultural e intelectual, cujo posicionamento político tende a se identificar com os grupos de poder. Empenha-se na função de encaminhar os homens ao encontro espiritual, bem como, sob a pressão do Vaticano e do regime republicano, assumindo a função moralizante de transmitir princípios e valores que assegurem a ordem social.

Neste ponto convergiam os dirigentes da sociedade civil e os da sociedade religiosa, ambos pretendiam evitar *desordem, confusão, perturbação da paz social, inquietação das consciências*, e, portanto, reconheciam a necessidade de disciplinar a sociedade civil, cujos indivíduos eram, *com efeito, os mesmo fiéis que fazem parte da sociedade religiosa*. Este processo de disciplinamento social foi o cerne da convergência entre o catolicismo romanizado e a Modernidade, pois, apropriando-se dos aspectos da Modernidade que podiam lhe ser úteis, a Igreja romanizadora não somente foi capaz de

conviver, como também utilizou a Modernidade para aumentar sua inserção na sociedade civil e para promover a sua aproximação com o Estado, originando uma união não institucional, tácita, entre os dois poderes (RIBEIRO, 2003, p. 17-18).

Assim, a Igreja que, a princípio, teria reduzido sua atuação frente aos novos desafios impostos pelo Estado laico, no regime republicano, encontra-se na década de 1920, predisposta a assumir a função de colaboradora do Estado na organização da sociedade.

Isso só foi possível graças à liberdade de movimentação que a Igreja alcançou com a República, livre do controle do Estado, permitindo o surgimento de novas ordens e congregações eclesiais.

Em breve análise comparativa, em 1889 o Brasil era constituído de uma única província eclesiástica, com uma arquidiocese e onze dioceses. A partir de 1930 já havia no Brasil 16 arquidioceses, 50 dioceses e 20 prelazias, ampliando o campo de atuação do clero na sociedade (MOURA; ALMEIDA, 1977), com forte presença de religiosos estrangeiros e com baixa vocação dos religiosos brasileiros, não correspondendo ao aumento populacional.

Dessa forma, entende-se que foi a partir da renovação espiritual iniciada na França, em finais do século XIX, numa busca motivada pela restauração dos valores espirituais com mobilizações populares, e, ainda, das oportunidades de movimentação das atividades eclesiais no meio social, possibilitadas pelo Estado republicano, que se permitiu ampliar a ação da Igreja Católica no Brasil, no pós 1ª Guerra Mundial, com a determinada atuação do clero e do trabalho de seus intelectuais em centros de estudos e debates como no Centro Dom Vital, nas atividades de ensino, nas ações sociais e na divulgação da doutrina social da Igreja por sua imprensa eclesiástica.

Nesse período que marca o transcurso do século XIX ao início do Brasil republicano, havia uma intensa movimentação de correntes de pensamento ligadas a um sentimento de retorno ao passado, com a finalidade de se pensar o futuro em perspectiva.

Assim, tem-se o Romantismo, convencido da percepção do mundo ideal, esquecendo-se da diversidade do mundo real. O evolucionismo, dando ênfase às ciências naturais e ao progressivo desenvolvimento do pensamento humano. E o Positivismo, valorizando o que ocorria de fato, considerando as diversidades do mundo real, buscando compreender o surgimento e o desenvolvimento dos fenômenos na sociedade.

Decerto, tanto o Evolucionismo quanto o Positivismo serão expressões manifestas do Naturalismo e do antimetafisicismo do século XIX, permeando o pensamento naturalista no ambiente cultural:

A noção do aperfeiçoamento indefinido do indivíduo, que a filosofia evolucionista encerra, condizia com os intelectuais dessa nova classe de bacharéis e doutores e libertava-os, ao mesmo tempo, das crenças teológicas sem os obrigar a aderir à religião da Humanidade. A elite burguesa brasileira encontraria no evolucionismo uma síntese filosófica que justificava a sua atitude política, social e até religiosa, pois que, como diz Engels, o próprio agnosticismo era uma maneira de aceitar ocultamente o materialismo e renegá-lo publicamente (COSTA, 1967, p. 281 apud MOURA; ALMEIDA, 1977, p. 331).

Dessa forma, o ambiente cultural no transcurso do século XIX compartilhava de ideias desde um espiritualismo eclético, cuja origem deve-se a Victor Cousin²⁷, passando por um Naturalismo evolucionista com Tobias Barreto²⁸ e Silvo Romero²⁹, chegando à passagem para o século XX com um Positivismo antimetafísico, um ceticismo agnóstico e um espiritualismo subjetivista³⁰, permitindo que três correntes de pensamento fossem disseminadas na atmosfera cultural: o espiritualismo, o materialismo e o ceticismo (MOURA; ALMEIDA, 1977).

Com a promulgação do *Syllabus* de Pio IX em 1864, que condenava os erros do modernismo com críticas ao liberalismo, ao socialismo e a ciência e, assim, ao materialismo, ao racionalismo e ao panteísmo, reforçada com a proclamação da Infalibilidade Papal no exercício de suas atribuições, *ex cathedra*, apresentado no Concílio Vaticano I em 1870, a Igreja Católica, no Brasil, chegava ao século XX em busca do fortalecimento de seu poder temporal, mediante seu prestígio e sua popularidade, entrosando-se em diversos setores da sociedade, entre os quais cultura e assistência, reafirmando a tradição da fé cristã e a doutrina da Igreja.

Em 1891, a encíclica *Rerum Novarum*, promulgada pelo Papa Leão XIII (1878-1903), tratava de vários temas: o socialismo, o comunismo, a condenação do capitalismo moderno e

²⁷ Pensador e filósofo francês, político e reformador educacional, um dos representantes do ecletismo, membro da Academia Francesa de Letras, a quem lhe é devida a expressão: “A arte pela arte” (*Il faut de la religion pour la religion, de la morale pour la morale, de l'art pour l'art*) assumida pelo parnasianismo.

²⁸ Filósofo, poeta e jurista, que atuou na escola do Recife, inicialmente influenciado pelo positivismo de Comte e Littré, mudando posteriormente, para as influências do monismo e do evolucionismo europeu.

²⁹ Filósofo, jurista e político, atuou na escola do Recife ao lado de Tobias Barreto. Foi influenciado pelo ecletismo de Jouffroy e pelo positivismo de Comte, apoiando-se no monismo evolucionista de Darwin e Spencer.

³⁰ De acordo com Moura; Almeida (1977), Miguel Lemos e Teixeira Mendes eram os principais chefes no Brasil do positivismo antimetafísico; o ceticismo agnóstico no Brasil tinha a influência de Machado de Assis e, no exterior, de Anatole France e Eça de Queirós; o espiritualismo subjetivista com o filósofo Farias Brito.

da usura, o uso comum dos bens e a propriedade particular, a família e o Estado, a Igreja e a questão social, o operariado e a dignidade do trabalho, entre outros, trazendo à discussão que o trabalho não se tratava de mercadoria, mas de um direito amparado por outros direitos.

Com isso, a Igreja Católica do século XX passa a tratar em sua doutrina elementos de convergência, articulação e agregação nos meios sociais, promovendo o fortalecimento de setores ligados aos meios produtivos como o operariado e a indústria.

A doutrina social da Igreja, ainda que combatesse a usura e o ‘capitalismo moderno’, não chegou, na prática, a ser um obstáculo de separação entre a Igreja Católica e o capitalismo, mesmo quando em defesa de políticas que favoreciam o operariado como a melhoria nas condições de trabalho e o reconhecimento de sua dignidade.

Por conseguinte, muitos industriais católicos foram beneficiados com a política eclesial conciliadora da Igreja junto à classe operária, ao ter, a seu favor, os benefícios de uma instituição formadora de opinião.

Em contrapartida, muitos desses industriais contribuíram com o trabalho social da Igreja, através da Obra da Boa Imprensa, a exemplo, em Pernambuco, do coronel Carlos Lyra, industrial, proprietário do jornal Diário de Pernambuco e membro-fundador da Associação da Obra da Boa Imprensa (A SEMANA..., 1925); e do coronel Othon Bezerra de Melo, industrial e membro titular da Associação da Boa Imprensa (A TRIBUNA..., 1926).

Muitos foram os intelectuais católicos, leigos ou ligados ao clero, que contribuíram com suas ideias, ações e pensamentos, materializados em obras, que se tornaram referência para o estudo da ação católica e para a compreensão da formação da sociedade brasileira.

A tese de doutoramento da Professora Emanuela Sousa Ribeiro, defendida em 2009 no Programa de Pós-Graduação em História, pela Universidade Federal de Pernambuco, é, sem dúvida, resultado de um amplo estudo de análise das práticas e estratégias dos intelectuais leigos e eclesiais que atuaram na sociedade brasileira no período de 1889 a 1930, quando se tem a passagem para o Estado laico e o fortalecimento do projeto ultramontano no país.

Encontra-se registrado na segunda parte de seu trabalho, intitulada “Práticas e estratégias para a identidade brasileira”, um estudo sistematizado, baseado em critérios metodológicos e de classificação, visando à identificação dos intelectuais católicos no contexto da Primeira República, nos diversos campos do conhecimento e da ação. Para tanto, utiliza-se do conceito de Habitus, formulado por Bourdieu (2010), buscando identificar a

práxis desses intelectuais, leigos e ligados ao clero, numa análise reflexiva de suas estratégias para a difusão de uma identidade nacional católica na sociedade brasileira (RIBEIRO, 2009).

Nesse sentido, a mobilização dos intelectuais é percebida por várias nuances no cenário político, social e cultural do país, constituindo um amplo e diversificado campo de forças e de lutas sociais, que nas palavras da autora fica claro o entendimento de que a atuação dos intelectuais não ocorreu

[...] somente através da produção escrita e oral (textos doutrinários, discursos, conferências, artigos de jornal, artigos científicos, artigos acadêmicos), mas também através do seu engajamento na difusão do projeto católico de identidade nacional: organização de eventos acadêmicos e religiosos, publicação e edição de obras e, direção de associações diversas (RIBEIRO, 2009, p.105).

Será, portanto, esse engajamento na difusão do projeto católico de ‘identidade nacional’, iniciado no transcurso do século XIX ao início do século XX, ainda com uma militância incipiente, que surgem os primeiros intelectuais católicos da Primeira República, como o Pe. Júlio Maria (1850-1916), doutor em Direito, notório orador e conferencista, com publicações em diversos artigos de jornais publicados em várias capitais brasileiras e no Senado Federal. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, reduto de intelectuais que pensavam sobre o Brasil futuro. Autor de *O catolicismo no Brasil*, cuja temática analisava a presença da Igreja nas sucessivas fases históricas.

Interessado por questões políticas, mas sem demonstrar quaisquer parcialidades pelas bandeiras monarquistas ou republicanas, e impulsionado pela encíclica *Rerum Novarum*, Pe. Júlio Maria via como engano ligar a fé a um regime. Censurava e criticava a timidez e a não participação religiosa nas lutas sociais. Em um dos seus escritos, a exemplo do texto abaixo, traz à discussão os problemas sociais do mundo moderno, e põe em evidência a função política e social da Igreja no Brasil:

Com o direito de brasileiro, católico e padre, disse e demonstrei que o clero no Brasil não pode, nem deve presentemente encastelar-se nos santuários, contemplando de longe o povo e pensando que fará a obra de Deus só com as nossas festas e os nossos panegíricos. [...] substituir às questões políticas, erroneamente predominantes nos governos, nos parlamentos e nos jornais, a questão social, que é a questão por excelência, porque ela afeta os interesses fundamentais do homem e da sociedade; não mais pleitear privilégios que já não têm razão de ser; dar aos partidistas intolerantes dos novos regimes a persuasão de que já não é prudente nem lícito resistir, no que é justo e legítimo, à força nova que agita o mundo; [...] sujeitar o despotismo do capital às leis de equidade; exigir dele, não só a caridade, mas a justiça a que tem direito o trabalho; dignificar o trabalhador; cristianizar a oficina;

levar o ensino cristão, os supremos postulados da consciência humana às fábricas, onde a máquina absorve o homem, não lhe deixando tempo senão de ganhar dinheiro, queimar carvão, ou aperfeiçoar a raça dos animais; proclamar bem alto a eminente dignidade do operário na cidade de Deus, que Jesus Cristo fundou na Terra, não com as castas, as aristocracias, as burguesias ou as dinastias, mas com o povo e para o povo. (MARIA, 1900, p. 245-247 apud MOURA; ALMEIDA, 1977, p. 336).

As repercussões das atividades do Pe. Júlio Maria em diversos segmentos da sociedade, como escola, imprensa, magistratura, parlamento, comércio e em classes dirigentes, demonstra o interesse da Igreja em fortalecer suas bases no espaço cultural (MOURA; ALMEIDA, 1977).

Nessa perspectiva, outras tentativas foram utilizadas para levar a mensagem da Igreja à sociedade: a fundação da União Católica Brasileira em 1907 por Jônatas Serrano (1885-1944), e, assim, a partir de 1915, a ideia de fundar a Universidade Católica no Brasil, foram caminhos encontrados para a expansão da atuação da Igreja.

Outro intelectual católico a ser considerado é Jackson de Figueiredo (1891-1928), também oriundo da área jurídica, que se dedicou à atividade jornalística. Seguidor do espiritualismo subjetivista publicou, em 1916, algumas reflexões sobre a filosofia de Farias Brito. Considerado o grande nome na renovação do movimento católico do século XX, no Brasil, operava com liberdade nas áreas política e social direcionadas à ação política do catolicismo. Fundou a revista *A Ordem* em 1921 e o Centro Dom Vital em 1922; instituições que atuavam na propagação do pensamento da intelectualidade vinculado à Igreja Católica.

Outra personalidade com grande participação na formação intelectual da Igreja foi o Pe. Leonel Franca (1893-1948), considerado um dos mais cultos do país. Nomeado pelo Cardeal Dom Sebastião Leme. Atuou no Centro Dom Vital como assistente eclesiástico, no período de 1928 a 1936. Sacerdote jesuíta, doutor em Filosofia e Teologia, com seu apostolado direcionado para as atividades acadêmicas, exerceu grande influência sobre os intelectuais e a juventude católica, operando em instituições educacionais do Rio de Janeiro. Orientou e incentivou a participação de vários grupos cristãos na Ação Católica, inclusive na Ação Católica Universitária do Rio de Janeiro em 1929, disseminada em outras capitais brasileiras, inspirada nas orientações do Papa Pio XI.

Além das obrigações sacerdotais, atuou ainda como professor, assistente eclesiástico, escritor e orador sacro. Publicou: *A Igreja, a Reforma e a Civilização*. Entre os temas de seu interesse estavam as questões concernentes à educação, à família e ao divórcio, chegando a

publicar as seguintes obras: “Ensino religioso e ensino leigo (1931), O divórcio (1931), Catolicismo e protestantismo (1933) e A crise do mundo moderno (1941)” (MOURA; ALMEIDA, 1977, p. 341).

Seu grande interesse por temas da atualidade e de cunho político e social, bem como sua intensa atividade no meio acadêmico e intelectual católico do período, possibilitou, com o apoio do Cardeal D. Sebastião Leme, a criação da Universidade Católica do Rio de Janeiro, fundada no ano de 1940 (MOURA; ALMEIDA, 1977).

Portanto, é inegável a contribuição da Igreja Católica no processo de formação da sociedade brasileira, tendo na área educacional um dos seus grandes instrumentos de atuação, que, mesmo antes do período republicano, quando vinculado à instituição do Padroado, possibilitou atuar, direta ou indiretamente, na formação de seus intelectuais, tendo no curso de direito no Brasil um clássico exemplo de sua valiosa contribuição para a formação política.

Como foi visto, não foi o advento da República que engessou a ação católica, mas justamente o seu período antecessor, visto que, passado o momento de crise com o Estado, e investido de inspirações da *Syllabus* de Pio IX e da *Rerum Novarum* de Leão XIII, o movimento espiritual da Igreja Católica ganha força com a ação de seus intelectuais em setores de atuação da Igreja, como educação, política e ação social, possibilitando construir uma representatividade política que adviera de sua credibilidade e sua representatividade social, não apenas nos segmentos letrados, mas também nos meios populares. Uma atuação que se tornou imprescindível no papel organizador da sociedade ocidental.

3. A COBERTURA DA IMPRENSA

3.1 A imprensa nos anos de 1920: visão panorâmica da reprodução da notícia sobre os acontecimentos revolucionários de julho de 1922

No período em que ocorreu o Levante Tenentista em julho de 1922, cujo estopim fora motivado pelo fechamento do Clube Militar e pela prisão do Marechal Hermes da Fonseca, com o ápice na marcha dos 18 do Forte de Copacabana em 6 de julho do mesmo ano, havia no Recife quatro grandes jornais em circulação diária: O Diário de Pernambuco, O Jornal do Commercio, A Província e o Jornal Pequeno, todos de origem laica, organismos “privados” voltados para a divulgação de notícias de interesse local, regional, nacional e, em número reduzido, de notícias do cenário internacional.

Era muito comum a concorrência entre os principais jornais da época para obter um contrato de prestação de serviços, pois tais empresas não se mantinham facilmente, principalmente quando havia a possibilidade de projeção dessa imprensa a outros segmentos de poder da sociedade.

Nesse período, o Jornal do Commercio estava ligado a interesses conservadores. Era quem divulgava os atos oficiais do governo local – a Imprensa Oficial - mediante contrato firmado entre o Estado de Pernambuco e o referido jornal. Sua circulação começou “no dia 3 de abril de 1919, fazendo, inicialmente, a propaganda da candidatura Epiácio Pessoa à Presidência da República” (NASCIMENTO, 1967, vol. 3, p. 148).

O processo de legalização de um Jornal Oficial no Estado de Pernambuco só iniciará quatro anos mais tarde com a criação do Diário do Estado, pela Lei nº 1626 de 29 de março de 1924 e pela regulamentação da Imprensa Oficial do Estado de Pernambuco, criada pela Lei nº 1832 de 22 de dezembro de 1926, como um departamento subordinado à Secretaria do Interior e Justiça (OLIVEIRA, 1986).

Dentro desse contexto, as notícias revolucionárias ocorridas no Levante do Forte de Copacabana ganham dimensões nacionais com repercussões regionais e locais. No Recife, os principais jornais divulgavam, diariamente, as repercussões dessas notícias, trazendo em seus editoriais informações oficiais e de articulação política sobre o referido episódio. Alguns deles possuíam a fala do próprio Estado em suas manchetes e noticiários, enfatizando a manutenção da ordem e da legalidade, enaltecendo um Estado de Direito com ações convergentes para o

progresso da nação, e que condenava e criminalizava as contestações ao poder constituído, vistas, nesse âmbito, como subversivas à ordem legal.

Entre os jornais apresentados nesta pesquisa, o *Jornal do Commercio*³¹ é o que apresenta o maior número de manchetes e notícias de teor contundente sobre o citado episódio, focalizando a repercussão ao nível local (Rio de Janeiro), sob a óptica do governo federal e com algumas ligações às repercussões regionais (Pernambuco), e de outros estados da federação. Levanta indícios sobre o envolvimento do Marechal Hermes, acusando-o de chefe da revolução (*O GOVERNO...*, 1922); coloca o Estado Federal numa posição de controle sobre os acontecimentos, numa estratégia de persuadir a opinião pública diante da efervescência dos eventos (*A REVOLUÇÃO...*, 1922a), e atribui ao movimento tenentista um caráter anárquico, sedicioso, rebelde e revolucionário.

Contudo, o foco desse jornal é referendar o discurso do Estado na criminalização do Marechal Hermes como um dos mentores, senão o principal influente, nos acontecimentos revolucionários de julho de 1922.

Essas informações encontram-se envolvidas/registradas em muitas manchetes e notícias do jornal, publicadas durante o período de análise desta pesquisa, e, em particular, em sua coluna *ULTIMA HORA – A Revolução no Rio*, que a exemplo do texto abaixo, faz duras críticas ao Marechal Hermes, ao afirmar que:

[...] a opinião publica continua censurando aereamente a attitudo do Marechal Hermes, primeiro recusando censura ao governo, segundo entregando-se mansamente á prisão para illudir o governo e terceiro, sublevando a Escola Militar, illudindo a boa fé da mocidade inexperiente, fugindo finalmente da responsabilidade de seu acto, occultando-se em lugar desconhecido, acompanhando assim a attitudo dos proceres paisanos da sua nefanda política (*A REVOLUÇÃO...*, 1922b, p. 6).

O *Diário de Pernambuco*³², o mais antigo jornal em circulação da América Latina, apresenta-se no contexto das repercussões de julho de 1922, sem um ‘explícito’ e ‘aparente’ posicionamento político-partidário. Todavia, nos editoriais do *Jornal do Commercio*, sua “imparcialidade” é questionada por sua afinidade ao grupo do senador Manoel Borba, adversário político do Sr. João Pessoa de Queiroz, proprietário do JC, a quem são atribuídas muitas das críticas ao citado periódico (DP), muitas vezes extravasando para o insulto.

³¹ Propriedade do Sr. João Pessoa de Queiroz, ligado por parentesco ao Presidente da República Epitácio Pessoa.

³² Em 1913, o DP passa para o comando do coronel Carlos Benigno Pereira de Lira. Em 1931, o jornal é vendido à cadeia dos Diários e Emissoras Associados, fundada por Assis Chateaubriand.

Com efeito, o DP estava atento às oscilações dos acontecimentos políticos locais (Pernambuco), que envolvia a disputa na sucessão governamental entre Eduardo de Lima Castro e o industrial José Henrique Carneiro da Cunha. Este, após as eleições, não chegou a assumir o mandato devido à crise intervencionista federal, sendo substituído pelo juiz federal Sérgio Teixeira Lins de Barros Loreto, que governou Pernambuco no período de outubro/1922 a outubro/1926.

O Diário divulgava os assuntos ligados ao governo federal, principalmente ao se referir ao deslocamento de tropas federais para a capital pernambucana, que, segundo Nascimento (1962), foi apontado por este jornal como um erro do Presidente Epitácio Pessoa, ao autorizar a intervenção de forças federais na luta contra facções políticas.

O Diário também reproduzia as publicações sobre os acontecimentos que envolviam os setores militares, a sociedade civil e os governos federal e estadual, sem um posicionamento ‘parcial’ aparente, como na manchete: “O Clube Militar e a situação política de Pernambuco” (FONSECA, Hermes, 1922), reproduzida em vários jornais locais, em que o Marechal Hermes critica a intervenção pelas forças federais, quando da sucessão da presidência do Estado de Pernambuco, dando ênfase à função do Exército ao citar artigos da Constituição.

Identifica-se o Diário de Pernambuco, dentro da lógica de uma cultura mais “urbana/modernizante”, com uma perspectiva ideológico-capitalista mais global e uma abrangência um pouco maior aos assuntos de dimensão internacional em relação aos outros jornais citados.

Dessa maneira, em termos de análise dos acontecimentos de cunho político, o Diário de Pernambuco apresentava uma postura menos arbitrária e menos conservadora que o Jornal do Commercio, menos partidário e menos polêmico que os Jornais do Commercio e A Província e, ainda, mais ideológico que o Jornal Pequeno, por buscar transmitir em seus editoriais e noticiários uma ideologia liberal-burguesa com menor expressividade ao contexto político e mais voltado para o mercado, com referenciais na imprensa capitalista norte americana.

Nos jornais A Província e Jornal Pequeno, percebeu-se na filtragem das notícias veiculadas no primeiro semestre do ano em curso a identificação de posicionamentos de setores ligados à sociedade civil, em relação aos acontecimentos de julho de 1922, o que em outros jornais não foi apresentado, provavelmente, por uma tendência “hegemônica”, que buscava referendar as ações do poder constituído e a criminalização dos envolvidos nas referidas manifestações, sem um espaço para as contestações de ideias.

No Jornal A Província, por exemplo, foi encontrada nas notícias veiculadas uma ênfase no acompanhamento das informações que envolviam os setores militares no cenário federal, que, desde as “Cartas Falsas” atribuídas a Arthur Bernardes, irrompe o silêncio do mal-estar na sociedade brasileira, agregado às especulações de um projeto de revolução.

É notório ainda, nesse periódico, encontrar um posicionamento do Estado, através do Ministro da Guerra, Sr. João Pandiá Calógeras³³, ao recomendar aos oficiais do Exército o afastamento de quaisquer agrupamentos formados na rua com intuítos evidentes de perturbação da ordem pública (UM AVISO..., 1922).

Por outro lado, temos na coluna de Gonçalves Maia³⁴, em um primeiro momento, um espaço de contestação às ações do Estado, ao atribuir ao citado Ministro o título de Ministro boateiro, paisano, que espalha boatos contra os militares. Também em sua coluna frisava-se que o Exército não se interessava por política (MAIA, 1922b); e, ainda, dava-se publicidade à condenação moral do presidente da República Arthur Bernardes, pelo Conselho de Guerra, pelo crime de ultraje às forças armadas (MAIA, 1922a).

A Província chegou a divulgar o posicionamento do Partido Comunista Brasileiro, através do Centro Comunista do Recife, ao publicar a seguinte nota:

Remmetem-nos:
Centro Comunista do Recife. – (Partido Comunista Brasileiro). – O P. C. B., como partido de classe, vem declarar terminantemente, em face da confusão reinante no seio do proletariado, a impossibilidade de sua participação no actual movimento de competição político-burguesa. Alias, o Partido não soffrerá solução de continuidade em seu trabalho de propaganda socialista. – O comitê executivo (COMITÊ..., 1922, p. 1).

A Província também publicou uma nota de manifestação do Comitê de Artistas e Operários de Pernambuco, na qual dizia que o povo era a maior vítima dos atentados policiais, e que tinha no Exército a esperança para garantir direitos oprimidos diante da anarquia reinante do governo estadual (SANT’ANNA, 1922).

A Província era um jornal de cunho político declarado, acompanhando passo a passo as oscilações da sucessão governamental, principalmente ao nível do Estado de Pernambuco, muitas vezes debatendo teses em discussões polêmicas. Combatia veementemente a política de Manoel Borba, chegando a fazer uma ligação do Niilismo com o Borbismo. Acusava-o de aumentar a violência, de trazer cangaceiros de Garanhuns e de utilizar a polícia à paisana para

³³ Foi ministro da Guerra (de outubro de 1919 a novembro de 1922) no Governo de Epitácio Pessoa. Foi o primeiro e o único civil a ocupar a pasta no período da Primeira República.

³⁴ José Gonçalves Maia, deputado federal, jornalista e redator do jornal A Província.

cometer atos de violência e, ainda, alegava que o Jornal do Recife era o seu órgão oficial (PROJECTOS..., 1922).

Entre os jornais apresentados, o Jornal Pequeno é o mais diplomático na divulgação das informações, sem lhe tirar o mérito das publicações sobre as questões revolucionárias do período e sem deixar de evidenciar as afinidades ideológicas a que se encontrava atrelado. Nele encontram-se manchetes de caráter social que pontuam elementos da crise político-militar que eclodiu no ano de 1922.

Uma das manchetes em destaque fala sobre: “Os vencimentos militares na República Argentina e no Brasil”, que, no discurso do senador Benjamim Barroso no parlamento brasileiro, se evidencia a discrepância existente entre os militares dos dois países, com patentes e graduações equivalentes (OS VENCIMENTOS..., 1922). Os baixos vencimentos, por sua vez, foram uma das insatisfações declaradas pelos setores militares no contexto da crise dos anos de 1920.

Uma postura que o diferencia ainda dos demais é a presença da Igreja Católica, manifestando suas ideias, mui sutilmente, dentro de uma pedagogia eclesiástica de cunho político, sem exageros ou extravagâncias dogmáticas, mas com uma fineza ideológica pertinente, galgando a ampliação de seu espaço nas estruturas de poder.

As estratégias pela abrangência desse espaço encontram-se presentes em algumas manchetes³⁵ desse periódico, com conteúdos que buscam legitimar o poder de articulação da instituição religiosa e o discurso institucionalizado de seus intelectuais eclesiásticos, em destaque d. Sebastião Leme³⁶, buscando unir a fé cristã ao papel transformador da Igreja Católica na sociedade ocidental.

3.2 O Jornal do Commercio: a imprensa oficial do estado de Pernambuco

Embora existam registros ‘não’ considerados oficialmente por renomados historiadores de que a primeira tipografia brasileira foi estabelecida no ano de 1634 (séc. XVII) em Pernambuco, pelo holandês Brön (OLIVEIRA, 1986), a história oficial registra que

³⁵ Centenario da Independencia – A contribuição da Igreja Catholica (LEME, 1922b); Benções das espadas aos novos aspirantes do Exército (LEME, 1922a); O Circulo catholico e a paz pernambucana (O CIRCULO..., 1922)

³⁶ Arcebispo Titular da Phasalla, Coadjutor de S. E. o Cardeal Arcoverde, Arcebispo do Rio de Janeiro.

o advento da imprensa institucionalizada remonta ao ano de 1808 (séc. XIX), com a Imprensa Régia no Brasil, instituída mediante decreto, por D. João VI, na cidade do Rio de Janeiro.

[...] a Imprensa Oficial foi nascida da própria Imprensa Régia. A “Gazeta do Rio de Janeiro” primeiro jornal de natureza oficial e de circulação regular no País, cujo número príncipe apareceu a 10 de setembro de 1808, inseria um editorial em que se destacava o seguinte trecho: - “Esta gazeta, ainda que pertença por privilégio aos oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, não é, contudo, oficial; e o Governo somente responde por aqueles papéis que nela manda imprimir em seu nome” (OLIVEIRA, 1986, p. 57).

A imprensa oficial iniciou sua circulação sem o exclusivismo das informações estatais, propagando a autêntica voz do Estado para legitimar os seus feitos administrativos, através dos seguintes documentos: “Diários Oficiais, [...] projetos-de-lei, decretos-lei, portarias, editais, contratos, convênios, acórdãos, pareceres etc; que formam e dão arcabouço legal à vida pública da Nação” (OLIVEIRA, 1986, p. 46).

A função informativa e de documentação da imprensa oficial possibilitou que as ações do Estado por meio dos poderes constituídos fossem veiculadas e levadas ao conhecimento da população numa versão originária, ‘garantindo’ a inteireza de seu teor sem as deturpações de interpretação ideológica que surgem nas redações dos grandes grupos jornalísticos.

Segundo Oliveira (1986), a Gazeta do Rio de Janeiro atuou como um órgão oficial publicando os feitos do governo. Depois, outros periódicos também passaram a noticiar os atos oficiais. Assim, temos: o Diário do Governo (1823), o Correio Oficial (1833), a Gazeta Oficial do Império do Brasil (1846-1848), cujas impressões eram feitas nos próprios jornais. Só a partir de 03 de abril de 1834, os feitos oficiais do governo são editados na Imprensa Nacional (OLIVEIRA, 1986).

Conforme se encontra no referido autor, “[...] no período de agosto de 1848 a setembro de 1862” (OLIVEIRA, 1986, p. 58), não houve circulação do jornal Oficial, e os atos oficiais do governo passaram a ser noticiados, mediante contrato, por outros jornais, prática que permaneceu até a criação do Diário Oficial da União, em 1º de outubro de 1862.

Contudo, é importante destacar que, ao nascer da Imprensa Régia (1808), houve uma censura prévia para a produção e circulação de textos no Brasil, que só foi abolida a partir de 1821, mediante decreto do Príncipe Regente D. Pedro, possibilitando a liberdade de imprensa dos textos escritos. Segundo Oliveira (1986), esse foi o motivo propulsor para a divulgação dos feitos oficiais das províncias nas impressas do país.

Em Pernambuco não foi muito diferente. Não havendo imprensa Oficial Estatal constituída por lei, até os três primeiríssimos anos da década de 1920, os atos administrativos do governo passaram a ser publicados em jornais privados.

Assim, a partir de leituras da obra de Leduar Assis da Rocha, intitulada “Meio Século da Imprensa Oficial de Pernambuco” (OLIVEIRA, 1986, p. 60), concluiu-se que muitos foram os jornais privados que passaram a ter o caráter de diário oficial no Estado de Pernambuco, a saber: o Diário de Pernambuco, o Diário Novo, o Jornal da Praia, o Jornal do Recife (1912-1916), a Imprensa Oficial³⁷ (1916-1920), o Jornal do Commercio e o Diário do Estado (1924)³⁸.

O jornal Imprensa Oficial funcionou no período de janeiro de 1916 a agosto de 1920, sendo extinto no governo de José Rufino Bezerra Cavalcanti, sob a alegação de redução das despesas de ordem pública, resolvendo contratar, por concorrência, o incipiente Jornal do Commercio, pela importância de “42000\$000 [(quarenta e dois mil contos de réis)] [pelas publicações] anuais” (NASCIMENTO, 1967, p.150).

Só então a partir da Lei 1832 de 22 de dezembro de 1926, no governo de Estácio de Albuquerque Coimbra, criou-se a designada “Imprensa Oficial” como repartição do Diário do Estado, órgão oficial do governo.

Segundo Luiz do Nascimento (1967), o Jornal do Commercio iniciou suas atividades em 03 de abril de 1919, investindo-se no compromisso de fazer a publicidade da campanha presidencial do Sr. Eptácio Pessoa. Em pouco mais de um ano, em setembro de 1920, passava a divulgar, oficialmente, os atos administrativos do governo do Estado de Pernambuco.

Desde quando foi abolida a censura prévia da liberdade de imprensa (1821), e ainda não havendo o Diário Oficial do Estado, muitos jornais privados atuaram como Imprensa Oficial, divulgando os atos do governo, assegurados pela assinatura de um contrato entre o Estado e o jornal respectivo. Contudo, a análise do Jornal do Commercio como diário oficial requer um olhar cauteloso, exigindo-se fazer algumas considerações.

³⁷ O jornal Imprensa Oficial era editado pela Repartição de Publicações Oficiais, no governo de Manoel Antonio Pereira Borba. Na análise feita por Oliveira (1986), não constam informações sobre sua instituição mediante decreto ou lei.

³⁸ O Diário do Estado “criado através da lei nº 1626, de 29 de março de 1924, no Governo de Sérgio Teixeira Lins de Barros Loreto” (OLIVEIRA, 1986, p. 64), foi o jornal estatal que sucedeu as publicações do jornal Imprensa Oficial.

Embora não se possa negar que o início dos anos de 1920 tenha sido um período de crise na economia mundial, no Brasil havia um gradual crescimento do mercado interno, com um incipiente desenvolvimento urbano-industrial e relações mercantis de trabalho, impulsionando o desenvolvimento econômico, fato que contribuiu para o crescimento e a expansão dos meios de comunicação.

Entretanto, as dificuldades de manutenção de uma empresa jornalística eram, por assim dizer, ‘evidentes’, vistos os desafios de sua expansão em escala comercial para uma sociedade cuja maioria ainda não tinha iniciado as primeiras letras, tornando-se comum a concorrência nos meios jornalísticos para obter um contrato de prestação de serviços junto ao governo do Estado ou a qualquer outro órgão estatal, como, por exemplo, as prefeituras.

O fato que chama a atenção era que o incipiente Jornal do Commercio era de propriedade do Sr. João Pessoa de Queiroz, latifundiário, usineiro e industrial, ligado por parentesco ao então Presidente da República - Epitácio Pessoa.

A garantia de um contrato estatal era a segurança de um montante anual no ativo da empresa, principalmente em época de crise (1919 - 1922); além disso, o respaldo de estar a serviço do governo legitimava-o como aparelho privado de hegemonia na representação do Estado, na produção de sentidos e na reprodução de um discurso ideológico.

Conforme foi apresentado por Trindade (1978), o ano de 1922 foi o mais conturbado da década de 1920, por nele eclodirem quatro acontecimentos de ordem simbólica e ideológica que marcaram a sociedade brasileira do entre guerras, nele se encontrando a explosão do movimento tenentista.

O Levante Tenentista teve o seu estopim em julho de 1922, marcado pela marcha dos 18 do Forte de Copacabana. Contudo, suas origens antecederam a esse período e estão diretamente relacionadas aos acontecimentos da crise sucessória em Pernambuco em 1922, quando este Estado sofre a intervenção federal e o Clube Militar, através de seu presidente, o marechal Hermes da Fonseca, emite uma carta à luz da Constituição da República, contestando a postura do governo sobre a verdadeira missão do Exército brasileiro.

A resposta repressiva do presidente Epitácio Pessoa, culminando na suspensão do funcionamento do Clube Militar e na prisão do marechal Hermes, levou à indignação dos tenentes, motivada por uma ala do grupo militar que almejava retonar ao centro do poder político do qual havia sido alijado, desencadeando no levante de 05 de julho de 1922, que repercutiu na imprensa nacional.

Apesar de o tenentismo não ter conseguido constituir laços organizatórios para uma representatividade política da classe média, de onde era originário, possibilitou constituir um valor simbólico no imaginário das camadas mais populares da sociedade.

Esses episódios revolucionários levaram a imprensa a noticiar, diariamente, informações sobre o Levante Tenentista, apresentando os nomes dos oficiais envolvidos, suas patentes e a localização de seus comandos/autoridades na esfera da federação.

Embora existissem setores da sociedade civil com afinidades ao movimento tenentista, não havia espaço na grande mídia para a propagação de suas ideias. Por essas razões os grandes jornais tendiam a mostrar-se favoráveis à ordem vigente, veiculando os acontecimentos investidos de teor ideológico, ‘referendando’, em certo sentido, as ações do Estado nos discursos dos editoriais de sua imprensa oficial, que, no ano de 1922, encontrava-se sob a responsabilidade do Jornal do Commercio, o que ressalta o poder de controle social da instituição jornalística na esfera pública.

As instituições implicam, além disso, historicidade e controle. As tipificações recíprocas das ações são construídas no decurso de uma história partilhada. Não podem ser criadas de repente. As instituições têm sempre uma história, da qual são produtos. É impossível uma compreensão adequada de uma instituição sem entender o processo histórico em que foi produzida. As instituições, pelo simples facto de existirem, também controlam a conduta humana estabelecendo padrões de condutas predefinidos, que a canalizam numa direcção por antítese às muitas outras direcções possíveis em teoria. É importante sublinhar que esse carácter controlador é inerente à institucionalização enquanto tal e anterior a, ou independente de, quaisquer mecanismos de sanções estabelecidas para apoio específico de uma instituição. Tais mecanismos, cujo somatório constitui o que em geral se chama sistema de controle social, é evidente que existem em muitas instituições e em todos os aglomerados de instituições que chamamos sociedades (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 66).

Desse modo, foi no controle das informações e na forma como as notícias foram veiculadas e sob as nuances ideológicas do Estado que o Jornal do Commercio participou da construção de uma realidade social em Pernambuco, em particular nos primeiros anos da década de 1920, a partir de uma formação discursiva que criminalizava os envolvidos no levante do movimento tenentista, atribuindo a estes, todo o sentido pejorativo e desagregador da ordem e do progresso nacionais.

O Jornal do Commercio no ano de 1922 apresentava-se em um formato de oito colunas por página, com edições que variavam, na maioria das vezes, entre 8 e 16 páginas, impressas em máquinas de composição *LINOTYPE MERGENTHALER* com recursos de

impressão “Duplex tubular” e uma produção de 30.000 exemplares impressos por hora. A partir da análise efetuada nesta pesquisa foi possível dividir o jornal em cinco grandes partes, conforme apresentadas a seguir:

- Na primeira parte constava a apresentação da estrutura do jornal, com suas manchetes, editoriais, principais notícias, redação, coluna Revista da Imprensa, fazendo um recorte das principais notícias em destaque nos principais jornais em circulação do Recife, informações telegráficas advindas de correspondente da agência de notícia americana, boletim meteorológico, data, número e edição do jornal, além de serviços de utilidade pública como farmácia de plantão e setor de achados. Estas informações concentravam-se nas páginas 1 e 2 do jornal.
- A segunda parte do jornal encontrava-se destinada a divulgar todos os atos públicos oficiais. Era o espaço da imprensa oficial do Estado de Pernambuco. Este tipo de informação iniciava-se, na maioria das vezes, a partir da página 3, prolongando-se até duas páginas seguintes. Foram raros os casos em que o espaço da imprensa oficial do Estado teve sua impressão iniciada posterior à página 3.
- A terceira parte apresentava-se em torno de três a quatro páginas e envolvia os ricos e múltiplos eventos culturais, as “Telas e Ribaltas”, trazendo as mais recentes novidades do teatro e cinema norte-americano e europeu; além de anúncios diversos sobre saúde, beleza, artigos de luxo, comércio, indústria, profissionais liberais, cultura, transporte marítimo, automobilismo, compras, vendas e leilões, educação, religião, acontecimentos diversos e atos fúnebres.
- A quarta parte destinava-se ao Jornal da Praça. Apresentava-se em torno de duas páginas, trazendo informações de ordem econômica, com cotações de moedas estrangeiras, câmbio e notícias sobre o mercado do açúcar.
- A quinta parte do jornal apresentava-se, na maioria das vezes, em uma única página, e fazia um remate das notícias que ainda se encontravam na efervescência do consumo midiático, ou que trazia ‘novas’ informações complementares aos assuntos que já foram noticiados. Trazia ainda a coluna ULTIMA HORA, com informações ditas “mais recentes” dos últimos acontecimentos, além de outras notícias com menor destaque na sociedade;

informações desportivas, informações telegráficas de menor vulto, registros e folhetins.

A explosão tecnológica nos grandes jornais do período era um reflexo do que havia de mais moderno nos meios de comunicação, impulsionada pela estrutura da sociedade capitalista, que buscava se enquadrar nos moldes das sociedades europeia e americana, possibilitando uma grande rede de atividades interligadas às mais diferentes áreas de atuação do homem moderno, muitas vezes produzindo e ressignificando padrões de conduta, pluralismo de valores e crises de sentidos.

Nas tabelas a seguir encontram-se algumas particularidades do Jornal do Commercio a partir das informações levantadas pelo procedimento metodológico da AC, com base na caracterização quanto às formas de renda, quanto aos aspectos editoriais e quanto a oficinas gráficas. O modelo de abordagem apresentado nas tabelas 10, 11 e 12, servirão de padrão para a análise dos jornais trabalhados nesta pesquisa e foram retirados da análise metodológica utilizada por Barbosa (2010).

a) Análise de conteúdo

Tabela 10 - Jornal do Commercio - Caracterização quanto às fontes de renda

JORNAIS	VENDA AVULSA	ASSINATURA NO BRASIL	ASSINATURA NO ESTRANGEIRO	TIRAGEM DIÁRIA	PEQUENO ANÚNCIO
Jornal do Commercio	Dia \$ 200 Atrasado \$ 400	Anual 48\$000 Semestral 25\$000 Trimestral 13\$000	Anual 80\$000	-	-

Tabela 11 - Jornal do Commercio - Caracterização quanto aos aspectos editoriais

JORNAIS	Nº DE PÁGINAS	ILUSTRAÇÃO	TEXTO LITERÁRIO	EDIÇÃO MATUTINA	DIÁLOGO COM O LEITOR
Jornal do Commercio	A partir 8 páginas (*)	Charges Ilustração Fotos	Crônicas Poesia Folhetim	Sim	Crônica da cidade (na polícia e nas ruas) Farmácia de Plantão Achados

Tabela 12 - Jornal do Commercio - Caracterização quanto a oficinas gráficas

JORNAIS	COMPOSIÇÃO	IMPRESSÃO	OFICINAS ESPECIALIZADAS	IMPRESSÃO A CORES	TIRAGEM POR HORA
Jornal do Commercio	Linotype	Mergenthaler Duplex Tubular	-	-	30.000 exemplares

Com efeito, baseado no mesmo procedimento metodológico, a partir da abordagem feita por Jovchelovitch (2000), a tabela a seguir apresenta informações indicativas para uma análise sistematizada do Jornal do Commercio, abordando características de sua estrutura ideológica, produtiva e funcional, apresentando como elementos de análise os dias de suas publicações, a localização dos elementos e os tipos de documentos do corpus da pesquisa, os temas mais frequentes, atores, espaço de debate, causas e explicações.

O objetivo dessas abordagens metodológicas é, sobretudo, ampliar a percepção do campo de atuação da empresa jornalística, para compreender suas contribuições na construção simbólica dos espaços públicos, buscando o máximo de informações, inferências, que venham assegurar a fidedignidade e a validade da pesquisa.

Tabela 13 - Jornal do Commercio - Elementos para a Análise da imprensa

Nome da publicação: Jornal do Commercio	Período de análise: janeiro a novembro de 1922.
Dias de publicação	Terça a domingo
Localização dos documentos	1ª, 2ª e última página.
Tipo de documento	Editorial e notícias
Temas mais frequentes	Política, publicações oficiais, serviços bancários e notariais, operações financeiras (câmbio, cotações de moedas e comércio do açúcar), transportes marítimos, tratamento médico especializado, tratamento terapêutico para cura de doenças, assuntos da imprensa nacional com flashes de notícias do dia anterior dos principais jornais em circulação, assuntos da imprensa internacional, anúncios de produtos importados – produtos da sociedade moderna - (saúde, beleza, alimentação, moda, luxo, automóveis etc.), propaganda comercial e de serviços de profissionais liberais, atividades sociais e culturais: poesia, folhetins, (teatro e cinema – referência E.U.A e Europa), crônica da cidade (na polícia e nas ruas), igreja, religião, educação, ensino religioso, questões sociais.
Atores	Governo, empresários/industriais, políticos/ parlamentares, imprensa brasileira, agência de notícia americana e correspondentes especiais no Brasil e no estrangeiro (Western Telegraph e Radio), intelectuais, Igreja Católica/ religiosos.
Espaço de debate	Estado, governo, empresariado, igreja e sociedade civil.

Causas/explicações	Crise política (processos sucessórios nos governos federal e estadual), movimentos revolucionários, sociedade moderna (ideologias, pluralismo e crises de sentido), processo de hegemonia (poder político e poder econômico).
--------------------	---

Fonte: autor, 2013

Como ficou notório na tabela 13, Jornal do Commercio – Elementos para análise da imprensa são muitos os temas recorrentes no período de janeiro a novembro de 1922, que ultrapassam o foco do objeto de análise desta pesquisa. Embora tenha havido uma tentativa de apresentar de forma ‘ampliada’ os temas mais frequentes no período, a análise das notícias em destaque por temas e seu percentual na amostra será reduzida, limitando-se a informar, dentre os temas apresentados, aqueles que oferecem relação direta com o objeto de estudo e da estrutura do JC enquanto empresa jornalística.

Por essa razão foram construídas as seguintes categorias: política, economia, assuntos da imprensa nacional, assuntos da imprensa internacional, crônicas da cidade, igreja e religião, educação, católicos e política, e militares e política.

Convém ainda fazer alguns esclarecimentos. Havia no JC duas colunas: Militares e Religiosas. A primeira apresentava informações acerca de juntas de alistamento militar e eventos da corporação, como formatura de sargentos, progressão na carreira militar (ascensão de patente), novos comandos militares e algumas das atividades desses comandos, mas sem qualquer alusão ao Levante do Movimento Tenentista. Na coluna Religiosas predominavam informações sobre o “santo do dia”, sem quaisquer relações ao objeto de estudo. Por essas razões, as informações existentes nessas colunas não foram computadas nos temas em destaque: Igreja e religião, Católicos e política e Militares e políticas, por compreender a sua ‘não relevância’ ao foco de estudo desta pesquisa.

Contudo, a categoria banditismo, embora não tenha sido apresentada como um dos temas mais frequentes na tabela 13, por terem sido identificadas notícias dessa temática apenas nos meses de julho e agosto de 1922, será considerada na tabela 14 - Jornal do Commercio – Temas em destaque por quantidade de notícias. Esta medida visa, sobretudo, garantir o registro das informações desta temática, tendo em vista seu enquadramento ser ‘apresentado’ nas ‘entrelinhas’ de algumas edições do período pesquisado, em uma relação às

ações de grupos políticos envolvidos no processo político sucessório do Estado de Pernambuco.

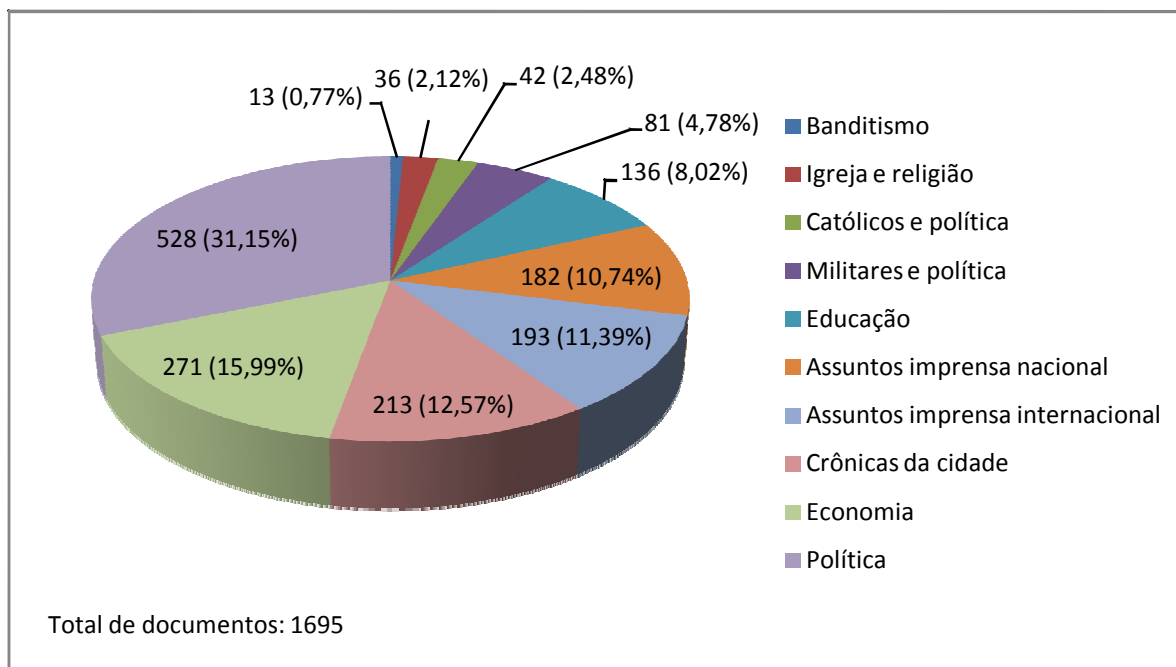
Assim, a tabela e o gráfico a seguir têm como propósito apresentar a dimensão da pesquisa realizada sobre o conteúdo jornalístico do Jornal do Commercio nas categorias anteriormente apresentadas, no período de janeiro a novembro de 1922, com dados quantitativos dos temas e edições, total de notícias identificadas e percentual da amostra.

Tabela 14 - Jornal do Commercio - Temas em destaque por quantidade de notícias – período janeiro a novembro de 1922

TEMAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
Política	34	31	45	58	60	77	59	29	35	49	51
Economia	23	21	21	22	22	24	26	30	22	24	36
Assuntos imprensa nacional (outros)	25	23	15	02	-	-	19	25	26	25	22
Assuntos imprensa internacional	25	24	13	09	10	11	10	21	26	23	21
Crônicas da cidade	13	09	18	17	16	24	24	24	23	24	21
Igreja e religião	10	09	-	-	-	-	02	01	03	06	05
Educação	18	15	17	12	09	11	07	09	15	11	12
Católicos e política	06	01	03	-	-	02	13	05	09	02	01
Militares e política	15	20	09	-	-	01	31	01	03	01	-
Banditismo	-	-	-	-	-	-	04	09	-	-	-
Total de documentos	169	153	141	120	117	150	195	154	162	165	169
Total de edições pesquisadas mês	25	23	25	24	24	25	26	26	25	25	24
Total geral de notícias identificadas nos temas	1.695 – notícias identificadas no total dos temas										
Total geral de edições pesquisadas	272 – edições analisadas no período de janeiro a novembro de 1922										

Fonte: autor, 2013

Figura 5 - Gráfico da Seleção de documentos do Jornal do Commercio – percentual por temas - janeiro a novembro de 1922



Fonte: autor, 2013

Conforme ficou demonstrado na tabela 14 e na figura 5, a quantidade de documentos que apresentaram temas em destaque e com relevância ao objeto de estudo desta pesquisa foi expressiva, na ordem de 1.695 (mil seiscentos e noventa e cinco) documentos, divididos em 272 (duzentos e setenta e duas) edições, no período de janeiro a novembro de 1922, permitindo a construção de 10 (dez) categorias de análise, que no gráfico encontram-se apresentadas na ordem do menor ao maior percentual de notícias (documentos) nos temas identificados.

Como já ficou esclarecido, o período de análise exibiu um número maior de temas frequentes, sendo considerados para efeito desta pesquisa apenas os que apresentaram uma relação com o objeto de estudo, passando a ser identificados como categorias de análise, cujos comentários serão apresentados, para um melhor esclarecimento e compreensão.

No tema política foram identificados 528 (quinhentos e vinte e oito) documentos correspondendo a 31,15% do total de documentos selecionados da amostra. A grande expressividade e relevância para esse percentual permitem apresentar características peculiares para o alto índice dessas notícias.

Em um primeiro momento, tem-se uma sociedade em constante crise, na busca por um processo hegemônico da política coronelística, advinda de um momento histórico anterior ao período republicano vivido, sobressaindo-se vários grupos políticos locais, dentre os quais, destacam-se os Pessôa de Queiroz, proprietários do Jornal do Commercio.

Em um segundo momento, tem-se na década de 1920 um dos períodos mais turbulentos dos primeiros anos republicanos e, em particular, o ano de 1922, quando se tem conjuntamente, um processo político sucessório ao nível federal e estadual com a intensificação dos grupos políticos e de suas crises oligárquicas, muitas vezes aprofundadas com os altos e baixos da economia agroexportadora e as oscilações cambiais do mercado internacional.

Em um terceiro momento, identifica-se uma tentativa frustrada dos militares de retornar a cúpula do núcleo do poder político, fragilizados em seu processo de mobilização e organização para um projeto de revolução no país.

Portanto, foram principalmente as características que se relacionavam à crise política local, dentro de uma perspectiva de poder hegemônico, e em crise com o poder federal, que contribuíram para promover um maior índice de acontecimentos noticiosos no tema “Política” do respectivo jornal, o qual era representante oficial na publicação dos atos do governo local e disseminador do discurso político do governo federal, na pessoa do presidente da República Epitácio Pessôa.

No tema economia, o segundo maior número, com 271 (duzentos e setenta e um) documentos identificados, totalizando 15,99% da amostra, tem sua expressividade em termos percentuais em face de um espaço específico da edição do JC, semelhante ao que hoje (século XXI) se apresenta nos grandes jornais em circulação como caderno de economia.

Nesse espaço, encontravam-se as informações que norteavam os negócios do comércio, indústria, importação e exportação, apresentando, diariamente, o câmbio com as cotações de moedas estrangeiras como o dólar e a libra esterlina, e as informações específicas do mercado do açúcar no Brasil, com cotações para as modalidades de importação e exportação.

Convém ressaltar que o grupo Pessôa de Queiroz apresentava com frequência, na sua empresa jornalística, a diversidade de empresas que faziam parte de seu império econômico, inclusive como importador e exportador de produtos de vários segmentos do mercado, indústria e comércio.

O terceiro maior tema em número de documentos identificados foram as crônicas da cidade, calhadas na coluna “Na Polícia e nas Ruas”, com 213 (duzentos e treze) documentos e um percentual de 12,57% da amostra. Nela constavam os acontecimentos relacionados a crimes, assaltos, prisões, mortes, tragédias, entre outros. Enfim, assuntos do cotidiano que dialogava com o leitor no conhecimento dos acontecimentos diários de sua realidade social que, na maioria das vezes, apresentavam sentido negativo, assegurando critérios de noticiabilidade, tornando-se notícias.

O tema Assuntos da imprensa internacional, localizado na quarta posição em número de 193 (cento e noventa e três) documentos identificados na pesquisa, com 11,39%, não possui maior relevância que o tema posterior, na quinta posição do gráfico, Assuntos da imprensa nacional, com 182 (cento e oitenta e dois) documentos identificados e 10,74% da amostra.

A diferença existente entre eles deve-se, sobretudo, a baixa publicação da Revista da Imprensa no mês de abril e de nenhuma publicação nos meses de maio e junho (ver tabela 14), em virtude dos acontecimentos relacionados à crise do processo político sucessório no Estado de Pernambuco, tendo a intensificação dos fatos noticiosos para o tema política, sem apresentar a relevância das repercussões noticiosas nos outros jornais de circulação.

Nesta revista constava uma retrospectiva das principais notícias nos mais importantes jornais em circulação do Recife, mas sem qualquer aprofundamento da temática. Funcionava como um *link* entre acontecimentos anteriores e suas repercussões aos fatos noticiosos mais recentes. Uma estratégia dos jornais de proporcionar o acompanhamento dos fatos noticiosos por várias empresas jornalísticas, buscando apresentar, de certa forma, uma “imparcialidade” sobre o que era noticiado em seu periódico.

Nos assuntos da imprensa internacional constavam informações asseguradas por correspondentes da agência de notícia americana em Londres, através da “*Western Telegraph*” e Radio. As notícias apresentadas nesse tema, com raríssimas exceções, não apresentavam uma discussão em profundidade. Trazia informações sobre os diversos acontecimentos existentes no exterior, entre eles os diversos conflitos como, por exemplo, a questão do Oriente, os conflitos gregos e turcos, a questão da Irlanda, a política na Itália e na Rússia, etc. Na maioria das vezes limitava-se a exemplos de situações de ordem política, social e até cultural com fim moral, a serem vistas como exemplos a serem seguidos na

sociedade ocidental, ou, também, para serem rejeitados, como, por exemplo, as questões relacionadas às ideias socialistas e comunistas que se proliferavam na Europa.

O tema Educação apresentou 136 (cento e trinta e seis) documentos, com um percentual de 8,02% da amostra. Neste tema encontram-se informações sobre acontecimentos educacionais de todo o Estado, como, por exemplo, a ampliação da rede municipal de alguns municípios, com a inauguração de novas escolas. Constatam-se ainda eventos educacionais em instituições de ensino público e particular religioso (católico, evangélico e israelita).

Vinculada a esta temática encontra-se, ainda, uma reportagem do JC que registra a inauguração da escola municipal João Pessoa de Queiroz, apresentada como modelo educacional para os padrões da época, e mantida pelo grupo detentor do mesmo nome que deu origem à instituição educacional.

O tema Militares e política apresentou 81 (oitenta e um) documentos identificados, totalizando um percentual de 4,78% da amostra. O percentual bem abaixo dos primeiros temas apresentados, e o relativo número bem abaixo de documentos não o caracteriza como um tema de menor importância em relação ao tema “Política”, apresentado na primeira posição do gráfico.

Trata-se, contudo, de uma seleção de notícias em que se permite identificar as características das Formações Discursivas e das Formações Ideológicas do JC, ao consentir noticiar ‘apenas’ os fatos que criminalizavam o Marechal Hermes e todo o agrupamento militar, antes mesmo do Levante Tenentista, quando ocorreu em Pernambuco a intervenção federal promovida pelo Presidente Epitácio Pessoa, no episódio que ficou conhecido como “A Questão Pernambucana e o Clube Militar”.

Desta forma, os noticiários dessa temática encontram-se diretamente relacionados à criminalização do Marechal Hermes da Fonseca, tido como mentor dos acontecimentos revolucionários ocorridos em julho de 1922, quando se deflagrou o Levante do Movimento Tenentista no Forte de Copacabana.

Os documentos trazem ainda informações sobre acontecimentos de grupos militares em outros Estados da federação, chegando a informar alguns nomes de altas patentes do oficialato do Exército que aderiram ao movimento revolucionário, e que tiveram sua punição pelo governo do presidente Epitácio Pessoa.

Todavia, este mesmo tema apresenta um Estado civil fortalecido e personificado na pessoa do presidente da República Epitácio Pessoa, apresentando, em contrapartida, uma

instituição militar fragilizada, com parcelas que tiveram o sentimento nacional ‘degenerado’ pela ambição, tornando-se incapazes de representar os interesses da Nação brasileira.

As notícias sobre essa temática buscam referendar o discurso do Estado como poder legítimo e legalmente constituído. Apresenta-se ainda, nesse discurso, a intransigência a parcelas de grupos militares, vistos como ‘degenerados’ da sociedade, que trazem o clima de descontentamento, desordem e terror e que buscam tirar a harmonia da Nação, alicerçada na ordem e no progresso, que caminha vertiginosamente com o crescimento político e econômico das grandes nações.

Pelas informações contidas na tabela 14, percebe-se que os elementos sobre este tema têm um maior destaque no mês de julho, quando ocorre o Levante da Revolução Política do Tenentismo, no Rio de Janeiro, sede do governo federal, e que teve repercussões em menor grau nos outros Estados da federação.

A sedição militar foi um dos critérios de noticiabilidade que ficou na ordem do dia dos fatos noticiosos nos principais jornais em circulação do Brasil, com foco nas primeiras semanas de julho de 1922. Os agravamentos promovidos por essa crise política nos setores militares serão objeto de futuras investidas e motivações pela Instituição Militar, no processo pela consolidação do poder político no país.

No tema Católicos e política, identificado com 42 documentos e um percentual de 2,48% da amostra, encontram-se relacionados os eventos promovidos por centros, associações e federações católicas e círculo católico, dando visibilidade a eventos sociais e políticos no Estado. Encontram-se ainda neste tema, algumas menções fazendo referência à chegada do bispo da Arquidiocese de Olinda e Recife, Dom Miguel Valverde. Tendo em vista as ações de essa autoridade eclesiástica estar muito relacionada à participação católica na política, conforme se encontram em seus discursos e em sua carta pastoral diária na Tribuna Religiosa, considerou-se seu enquadramento nessa temática.

No tema Igreja e religião foram identificados 36 (trinta e seis) documentos com um percentual de 2,12% dos elementos da amostra. Neste tema identifica-se um discurso eclesiástico que se apresenta não apenas como instituição religiosa, mas, de forma muito sutil, como representante do Estado Pontifício em seu projeto expansionista ultramontano. Esses posicionamentos não são manifestos de forma direta, mas tornam-se reconhecíveis quando se combate a expansão de outras religiões como a evangélica e a judaica, vistas como seitas, e, também, quando se enfatiza o fortalecimento das instituições Católicas. Nesses documentos

também é passível de ser identificada a importância dada à Igreja Católica como uma instituição necessária e funcional para a consolidação do Estado.

Com apenas 13 documentos identificados, representando 0,77% dos elementos da amostra, o tema banditismo encontra-se diretamente relacionado às consequências dos resultados eleitorais da sucessão governamental em Pernambuco, já esclarecida anteriormente, com o aprofundamento da crise oligárquica local, mesmo após a intervenção do governo federal, que acordou a indicação do juiz Federal Sérgio Loreto, para governo de Pernambuco de 1922 a 1926. Como já foi esclarecido, o tema banditismo só foi considerado no corpus da amostra por sua conexão ao tema política, de grande relevância para esta pesquisa.

Estes elementos construídos a partir da AC contribuíram para compreender a dimensão da atividade jornalística e suas implicações funcionais e ideológicas na esfera pública, a partir da elaboração de categorias que pudessem retratar as atividades da realidade social, o cotidiano, mesmo com as mais intensas máscaras produzidas pela empresa jornalística com seus fins e interesses estratégicos.

Desta forma, com vistas a dar prosseguimento na compreensão da atuação do Jornal do Commercio na veiculação das notícias, concernentes à deflagração da ‘rebelião’ tenentista, em julho de 1922, também foi utilizada a Análise do Discurso desse período histórico, concentrando-se no recorte das notícias de 04 a 14 de julho de 1922, por constituir o período anterior e posterior aos acontecimentos do Levante Tenentista.

Desse modo, a partir da abordagem apresentada por Benetti (2007), com ênfase na identificação dos sentidos, para apreciação das manchetes do editorial e das notícias em relevo, buscou-se identificar, a partir das marcas discursivas em destaque, a vinculação existente entre as Formações Discursivas (FDS) e as Formações Ideológicas (FI), assim como a identificação de algumas categorias de valores-notícia, baseado nos estudos de Galtung e Ruge, conforme análises apresentadas nos quadros das notícias selecionadas a seguir:

b) Análise do discurso

Quadro das notícias:

Notícia nº 01 - Jornal do Commercio – Recife, 04 de julho de 1922 – p. 01

O Fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca.

O marechal Hermes devolveu a censura, sendo **preso**. (SD1)

A **prisão do marechal** Hermes foi efetuada pelo general Gabriel Botafogo, sendo recolhido ao 3º regimento de infantaria por 24 horas. (SD2)

A imprensa ocupa-se dos últimos actos presidenciaes, censurando o marechal Hermes da Fonseca e mandando **fechar** o Clube Militar. (SD3)

As marcas discursivas em destaque no Jornal do Commercio ressaltam o autoritarismo e a postura arbitrária do governo federal, na pessoa do presidente da República Epitácio Pessoa, frente a um acontecimento marcado pelo direito à liberdade de imprensa [a carta do marechal Hermes da Fonseca atribuída ao Clube Militar].

O episódio que teve a publicação nos grandes jornais em circulação do país, em um período em que o regime democrático já se encontrava ‘instalado’, foi a prova cabal das raízes coronelísticas presentes na estrutura da sociedade brasileira, endossadas pelo abuso de poder, configurados pelo excesso de poder e desvio de finalidade.

No corpo do texto dessa manchete existem tópicos de inserção, em negrito e em caixa alta com as expressões “**A REPREHENSÃO**”; “**O DECRETO PRESIDENCIAL**”; “**A PRISÃO DO MARECHAL**” e “**A OPINIÃO DA IMPRENSA**”, que não se traduzem apenas na divisão dos assuntos em foco, mas, sobretudo, nas Formações Discursivas que permitem representar a “Ordem legal” e a “subversão”, tendo como pano de fundo o respaldo da opinião pública.

O Clube Militar representava, ideologicamente, uma ala da elite militar do Brasil que estava insatisfeita com o governo civil e almejava retornar ao centro do poder político do qual havia sido alijado, desde os idos da sucessão presidencial de Floriano Peixoto. O fechamento [que na verdade foi uma suspensão de funcionamento por seis meses] e a prisão de seu presidente, ordenada pela maior autoridade do país [o presidente da República], oficializava a supremacia do governo civil em detrimento do “poderio” dos militares, e concentrava na pessoa do marechal Hermes a criminalização do episódio.

Tabela 15 – Identificação de valores-notícia – Notícia 01

Notícia nº 01 - Jornal do Commercio – Recife, 04 de julho de 1922 – p. 01	Categorias de valores-notícia estudos de Galtung e Ruge	Categorias presentes na notícia
O Fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca (SD1)	Frequência , amplitude	X
	Menos ambiguidade	X
	Significância	X
	Consonância	-

Inesperado	X
Continuidade	X
Composição	-
Nações de elite	-
Pessoas de Elite	X
Personalização	X
Referência a algo negativo	X

Notícia nº 02 - Jornal do Commercio – Recife, 04 de julho de 1922 – p. 8

A attitude do marechal.

Os que apprehenderam o telegrama do Sr. Marechal Hermes da Fonseca ao ex-commandante da 6ª Região. Sr. Coronel Jayme Pessoa, incitando, em nome do Clube Militar, a guarnição deste Estado a **desobedecer as ordens legais** emanadas da autoridade superior e legitima [...] (SD4).

As medidas de rigorosa legalidade e oportuna aplicação recentemente tomada, com precisa energia, pelo chefe constitucional das forças armadas do paiz, não devem surprehender a ninguém; ellas são uma consequencia natural e logica da **insubordinação** e do **desrespeito á lei** e ao poder constituido; são movimentos que se poderiam dizer de legitima defesa da autoridade reagindo contra as **impressões violentas** que a pretendem destruir. (SD5)

As marcas discursivas reforçam o sentido pejorativo e depreciativo atribuído ao presidente do Clube Militar, o marechal Hermes da Fonseca. No corpo do texto enfatiza-se a sua desobediência às ordens legais, à disciplina e à subordinação, fortalecendo o posicionamento do presidente Eptácio Pessoa ao se atribuir ao marechal à falta de notoriedade para questionar a prerrogativa constitucional do país. Desse modo, ratifica-se a ideia de culpabilidade.

Tabela 16 - Identificação de valores-notícia – Notícia 02

Notícia nº 02 - Jornal do Commercio – Recife, 04 de julho de 1922 – p. 8	Categorias de valores-notícia estudos de Galtung e Ruge	Categorias presentes na notícia
A attitude do marechal (SD2)	Frequência , amplitude	X
	Menos ambiguidade	X
	Significância	X
	Consonância	-
	Inesperado	X
	Continuidade	X
	Composição	-
	Nações de elite	-
	Pessoas de Elite	X
	Personalização	X
	Referência a algo negativo	X

Notícia nº 03 - Jornal do Commercio – Recife, 06 de julho de 1922 – p. 6

ULTIMA HORA

A revolução no Rio

O governo federal está senhor absoluto da situação – Não se sabe do paradeiro do marechal Hermes, que fugiu – Foi decretado o estado de sítio.

Hontem á noite e hoje pela madrugada o governo **dominou** varias tentativas de levante por parte do exercito. (SD6)

A Escola de aperfeiçoamento de officiaes esta **cercada**. (SD7)

O governo esta **senhor absoluto** da situação [...]. (SD8)

Ignora-se o **paradeiro** do marechal Hermes da Fonseca. (SD9)

O marechal Hermes, segundo informa a imprensa, se encontrava na Escola Militar; antes da rendição **evadiu-se**. (SD10)

As marcas discursivas em destaque trazem consigo, em princípio, dois sentidos antagônicos. O primeiro sentido é o da ordem e o da segurança que se legitima nos núcleos “**dominou**”, “**cercada**” e “**senhor absoluto**”, ao fazer referência à Ordem legal e as ações do poder constituído. O segundo é o da desordem, da subversão e do réu confesso, presentes de forma simbólica nas marcas “**paradeiro**” e “**evadiu-se**”, que ressaltam o sentido ideológico já diagnosticado anteriormente, na criminalização do marechal Hermes da Fonseca, com a questão do Clube Militar, e agora, também, pelo levante militar do Forte de Copacabana, em 05 de julho de 1922.

Tabela 17 - Identificação de valores-notícia – Notícia 03

Notícia nº 03 - Jornal do Commercio – Recife, 06 de julho de 1922 – p. 6	Categorias de valores-notícia estudos de Galtung e Ruge	Categorias presentes na notícia
ULTIMA HORA	Frequência , amplitude	X
A revolução no Rio	Menos ambiguidade	X
O governo federal está senhor absoluto da situação – Não se sabe do paradeiro do marechal Hermes, que fugiu – Foi decretado o estado de sítio.	Significância	X
	Consonância	
	Inesperado	X
	Continuidade	X
	Composição	-
	Nações de elite	-
	Pessoas de Elite	X
	Personalização	X
	Referência a algo negativo	X

Notícia nº 04 - Jornal do Commercio – Recife, 06 de julho de 1922 – p. 6

A cidade anarchizada

O comercio fechou as 16 horas – Tiroteios – Em Santo Amaro – Balas sobre os soldados do exercito que iam enterrar o companheiro – O domínio do Cangaço – O desaparecimento do presidente do comitê de Artista e Operários – Notas.

Nessa ocasião achavam-se no quartel-general o Dr. Mario Domingues, governador do Estado, ministro Estacio Coimbra, Dr. Jonathas Costa, chefe de polícia, e José Pessoa de Queiroz, que combinavam medidas com o Sr. tenente-coronel Abreu e Lima. Commandante da Região, a fim de **ser restabelecida** á ordem. (SD11).

Entre as **balas** que sibiliavam aquelles officiaes dirigiram-se no automóvel do governo do Estado para o referido estabelecimento, em companhia do Sr. Romeu Pessoa de Queiroz [...]. (SD12)

Ha dois dias **desapareceu** o Sr. Elias Moura de Sant’Anna, presidente do “Comitê de Artistas e Operarios”. Dada a sua **attitude desassombrada** perante os últimos successos, é fácil de saber que se trata de mais um **acto criminoso** do **cangaceirismo** que infesta a capital. (SD13)

Ao voltarem do Campo Santo foram os soldados, officiaes e demais pessoas atacadas subitamente, em **tiroteios** seguidos pelos **cangaceiros** que ora infestam o Recife, e que se obstinaram não consentir no **enterramento** do infeliz soldado [...]. (SD14)

O sentido ideológico expresso nessas sequências discursivas induz a compreensão de uma desagregação da sociedade, hostilizada pela insegurança e impotência do governo local. Portanto, as marcas discursivas em destaque [**“ser restabelecida”**, **“balas”**, **“desapareceu”**, **“attitude desassombrada”**, **“acto criminoso”**, **“tiroteios”**, **“cangaceiros”** e **“enterramento”**] procuram apresentar uma dimensão de subversão ‘generalizada’ no meio social. Ou seja, aparece como expressões de uma representação de sentidos de desordem dimensionada na estrutura urbana, marcada pela violência, pela insegurança e pelo estado de terror, que ratificam a ausência do poder público, o descaso e a desagregação da ordem. Todos esses acontecimentos encontram-se vinculados ideologicamente a um estado de “caos” social.

Tabela 18 - Identificação de valores-notícia – Notícia 04

Notícia nº 04 - Jornal do Commercio – Recife, 06 de julho de 1922 – p. 6	Categorias de valores-notícia estudos de Galtung e Ruge	Categorias presentes na notícia
A cidade anarchizada	Frequência , amplitude	X
O comercio fechou as 16 horas – Tiroteios – Em Santo Amaro – Balas sobre os soldados do exercito que iam enterrar o companheiro – O domínio do Cangaço – O desaparecimento do presidente do comitê de Artista e Operários – Notas.	Menos ambiguidade	X
	Significância	X
	Consonância	X
	Inesperado	X
	Continuidade	X
	Composição	-

Nações de elite	-
Pessoas de Elite	X
Personalização	-
Referência a algo negativo	X

Notícia nº 05 - Jornal do Commercio – Recife, 07 de julho de 1922 –p. 6

ULTIMA HORA
A revolução no Rio.

O presidente Epitacio Pessoa e o ministro Pandiá Calogeras visitaram o forte, lamentando que o governo tivesse sido obrigado a lançar mão das forças para dominar a **revolta insuflada** por **politiqueiros** sem piedade e **ambiciosos** que não trepidaram em sacrificar, por uma causa **impatriótica**, **elementos** que poderiam prestar relevantes serviços á pátria, á Republica [...]. (SD15)

A “ULTIMA HORA” era uma coluna de relevo do Jornal do Commercio, geralmente noticiando os fatos que mais se destacavam dentro da narrativa jornalística, e que ainda se encontravam no paladar do consumo midiático da sociedade que, no imaginário dos leitores, poderiam soar como “os últimos acontecimentos”.

As marcas discursivas destacadas [“**revolta insuflada**”, “**politiqueiros**”, “**ambiciosos**”, “**impatriótica**” e “**elementos**”] possuem um sentido recorrente em outras notícias veiculadas desse Jornal, e buscam identificar uma situação de desordem da sociedade civil, promovida por um segmento da sociedade política – as “forças armadas”- concentrada no marechal Hermes e em seus discípulos militares.

Contudo, em grande parte dessa narrativa jornalística, existe uma ênfase dada no corpo do texto à opinião pública, que censura a atitude do oficial, como representante da mais alta patente militar, que ilude a boa fê da jovem oficialidade do exército, levando-a a assumir posicionamentos indignos e ilegais diante do governo legalmente constituído.

Desta maneira, enaltecem-se as forças legais que de forma patriótica não se corromperam, estando ao lado da sociedade e do governo ‘democrático’, restaurando a ordem social.

Portanto, torna-se visível que nas possibilidades de discurso do Jornal do Commercio, apresentado em suas manchetes, existe um nexos causal que se liga a uma formação ideológica e, nesta, consuma-se um sentido de criminalização dos envolvidos.

Tabela 19 - Identificação de valores-notícia – Notícia 05

Notícia nº 05 - Jornal do Commercio – Recife, 07 de julho de 1922 –p. 6	Categorias de valores-notícia estudos de Galtung e Ruge	Categorias presentes na notícia
ULTIMA HORA A revolução no Rio.	Frequência , amplitude	X
	Menos ambiguidade	X
	Significância	X
	Consonância	-
	Inesperado	X
	Continuidade	X
	Composição	-
	Nações de elite	-
	Pessoas de Elite	X
	Personalização	-
	Referência a algo negativo	X

Notícia nº 06 - Jornal do Commercio – Recife, 08 de julho de 1922 – p. 01

O governo da República, punirá severamente os responsáveis pela sedição militar
Foi preso o marechal Hermes da Fonseca, sendo recolhido a bordo do encouraçado “Floriano”

[...] toda a imprensa tece calorosas referencias a acção enérgica do presidente da Republica que conseguiu **dominar** inteiramente o movimento, estando disposto a **punir** energicamente todos os **culpados**. (SD16)

Os recortes apresentados como marcas discursivas em destaque ratificam a legitimidade do poder coercitivo e punitivo da Ordem legal, assim como a confirmação da eficiência do Estado em aplicar as medidas corretivas legais aos rebelados, materializando-se na sentença que criminaliza o marechal Hermes da Fonseca, como mentor do movimento revolucionário na sociedade brasileira.

Tabela 20 - Identificação de valores-notícia – Notícia 06

Notícia nº 06 - Jornal do Commercio – Recife, 08 de julho de 1922 – p. 01	Categorias de valores-notícia estudos de Galtung e Ruge	Categorias presentes na notícia
O governo da República, punirá severamente os responsáveis pela sedição militar Foi preso o marechal Hermes da Fonseca, sendo recolhido a bordo do encouraçado “Floriano”.	Frequência , amplitude	X
	Menos ambiguidade	X
	Significância	X
	Consonância	X
	Inesperado	X
	Continuidade	X
	Composição	-
	Nações de elite	-
	Pessoas de Elite	X
	Personalização	X
	Referência a algo negativo	X

Notícia nº 07 - Jornal do Commercio – Recife, 08 de julho de 1922 – p. 01

O presidente Epitacio Pessoa
E as operações contra os rebeldes (SD7)

O presidente Epitacio Pessoa, em palestra hontem, no salão dos despachos, disse estar inteiramente dominado o **movimento subversivo**. (SD17)

Embora não quizesse bombardear diretamente a fortaleza por intermédio do “Minas Geraes”, de hydroplano e de forças do exercito, não hesitaria, entretanto, o presidente de Republica, em ordenar o arrazamento dessa fortificação, caso os **rebeldes** se não rendessem á discricão. (SD18)

Na notícia em questão, mais uma vez a imagem do presidente da República, Epitácio Pessoa, passa a representar o Estado personificado, a Ordem legal e o discurso da ordem. Nessa sequência discursiva, as marcas “**movimento subversivo**” e “**rebeldes**” ampliam o contingente de envolvidos naquilo que, ideologicamente, foi atribuído como revolução, sedição, anarquia e que reforça a ideia de culpa pelos acontecimentos revolucionários, concentrando o sentido de crime com evidência no/nos ator/atores.

Tabela 21 - Identificação de valores-notícia – Notícia 07

Notícia nº 07 - Jornal do Commercio – Recife, 08 de julho de 1922 – p. 01	Categorias de valores-notícia estudos de Galtung e Ruge	Categorias presentes na notícia
O presidente Epitacio Pessoa E as operações contra os rebeldes.	Frequência , amplitude	X
	Menos ambiguidade	X
	Significância	X
	Consonância	X
	Inesperado	-
	Continuidade	X
	Composição	-
	Nações de elite	-
	Pessoas de Elite	X
	Personalização	X
	Referência a algo negativo	X

Notícia nº 08 - Jornal do Commercio – Recife, 09 de julho de 1922 – p. 01

Nilo, Seabra, Hermes é o trio que a opinião **indica** como autor da **mashorca militar**

O “Jornal do Commercio” do Rio **censura** serenamente a **atitude páfida** e desleal do Sr. Nilo

Os planos da **dissidência**

Falou o Sr. Pennafiel conseguindo dominar a vozeria que lhe oppunha, em apartes ininterruptos, **accusou** os Srs. Nilo, Seabra, Hermes, Octavio Rocha, Joaquim Osorio e Vespucio de Abreu como chefes e **participantes do movimento**. (SD19)

Esta sequência discursiva trata-se da fala do parlamentar Carlos Pennafiel no parlamento brasileiro, ao discursar sobre o envolvimento dos políticos Nilo, Seabra e Hermes da Fonseca no movimento revolucionário.

Nessa manchete, a “Imprensa Oficial” de Pernambuco - a voz legítima do Estado - personaliza os adversários políticos como autores da desordem social, apresentando o posicionamento de um meio de comunicação, referendado pela “opinião pública” – o Jornal do Commercio do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, as marcas discursivas apresentadas na manchete [“**indica**”, “**mashorca militar**”, “**censura**”, “**attitude pérfida**” e “**dissidência**”] revelam a insatisfação da sociedade que antevê o caráter desonesto e traiçoeiro concentrados naqueles que já estiveram ou que almejam estar à frente da Nação, não sendo mais merecedores do respaldo popular, por ‘degenerar’ a harmonia da sociedade brasileira.

Na sequência discursiva em questão, as marcas “**accusou**” e “**participantes do movimento**”, ratificam o que já ficou patente: a criminalização dos envolvidos, direta ou indiretamente, em qualquer movimento de contestação da ordem vigente.

Essas ‘ingênuas’ marcas discursivas, aparentemente ao nível de uma simples narrativa jornalística, ressaltam o “deslocamento” de um fato no processo político-sucessório do país intensificando a crise política e projetando-se, em perspectiva, para futuros empreendimentos eleitoreiros.

Tabela 22 - Identificação de valores-notícia – Notícia 08

Notícia nº 08 - Jornal do Commercio – Recife, 09 de julho de 1922 – p. 01	Categorias de valores-notícia estudos de Galtung e Ruge	Categorias presentes na notícia
Nilo, Seabra, Hermes é o trio que a opinião indica como autor da mashorca militar .	Frequência , amplitude	X
	Menos ambiguidade	X
	Significância	X
O “Jornal do Commercio” do Rio censura serenamente a attitude pérfida e desleal do Sr. Nilo.	Consonância	X
	Inesperado	-
	Continuidade	X
Os planos da dissidência .	Composição	-
	Nações de elite	-
	Pessoas de Elite	X
	Personalização	X
	Referência a algo negativo	X

Notícia nº 09 - Jornal do Commercio – Recife, 09 de julho de 1922 –p. 10

ULTIMA HORA

A prisão do General Joaquim Ignácio.

Foi **preso** e **recolhido** a bordo do “tender” “Ceará” o general Joaquim Ignacio, que está **envolvido** na **sedição** militar. (SD20)

As marcas discursivas em destaque [“**preso**”, “**recolhido**”, **envolvido**” e “**sedição**”] confirmam a recorrência em apresentar a supremacia do poder do governo civil, apresentado na ordem do discurso como governo “democrático”, em detrimento do poder dos grupos militares, evidenciando o estado de crise existente com as forças armadas na manutenção da Ordem. Ao mesmo tempo, traça um perfil da dimensão do movimento “revolucionário” na estrutura militar, mostrando a fragilidade no controle de uma área estratégica do governo.

Tabela 23 - Identificação de valores-notícia – Notícia 09

Notícia nº 09 - Jornal do Commercio – Recife, 09 de julho de 1922 –p. 10	Categorias de valores-notícia estudos de Galtung e Ruge	Categorias presentes na notícia
ULTIMA HORA	Frequência , amplitude	X
A prisão do General Joaquim Ignácio.	Menos ambiguidade	X
	Significância	X
	Consonância	X
	Inesperado	X
	Continuidade	X
	Composição	-
	Nações de elite	-
	Pessoas de Elite	X
	Personalização	X
	Referência a algo negativo	X

Notícia nº 10 - Jornal do Commercio – Recife, 14 de julho de 1922 – p. 01

Governo não libertará os jornalistas presos antes de apurar-lhes as culpas da sedição.

São justas as razões com que o Sr. Presidente da Republica respondem ao appello da Associação da Imprensa a fim que fossem postos em liberdade os jornalistas **detidos** após a decretação do estado de sitio. (SD21)

[...] num desregramento de **linguagem revoltante**, incitavam as classes armadas a **indisciplina**, pregavam a **revolução** e chegavam a aconselhar o **assassinio** do chefe da nação. (SD22)

[...] os que assim se externam não podem, portanto, allegar a sua inocência aos factos que se desenrolam. Foram bem os autores **intellectuaes do levante**, se é que alguns não têm interferência directa. (SD23)

Tanto é **criminoso** aquelle que **penetra** num quartel e convida os soldados a se **rebeliarem** como aquelle que, na imprensa concita as tropas a se **insurgirem** contra os superiores, em **palavras incendiarias** e lançando mão de torpezas de toda a ordem. (SD24)

As marcas discursivas em destaque [**“detidos”**, **“linguagem revoltante”**, **“indisciplina”**, **“revolução”**, **“assassínio”**, **“intellectuaes do levante”**, **“criminoso”**, **“penetra”**, **“rebeliarem”**, **“insurgirem”** e **“palavras incendiarias”**] ratificam o que já ficou notório: o abuso de poder consolidado pelo autoritarismo do presidente Epitácio Pessoa, cujas atitudes demonstram a concentração de poderes arbitrários, que se identificam também por sua intervenção na liberdade de imprensa e na liberdade de expressão no exercício da profissão jornalística, “reinstaurando” a censura prévia abolida em 1821 e contrariando a lógica do regime democrático que se fez manifesta, ‘oficialmente’, no discurso da “Ordem”.

Outra particularidade é apresentar a participação dos jornalistas enquanto categoria intelectual participante no levante, além da classe dos militares, reconhecida nos protestos contra a ordem vigente e o poder político legitimamente constituído. Esse enquadramento confirma e ressalta a importância e o poder que a imprensa exercia na sociedade com suas formações ideológicas materializadas em suas formações discursivas.

Tabela 24 - Identificação de valores-notícia – Notícia 10

Notícia nº 10 - Jornal do Commercio – Recife, 14 de julho de 1922 – p. 01	Categorias de valores-notícia estudos de Galtung e Ruge	Categorias presentes na notícia
Governo não libertará os jornalistas presos antes de apurar-lhes as culpas da sedição.	Frequência , amplitude	X
	Menos ambiguidade	X
	Significância	X
	Consonância	X
	Inesperado	-
	Continuidade	X
	Composição	-
	Nações de elite	-
	Pessoas de Elite	-
	Personalização	-
	Referência a algo negativo	X

3.3 A Tribuna Religiosa: a voz do Vaticano, a imprensa oficial da Igreja Católica

Conforme já ficou patente, no transcurso do século XIX para os primeiros anos da República, havia em Pernambuco grande atividade da imprensa escrita. No Recife, seus principais jornais em divulgação eram: O Diário de Pernambuco (1825), O Jornal do

Comércio (1919), A Província (1872), O jornal do Recife (1859) e o Jornal Pequeno (1899), todos de origem laica.

Segundo Barros (1985), a partir de informações do trabalho de Luiz do Nascimento, os jornais mais credenciados na década de 1920 eram: “Diário de Pernambuco, A Província, Jornal do Recife, A Noite, A Rua, A Notícia, Jornal Pequeno, Diário do Estado, O Intransigente, Jornal do Comércio, Diário da Manhã, Diário da Tarde e A Tribuna” (BARROS, 1985, p. 181).

Entre os periódicos da imprensa católica havia: O Catholico (1869–1872), A Ordem, O Lidador Acadêmico, O Oriente, O Oito de Dezembro, União, Era Nova, A Tribuna Religiosa (1907), entre outros, (SILVA, 1985).

Contudo, foi no ano de 1906, inspirados por estudantes de teologia que formavam a Pia União de São Luiz de Gonzaga, no Seminário de Olinda (SILVA, 1985), que foi criado o jornal A Tribuna – o qual iniciou suas atividades, a princípio, como instrumento dos estudantes de teologia, passando posteriormente a noticiar assuntos de interesse da comunidade católica, entre elas, as paróquias, e assuntos de interesse da ordem social. Conforme informa (SILVA, 1985, p. 30), “eles [seminaristas] escreviam para toda a sociedade, desde o primeiro editorial, que vem com o título ‘A Boa Imprensa’”.

Encontra-se nesse autor a informação de que foi a partir da publicação de número 11, em 1º de fevereiro de 1907, que o jornal A Tribuna, passa a ser um órgão da Diocese de Olinda, recebendo o nome de A Tribuna Religiosa.

A Tribuna Religiosa tornou-se um dos mais importantes periódicos católicos, por conter grande quantidade de artigos tratando da importância da religião católica para o progresso das nações, em contextos relacionados à Igreja e à Política, repudiando o que se propagava em termos de ideias revolucionárias e, sobretudo, no combate ferrenho à educação protestante.

Com publicações semanais, todas às quintas-feiras, num período em que os jornais eram os grandes disseminadores da informação, A Tribuna Religiosa mostrou-se interessada não apenas em assuntos particulares da Igreja, mas de vários segmentos da sociedade e de suas personalidades. Assim, assuntos de interesse social, político, econômico e cultural, eram noticiados em suas páginas, principalmente, quando havia comum interesse entre esses segmentos e a Igreja.

No entanto, os periódicos não se mantinham facilmente e, ao longo do tempo, A Tribuna Religiosa passou por várias crises, para assegurar a sua gestão. Em uma delas, em 1921, retorna ao nome de origem, voltando a se chamar: A Tribuna; em outras, passou a ser publicada bissemanalmente, retornando depois à publicação semanal (SILVA, 1985).

Nas palavras do Bispo Dom Sebastião Leme, intelectual da Igreja Católica, fica notória a preocupação em garantir a existência da Tribuna Religiosa, ao se referir às dificuldades financeiras para a sua manutenção, a saber: “com o encarecimento dos materiais de imprensa, essas dificuldades cresceram tanto, que ela [A TRIBUNA] deixará de existir, se não acudirmos com pronto remédio” (TRIBUNA RELIGIOSA, 1917, p. 1 apud SILVA, 1985, p. 31).

Com base na análise efetuada nas edições de A Tribuna Religiosa foi possível dividir o jornal em duas grandes partes, conforme apresentadas a seguir:

- Na primeira concentrava-se o núcleo central do jornal, apresentando a redação, ano, número do jornal e data de sua edição; suas manchetes e editoriais, principais notícias, a palavra da Igreja anunciada pelo bispo, doutrinas cristãs, informações da Santa Sé, textos de reflexão e exortação, crônicas, poesias, cânticos, informações sobre eventos nas Igrejas, paróquias e instituições católicas como associações, federações e círculo católico. Havia ainda a coluna “A Tribuna” Social – Anniversarios - promovendo um espaço de diálogo com ‘leitores’, ao felicitar a passagem de seus aniversários. Este espaço do leitor não era destinado aos leitores comuns, mas aos que galgavam de *status* e prestígio social. Estas informações se concentravam nas páginas 1 e 2 do jornal e eram apresentadas em seis colunas.
- A segunda parte do jornal concentrava a área comercial, com a divulgação dos mais variados tipos de anúncios. Havia anúncios relacionados à educação religiosa católica (Collegio Archidiocesano e Collegio Salesiano), a indústria (Moinho Santa Cruz, Usina Serra Grande e Fábrica Caxias – que produzia cartas de jogos e cigarros) e ao comércio em geral de produtos alimentícios, farmacêuticos e de beleza; concessionárias de veículos (Ford), atelier de costura, cafês e bares, e, ainda, de profissionais liberais. Todas essas

informações se encontravam nas páginas 3 e 4 do jornal e eram apresentadas em três colunas.

Essas características apresentadas pelo jornal A Tribuna demonstram uma ‘limitação’ em termos comercial, tecnológico e, sobretudo, financeiro, em relação a outros jornais em circulação no Recife, a exemplo do Jornal do Commercio. Dessa forma, A Tribuna Religiosa apresentava uma estrutura limitada quanto às formas de renda, quanto aos aspectos editoriais e quanto a oficinas gráficas, com grandes dificuldades em sua manutenção.

Essas limitações não minimizam seu poder de articulação na sociedade, pelo contrário, demonstram uma resistência por sua sobrevivência diante dos grandes avanços tecnológicos nos meios de comunicação, em que se mobilizam altos investimentos no setor. As tabelas a seguir apresentam informações sobre renda e alguns aspectos editoriais e gráficos do jornal.

a) Análise de conteúdo

Tabela 25 – A Tribuna Religiosa - Caracterização quanto às fontes de renda

JORNAL	VENDA AVULSA	ASSINATURA NO BRASIL	ASSINATURA NO ESTRANGEIRO	TIRAGEM DIÁRIA	PEQUENO ANÚNCIO
A Tribuna Religiosa	Dia \$ 100 Atrasado \$ 200	Anual 5\$000	-	-	-

Tabela 26 – A Tribuna Religiosa - Caracterização quanto aos aspectos editoriais

JORNAL	Nº DE PÁGINAS	ILUSTRAÇÃO	TEXTO LITERÁRIO	EDIÇÃO MATUTINA	DIALOGO COM O LEITOR
A Tribuna Religiosa	4 (1ª e 2ª páginas - seis colunas; 3ª e 4ª – três colunas)	Fotos Ilustração (glicês)	Crônicas Cânticos Poesia Reflexões	Sim	Coluna: “ATRIBUNA” SOCIAL - ANNIVERSARIOS

Tabela 27 – A Tribuna Religiosa - Caracterização quanto a oficinas gráficas

JORNAL	COMPOSIÇÃO	IMPRESSÃO	OFICINAS ESPECIALIZADAS	IMPRESSÃO A CORES	TIRAGEM POR HORA
A Tribuna Religiosa	Typo	Marinoni —	-	Não	3.000

É importante destacar que a imprensa como meio de divulgação, nas primeiras décadas do século XX, possuía grande centralização. Essa afirmação é compartilhada por Lima (2006), na primeira de suas sete teses sobre a mídia e a política no Brasil, o qual, após explicitar os conceitos de mídia e política, afirma que: “a mídia ocupa uma posição de

centralidade nas sociedades contemporâneas, permeando diferentes processos e esferas da atividade humana, em particular a esfera da política” (LIMA, 2006, p. 54).

Portanto, é importante considerar a relevância de quem estava legitimado pela Igreja Católica, e, conseqüentemente, por sua imprensa oficial – A Tribuna Religiosa – para falar em nome da instituição.

Esses porta-vozes atuarão no processo de organização da instituição e na mediação com a sociedade. É por essa razão que se destacam os nomes do bispo Dom Sebastião Leme, e, principalmente, seu substituto, o bispo Dom Miguel Valverde³⁹, no processo de atuação social da Tribuna Religiosa.

Em momentos anteriores, enfatizou-se a importância dos intelectuais católicos nos primeiros anos da República, momentos de ‘crise’ entre a Igreja e o Estado. Todavia, a reação eclesiástica frente aos novos desafios do período histórico alavancou seu poder de mobilidade na sociedade, sobretudo pela atuação de uma imprensa que condenava as refutações à doutrina da Igreja, agindo articuladamente numa política conciliadora com o Estado.

É nesse sentido que surge a Boa Imprensa, uma forma inovadora de a Igreja propagar sua doutrina, buscando acompanhar os avanços tecnológicos do seu tempo, atuando em contextos políticos e sociais, em uma época carente de estudos e de representatividade política nos setores menos visíveis da sociedade.

Com a Associação da Boa Imprensa (1923), organizada pelo Arcebispo Dom Miguel Valverde, (SILVA, 1985), criou-se uma instituição com fins de alta relevância social e religiosa; uma ‘agência’ de notícia católica para a época, utilizando-se de todos os veículos impressos: jornais, livros, *tract*, folhas volante, cartazes, (A OBRA..., 1925), contribuindo como um meio de propagação do pensamento católico e da doutrina da Igreja, bem como, uma fonte motivadora para angariar fundos para o jornal A Tribuna Religiosa, seu órgão oficial.

Segundo Silva (1985), A Tribuna Religiosa possuía muitos colaboradores articulistas⁴⁰. A maioria era da ordem do clero. Entre os muitos que contribuíram, encontram-

³⁹ Arcebispo de Olinda e Recife no período de 1922 a 1951, grande intelectual da Igreja Católica à frente da Tribuna Religiosa.

⁴⁰ Na dissertação do Prof. Severino Vicente encontra-se uma grande relação de intelectuais leigos e eclesiásticos envolvidos em vários espaços da sociedade pernambucana. As participações desses pensadores pernambucanos no jornal permitem compreender e interpretar a importância que A Tribuna Religiosa possuía na sociedade local, deixando entrever sua capacidade de articulação e de representatividade política.

se Dom Hélder Câmara, ilustre dignidade eclesiástica, que em março de 1964 tornou-se Arcebispo de Olinda e Recife.

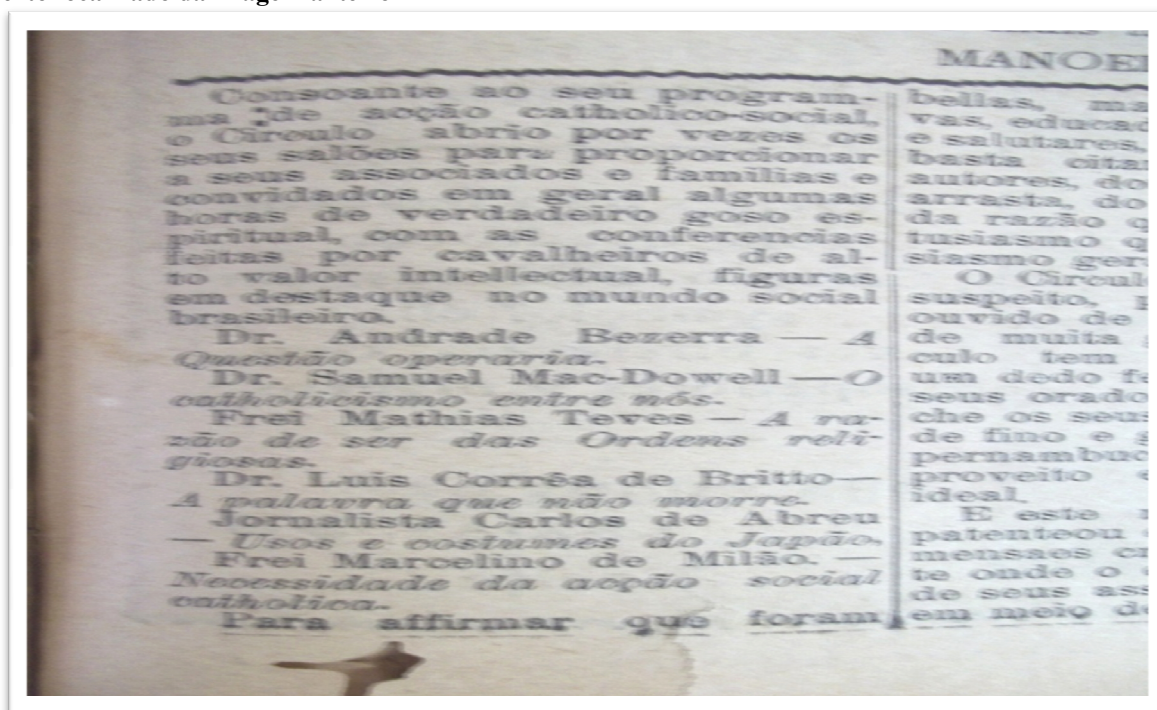
Igualmente, havia católicos leigos e personalidades da sociedade pernambucana como Luiz Delgado, na qualidade de diretor; e Barreto Campelo, Tristão de Ataíde, Sérgio Higino, Luís Correia de Brito, Manoel Cyrillo entre outros, como escritores colaboradores; e, ainda, no rol de colaboradores financeiros, sobressaem-se personalidades da sociedade pernambucana ligadas a setores industriais já citados.

Nas ilustrações abaixo, destacam-se o editorial, com informações sobre as ações políticas e sociais católicas do Circulo Católico de Pernambuco, apresentando a participação de algumas personalidades da intelectualidade pernambucana que atuavam como colaboradores do jornal A Tribuna Religiosa, assim como um texto literário sobre a Ação Católica e a Boa Imprensa de autoria de Manoel Cyrillo,

Figura 6 – A Tribuna Religiosa - Circulo Catolico de Pernambuco – presença de intelectuais



Texto focalizado da imagem anterior



Fonte: Tribuna Religiosa, Recife, p. 1, 1º de jul. 1922.

Figura 7 – A Tribuna Religiosa - Acção Catholica e Boa Imprensa



Fonte: Tribuna Religiosa, Recife, p. 1, 20 de abr. 1922.

Algumas manchetes em destaque no período desta pesquisa permitem compreender o poder de articulação e formação de opinião, que a Igreja Católica possuía na sociedade pernambucana através da Tribuna Religiosa. Alguns desses exemplos encontram-se presentes em suas manchetes e noticiários, quando ficam evidentes as marcas de suas Formações Ideológicas, ressaltando nos enunciados de seus discursos a importância da participação dos católicos no engajamento de eventos políticos e sociais defendidos pela instituição eclesiástica, tendo no principal jornal católico do período o canal de propagação da força de sua expressão institucional nos meios sociais, conforme as figuras 8 e 9 em destaque:

Figura 8 – A Tribuna Religiosa – A imprensa é tudo: tendo-a teremos o resto



Fonte: Tribuna Religiosa, Recife, p. 1, 30 de mar. 1922.

Figura 9 – A Tribuna Religiosa – A imprensa: eis a obra



Fonte: Tribuna Religiosa, Recife, p. 1, 06 de abr. 1922.

Destarte, tanto a Tribuna Religiosa, como a Associação da Boa Imprensa eram fontes propulsoras da doutrina da Igreja, ambiente articulador do pensamento intelectual católico, que se fizera presente em vários setores da sociedade civil, divulgando informações, promovendo estudos e reflexões na sociedade; um instrumento agregador e disseminador da ideologia eclesiástica.

Dessa forma, identifica-se na Tribuna Religiosa o jornal oficial da Igreja Católica, que, através da Diocese, tornou-se a voz do Vaticano, materializada nos encaminhamentos dos bispos concernentes aos assuntos internos e externos à Igreja. Um espaço de confrontação e debate entre a Igreja e a sociedade civil, preocupado com temas como política e Igreja, ação católica, imprensa, educação religiosa, avanço do protestantismo, seitas e movimentos revolucionários que afluíam no despertar do século XX, como o comunismo e o socialismo, inclusive com possíveis ideias deste último no terreno eclesiástico, além da ocorrência do messianismo e de eventos miraculosos no contexto sócio-religioso.

Pela Tribuna Religiosa, propagadora da obra da Boa Imprensa, a Santa Sé difundiu a doutrina social da Igreja, suas encíclicas e todas as orientações de seus concílios. Fortaleceu o

catolicismo com a articulação em outras áreas do saber humano, enveredando-se no ambiente cultural e nos movimentos sociais.

O jornalismo católico, por exemplo, transformou-se num formato de apostolado, ampliando o poder de articulação da Igreja na sociedade, facilitado pelo aumento de congregações eclesiais que sobrevieram com o advento da República, consolidando, assim, os mais altos interesses da religião, identificados como semióforos da Nação e da Pátria, ressignificando seus efeitos de significação.

Portanto, é possível compreender que no processo de expansão das ações da Igreja em suas congregações, através de seus líderes eclesiais, bem como por meio de seu periódico A Tribuna Religiosa e sua obra - a Boa Imprensa - havia, sobretudo, dúplices interesses entre o discurso e o poder, presentes na ideologia da Igreja.

Estudar uma formação ideológica é, portanto, entre outras coisas, examinar o complexo conjunto de ligações ou mediações entre seus níveis mais e menos articulados. A religião organizada pode fornecer um bom exemplo disso. Tal religião estende-se desde doutrinas metafísicas extremamente intrincadas a prescrições morais minuciosamente detalhadas que governam as rotinas da vida cotidiana. A religião é apenas uma forma de aplicar as questões mais fundamentais da existência humana a uma vida exclusivamente individual. Também contém doutrinas e rituais para racionalizar a discrepância entre as duas – para explicar por que não consigo pôr em prática essas verdades cósmicas e (como na confissão) adaptar meu comportamento diário a suas exigências. A religião consiste em uma hierarquia de discursos, alguns dos quais elaboradamente teóricos (escolasticismo), outros éticos e prescritivos, outros ainda exortativos e consolatórios (pregação, piedade popular); e a instituição da igreja assegura que cada um desses discursos se misture com os outros, para criar um *continuum* ininterrupto entre o teórico e o comportamental (EAGLETON, 1997, p. 55).

Com as leituras de Foucault (2000), foi possível compreender o discurso numa trajetória dinâmica, que não se traduz simplesmente nas lutas ou nos sistemas de dominação, mas naquilo por que e pelo que se luta, o poder do qual se deseja apoderar. Um jogo de articulações em que há um sujeito fundante (escritura), uma experiência originária (leitura) e uma mediação (troca) no jogo dos signos – na esfera simbólica.

Na análise sobre o ritual da palavra, Foucault apresenta sua importância para a qualificação dos indivíduos que falam em gestos, comportamentos e outros recursos que precisam estar presentes no discurso para a sua eficácia. O discurso torna-se, pois, uma prática que se manifesta em sujeitos que foram legitimados e instituídos.

Ao analisar o discurso religioso, Foucault o relaciona vinculado à prática de um ritual da palavra, em que são determinadas propriedades singulares e papéis preestabelecidos para os sujeitos que falam (FOUCAULT, 2000).

Assim, entende-se que o discurso, tal como apresentado por Foucault, produz resultados concretos, portanto é material; possui um lugar, pois, consiste em uma relação de coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; o discurso não é ato nem propriedade de um corpo, mas possui um sujeito fundante que é envolvido pelo discurso e atua em seu limite.

As relações discursivas, como se vê, não são internas ao discurso: não ligam entre si os conceitos ou as palavras; não estabelecem entre as frases ou as proposições uma arquitetura dedutiva ou retórica. Mas não são, entretanto, relações exteriores ao discurso, que o limitariam ou lhe imporiam certas formas, ou o forçariam, em certas circunstâncias, a enunciar certas coisas. Elas estão, de alguma maneira, no limite do discurso: oferecem-lhe objetos de que ele pode falar, ou antes (pois essa imagem da oferta supõe que os objetos sejam formados de um lado e o discurso, do outro), determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou tais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los etc. Essas relações caracterizam não a língua que o discurso utiliza, não as circunstâncias em que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática (FOUCAULT, 2008, p. 56-57).

Partindo dessa análise foucaultiana, compreende-se que o discurso é prática, pois ultrapassa a problemática da linguística, não se reduzindo à palavra nem ao que foi dito, mas se propondo a perceber, a distinguir o sentido oculto, ou seja, o que está por trás do que foi dito.

O discurso é ação, portanto deve-se pensá-lo em práticas discursivas e práticas não discursivas; é o objeto do desejo, é a disputa da luta pelo poder, é um espaço em que o poder e o saber se articulam (FOUCAULT, 2000).

E foi no campo da articulação mediante uma postura conciliatória com os interesses do Estado e com a propagação da doutrina social da Igreja, cuja ênfase eram políticas de ordem social, que a Igreja Católica conseguiu superar muito de suas crises, tanto no cenário político com o Estado, como internamente, diante das questões doutrinárias emanadas pela Santa Sé, em momentos históricos peculiares da sociedade ocidental; além das questões relacionadas à expansão das ideias socialistas e da explosão do operariado, que se estenderam ao centro de debates na sociedade civil e na doutrina da Igreja.

Assim, ao se analisar o discurso da Igreja Católica e da ideologia de seus intelectuais no Brasil, pode-se, a partir da leitura de Van Dijk (2010), e em articulação com o que foi apresentado em Foucault, compreender que o discurso da Igreja não se limitou “apenas como um objeto ‘verbal’ autônomo, mas também como uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política” (Van DIJK, 2000, p. 12).

Dessa forma, o sentido de ideologia eclesiástica que se deseja enfatizar nesta pesquisa possui uma relação enquanto instrumento de dominação, possibilitando compreendê-la atuando num sistema de crenças que procuram legitimar o poder institucional da Igreja como formadora de opinião, cuja expansão e desenvolvimento atribuem-se aos intelectuais católicos através de suas atividades nos meios sociais.

Tanto a ideologia em si quanto as práticas ideológicas derivadas dela são frequentemente adquiridas, exercidas ou organizadas por meio de várias instituições, como o Estado, os meios de comunicação, o aparato educacional, a Igreja, bem como por meio de instituições informais, como a família. (Van DIJK, 2010, p.47);

Desse modo, a atuação dos intelectuais católicos na Tribuna Religiosa não se encontra relacionada a uma ideologia visualizada pela ‘ilusão’, ou, utilizando-se de uma expressão marxista, “falsa consciência”, uma distorção da realidade. A ideologia eclesiástica encontra-se estruturada em uma *práxis*, mediante uma prática social cotidiana, em situações concretas de produção, presente em vários ambientes da sociedade: ensino, formação política, ação social, beneficência, religião e imprensa.

Segundo Thompson (2009), é possível entender a ideologia dominante num compartilhamento de valores e crenças que, por já se acharem na sociedade, possibilitam uma adesão à ordem social. Nesse sentido, a Igreja Católica torna-se uma instituição por excelência em termos de sua participação no processo civilizador, não apenas no Brasil, mas na sociedade ocidental.

Nessa perspectiva, compreende-se a partir de Thompson (2009), que a ideologia dominante seja vista como um ‘sistema simbólico’ que permite incorporar pessoas de várias camadas sociais, com uma prática que se vincula à vida social e política, integrada por uma luta que se ressignifica com ações, interações e transformações cotidianas, e que também movimenta um sistema contínuo de trocas simbólicas que se organiza e se materializa através das ações do trabalho dos intelectuais.

No jornal A Tribuna Religiosa foi possível perceber a participação/contribuição da Igreja Católica, através de seus intelectuais, na formação social e política da sociedade, mediante a análise do que era divulgado em seus editoriais e da recorrência das notícias que eram veiculadas sobre temas de relevo político e social no referido ano, como os assuntos relacionados à participação política da Igreja na sociedade, inclusive a importância dada a sua imprensa eclesiástica.

Na análise dos editoriais e notícias foram selecionados documentos específicos que tivessem relevância com as atividades desenvolvidas pela Igreja: política, educação, ‘capitalismo’, operariado, ação social, ação católica e imprensa, os quais se encontravam no centro dos debates da sociedade civil. Dessa forma, foi possível constatar que os assuntos concernentes à política, ação católica, imprensa, Igreja, ensino religioso, operariado, seitas e avanço do protestantismo tornaram-se recorrentes.

Considerando o sentido de ideologia enquanto instrumento de dominação relacionado à sistema de crenças que se materializam na busca pela legitimidade do poder institucional, levou-se também em consideração, para a apreciação dos documentos, a frequência das palavras repetidas que faziam referências aos assuntos em análise, seu sentido e suas relações com os grupos de poder, Estado e Igreja, para em seguida apresentá-las em forma de grupos de temas que foram elaborados estatisticamente.

Deste modo, utilizou-se o procedimento metodológico da AC, construído a partir da abordagem feita por Jovchelovitch (2000), conforme mostra a tabela 28. Em seguida, os dados foram exibidos em grandes temas, a fim de apresentar-lhes sua equivalência percentual da amostra, conforme apresentado na figura 10 - Gráfico da Seleção de documentos da Tribuna Religiosa – percentual por temas - janeiro a novembro de 1922.

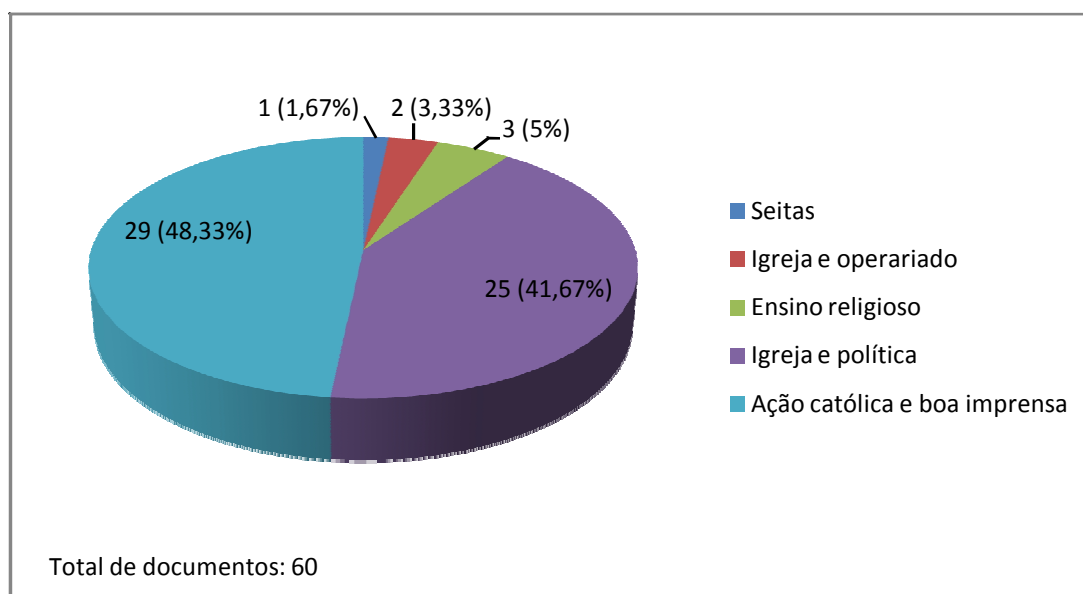
Tabela 28 - A Tribuna Religiosa - Elementos para a Análise da Imprensa

Nome da publicação: A Tribuna Religiosa	Período de análise: janeiro a novembro de 1922.
Dia da publicação	Quintas-feiras
Localização dos documentos	Páginas: 1 e 3
Tipo de documento	Editorial e notícias
Temas mais frequentes	Imprensa, ação católica, Igreja, política, religião, ensino religioso, protestantismo, operariado.
Atores	Igreja/ religiosos, políticos/ parlamentares, governo, empresários/ industriais, estudantes e

	intelectuais leigos.
Espaço de debate	Igreja, Estado e sociedade civil
Causas/explicações	A renovação espiritual iniciada na França em finais do século XIX; O advento da República e suas consequências - separação entre o Estado e a Igreja, laicização do ensino, o reconhecimento do casamento civil como ato legítimo no ordenamento jurídico, a expansão das congregações; Propagação da doutrina social da Igreja - [a <i>Syllabus</i> e a encíclica <i>Rerum Novarum</i>]; Participação política da Igreja e sua importância no processo civilizador; Crescimento Urbano industrial – o operariado; Temor ao avanço do Socialismo e do Comunismo; A Imprensa Católica; Movimentos revolucionários – o tenentismo; Crises internas da Igreja – a devoção popular, o messianismo e os eventos miraculosos; A influência das ideias: positivistas, naturalistas e materialistas no pensamento intelectual da sociedade; o Ceticismo; O combate ao avanço do protestantismo; Religiosidade, beneficência e questões de ordem política e social.

Fonte: autor, 2013

Figura 10 - Gráfico da Seleção de documentos da Tribuna Religiosa – percentual por temas - janeiro a novembro de 1922



Fonte: autor, 2013

O ano de 1922 apresentou 52 (cinquenta e duas) semanas, que em tese seria a mesma quantidade de edições publicadas pela Tribuna Religiosa, haja vista sua publicação ser semanal. Contudo, esta pesquisa foi realizada com a análise de 43 (quarenta e três) edições do citado jornal, em virtude de serem as únicas disponíveis para consulta, compreendendo o período de janeiro a novembro do respectivo ano.

Pela análise do gráfico na figura 10, os temas foram apresentados na ordem do menor ao maior percentual de documentos identificados nas publicações do respectivo período.

Considerando o objetivo de analisar como a ideologia eclesial era divulgada pela Tribuna Religiosa, buscou-se identificar nos documentos os assuntos que tinham relação com a doutrina social da Igreja e com os acontecimentos de ordem político-social no contexto histórico do período.

Desse modo, das 43 (quarenta e três) edições analisadas no ano de 1922, do respectivo jornal, foram selecionados 60 (sessenta) documentos que tinham relação com os seguintes temas: Igreja, política, ensino religioso, ação católica e boa imprensa, operariado e seitas, por apresentarem vinculações a concepções ideológicas da Igreja e de sua doutrina social.

Contudo, é importante fazer algumas considerações para compreender a estrutura dos temas apresentados. Para uma melhor visualização dos resultados exibidos no respectivo gráfico, os comentários serão feitos do maior ao menor número de documentos identificados.

No tema Ação católica e boa imprensa foram identificados 29 (vinte e nove) documentos correspondendo a 48,3% do material analisado. Abrange os noticiários relacionados à ação católica e à boa imprensa, das quais participavam intelectuais eclesiais e leigos, políticos, industriais e personalidades da sociedade pernambucana.

É importante ressaltar que as vozes identificadas nos documentos apresentam a preponderância dos intelectuais eclesiais, tornando-se tônica, a partir de agosto de 1922, a voz de Dom Miguel Valverde - arcebispo de Olinda e Recife - através de sua coluna semanal Carta Pastoral.

Nesta carta, a Igreja manifestava sua ideologia, tratando de temas como política e religião, fé, ensino religioso, ação católica e o papel do cristão na sociedade, família e tantos outros assuntos que envolviam a função social da Igreja em meio às turbulências dos tempos modernos.

O segundo maior tema relaciona-se à Igreja e política, abrangendo 41,7%, com 25 (vinte e cinco) materiais analisados. Nestes documentos são identificados posicionamentos da

Igreja relacionados a elementos de sua doutrina social, no tocante à participação política do católico na sociedade, num contexto de uma missão “apostólica”, na participação dos eventos da Igreja e na contribuição para o crescimento da instituição.

Havia, ainda, a postura da Igreja perante o Estado constituído no pós-República, em que a Igreja aparece como uma instituição essencial para o progresso das nações e o sucesso dos governos, respaldada nas cartas do Vaticano para as nações, publicado de tempos em tempos, na primeira página do jornal.

No terceiro tema Ensino religioso, foram identificados 03 (três) materiais, correspondendo a 5% dos documentos. É importante ressaltar que, embora o citado tema não tenha tido um destaque percentual em relação aos temas antecedentes, não se pode caracterizá-lo como subalterno, pois, conforme ficou esclarecido em linhas anteriores, após a separação entre o Estado e a Igreja, a laicização do ensino passou a ser uma das grandes temáticas debatidas na sociedade pela Igreja, e nela encontravam-se as discussões sobre o avanço do protestantismo em estabelecimentos educacionais a partir da primeira década do século XX.

Em virtude de a pesquisa corresponder ao ano de 1922, ou seja, a terceira década do século XX, cujo cenário tem uma predominância de assuntos de ordem político-social, acredita-se que tais circunstâncias tenham motivado a diferença percentual entre o terceiro tema: Ensino religioso, e os dois primeiros: Ação católica e boa imprensa / Igreja e política.

No quarto tema, Igreja e operariado, foram identificados 02 (dois) materiais, perfazendo um total de 3,3% dos documentos analisados, contextualizados na expansão da doutrina social da Igreja sobre as questões relacionadas ao trabalho e à dignidade do trabalhador.

É importante esclarecer que no período pesquisado as questões de ordem social e política foram também tratadas nas vozes da Igreja e de seus intelectuais, dentro do contexto político, o que possibilita um ‘possível’ enquadramento do tema Igreja e operariado, no tema Igreja e política, podendo ser considerado um ‘subtema’ deste. Entretanto, a não adoção dessa medida tem por finalidade ampliar a percepção das discussões realizadas pela Tribuna Religiosa na conjuntura social.

Por fim, o último tema, Seitas, não apresenta um percentual importante, com apenas 01 (um) material, correspondendo a 1,7% dos documentos analisados, sem expressivas discussões. Entretanto, na leitura geral dos documentos, permitiu-se interpretar que

relacionado a este tema encontram-se todas as formas de religião não católicas, cristãs ou não cristãs, que passaram a usufruir do livre direito de culto por ocasião da institucionalização do Estado laico com o advento da República. Nesta análise, a religião protestante⁴¹ e a judaica passam a ser enquadradas nos noticiários da Tribuna Religiosa como seitas, contudo, na maioria das vezes, de forma sub-reptícia.

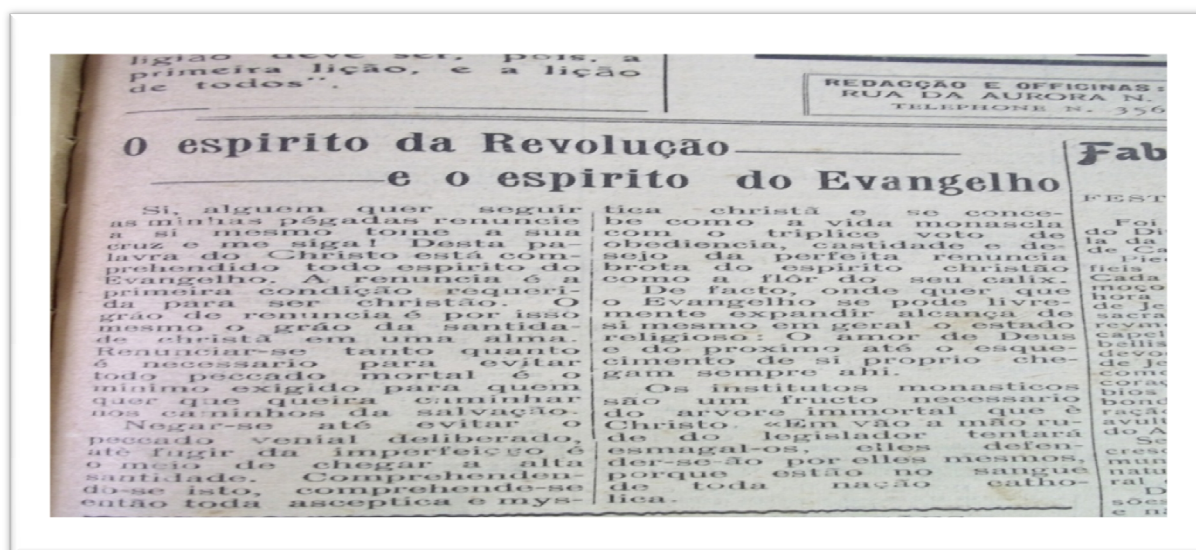
Na continuidade da análise sobre a reprodução das notícias do Levante do Movimento Tenentista, ocorrido em julho de 1922, pela Tribuna Religiosa, encontra-se também o procedimento da AD, com os mesmos recursos e enfoques metodológicos utilizados para a análise do Jornal do Commercio, apresentando como corpus para análise o recorte das notícias veiculadas no período de 04 a 14 de julho de 1922.

Ressalta-se, contudo, conforme já foi explicitado, que a Tribuna Religiosa apresentava uma única edição semanal, reduzindo diretamente a quantidade de notícias a serem analisadas e, dessa forma, a quantidade de documentos selecionados para os procedimentos da AD, com ênfase na produção de sentidos, segundo a abordagem feita por Benetti (2007), assim como a identificação de algumas categorias de valores-notícia, segundo os estudos de Galtung e Ruge.

Para esse procedimento de análise foram selecionados os textos em destaque a seguir:

b) Análise do discurso

Figura 11 – A Tribuna Religiosa – O espírito da Revolução e o espírito do Evangelho



Fonte: A Tribuna Religiosa, Recife, p. 1, 06 de jul. 1922.

⁴¹ No período desta pesquisa, há algumas discussões apresentadas pelo jornal A Tribuna, sobre o ensino religioso no Brasil. Em algumas delas apresentam uma relação da religião protestante com a maçonaria.

Quadro das notícias

Notícia nº 11 – A Tribuna Religiosa – Recife, 06 de julho de 1922, p.1

O espírito da **Revolução** e o espírito do **Evangelho**.

De facto, onde quer que o **Evangelho** se pode livremente **expandir** alcança de si mesmo em geral o **estado religioso**: O amor de Deus e do próximo até o esquecimento de si próprio chegam sempre ahi. (SD25)

Os **instrumentos monásticos** são um **fructo necessário** do arvore immortal que è Christo. «Em vão a mão rude do legislador tentará esmagar-los, elles defender-se-ão por elles mesmos, porque estão no **sangue** de toda **nação catholica**. (SD26)

Neste editorial de A Tribuna Religiosa, duas marcas discursivas são postas em sua manchete: “**Revolução**” e “**Evangelho**”. O espírito, força motivadora das ‘ações’ humanas, encontra-se como um elemento que se torna comum entre as duas sequências discursivas, embora com ações distintas.

À primeira vista, a sequência discursiva “**Revolução**”, denota o momento histórico e político vivido pela nação, cujo sentido ideológico busca relacioná-lo a crises, conflitos, desordens e insegurança na ordem política e social, podendo ainda ser associado ao terror e ao caos.

A marca discursiva “**Evangelho**”, em um primeiro momento, busca ressaltar a paz que é conquistada quando se renuncia a si mesmo e segue-se no cumprimento dos desígnios de Deus para a conquista da salvação, materializados na pessoa de Cristo.

Contudo, “**Revolução**” e “**Evangelho**” tornam-se sinônimos, na ênfase de que o “**Evangelho**” tem o poder de revolucionar uma sociedade, usando as armas do discurso – o ritual da palavra – (FOUCAULT, 2000) - e o posicionamento institucional – (FOUCAULT, 2000; 2008); (VAN DIJK, 2010).

Este “**Evangelho**” ‘revolucionário’ torna-se eficaz por ser constituído por uma instituição legítima – a Igreja Católica, representada pelas marcas [“**Evangelho, expandir, estado religioso, instrumentos monásticos, fructo necessário, sangue e nação catholica**”].

Todas essas marcas encontram-se fortalecidas nas formações ideológicas da instituição eclesiástica, materializando suas formações discursivas. É dessa forma que a Igreja se apresenta na ordem do discurso, com sujeitos estabelecidos e legitimados por essa Ordem Institucional que, enquanto instituição monástica, coloca-se como fruto da imortalidade do poder temporal personificado no Cristo.

É com essa dimensão discursiva que Igreja Católica se apresenta, apta, para os enfrentamentos do mundo moderno, inclusive no enfrentamento com o Estado, através do ordenamento jurídico, trazendo a evidência de um ‘chamamento’ convidativo para o fortalecimento das instituições eclesiais Católicas, prática notória no posicionamento da política ultramontana da Igreja.

Tabela 29 - Identificação de valores-notícia – Notícia 11

Notícia nº 11 – A Tribuna Religiosa – Recife, 06 de julho de 1922, p.1 -	Categorias de valores-notícia estudos de Galtung e Ruge	Categorias presentes na notícia
O espírito da Revolução e o espírito do Evangelho.	Frequência , amplitude	X
	Menos ambiguidade	X
	Significância	X
	Consonância	X
	Inesperado	X
	Continuidade	X
	Composição	X
	Nações de elite	-
	Pessoas de Elite	-
	Personalização	-
	Referência a algo negativo	X

Notícia nº 12 – A Tribuna Religiosa – Recife, 06 de julho de 1922, p.2

O momento atual

O **Circulo Catholico** que na hora aguda da situação foi considerado logar **suspeito e revisitado** por praças do exercito, pretextando-se ali existirem *preparativos bellicos* foi justamente a tenda **bemditada**, onde se entabularam as **negociações** de paz. (SD27)

O mons. Pereira Alves vencendo dificuldades quase intransponíveis, arrostando suspeitas de ambos os partidos pelo facto de não pertencer a nenhum, conservando uma linha de conducta e de **neutralidade** admiráveis, constituiu-se despretenciosamente o << **leader**>> da paz. (SD28)

E’ mais um **triumpho** da Egreja – dizia-nos um jornalista. (SD29)

Isto nos apraz. (SD30)

Viva a **tranquilidade** da família pernambucana! (SD31)

A Comissão⁴² pela **paz** está emocionada deante de vosso **patriotismo** e despreendimento. (SD 32)

⁴² Em nota encaminhada à imprensa sobre a “Comissão de Paz” constavam os nomes dos membros desta comissão e das oligarquias urbanas que representavam os grupos políticos em conflito. Os quatros primeiros nomes na respectiva sequência representam os membros da citada comissão. A partir do quinto nome informado (senador Manoel Borba), diz respeito aos grupos políticos em conflitos. Assim, os respectivos nomes foram

Sentimos a mesma emoção que mais profunda sentirá o povo pernambucano pela sua **paz**, sua **ordem**, sua **tranquilidade**. (SD33)

Realizando este acordo, vós nos mostrastes **verdadeiros** amigos de Pernambuco e cidadãos **dignos** do Brasil. (SD34)

Temos a ousadia de **representar** o povo de Pernambuco. (SD35)

Deante da imagem do Coração Eucarístico que é uma saudade e uma recordação da compaixão divina pelo povo, invocamos sobre vós as bênçãos de Deus. (SD36)

Telegrama do tenente Castello Branco (publicado como parte desta notícia)

Deão Pereira Alves, Vigário Capitular – Recife. Partidário incondicional **política paz** tentada V. Exc. momento **aflições** povo pernambucano, como vivo entusiasmo levo eminente Chefe Igreja minha terra natal sinceras felicitações, como homem e catholico, em particular, vendo realizada obra **restitue tranquilidade** lar família minha **extremecida** terra. (SD37)

Deponho mão V. Excia. Reverendissima meu **beijo** de agradecimento e **amizade**. (SD38)

Respeitosas saudações – *Tenente Castello Branco* – Quartel General

(Fonte: A Tribuna Religiosa, Recife, p. 2, 06 de jul. 1922)

As riquezas das marcas discursivas presentes nesta notícia demonstram a grande repercussão que a crise política governamental de Pernambuco teve no cenário nacional. O acordo firmado entre os ‘chefes políticos’ das oligarquias locais, conforme informado em nota, foi noticiado em grandes jornais de circulação no país, como por exemplo, o Jornal do Brasil e o Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, com representantes desses jornais acompanhando os atos do fechamento do acordo político que levou a indicação do juiz federal Sergio Loreto ao governo do Estado de Pernambuco.

As marcas discursivas em destaque [**suspeito revisitado, preparativos bellicos aflições e extremecida**] evidenciam a situação conflituosa vivida pela sociedade pernambucana, com características de um cenário violento que resultou na desordem e na falta de paz social, e, inicialmente se atribuiu ao Circulo Catholico uma possível ‘afinidade’ com partidários dos movimentos políticos em conflito.

divulgados tanto na imprensa eclesiástica como na imprensa laica, a saber: Deão Pereira Alves (presidente da comissão de paz), Joaquim Lima de Amorim, Dr. José Marques de Oliveira, presidente da Associação Comercial, Dr. Manoel Gonçalves da Silva Pinto, senador Manoel Antonio Pereira Borba, deputado Estácio Coimbra por e representando o Dr. Achimedes de Oliveira e o coronel José Pessoa de Queiroz, Dr. Annibal Freire, representando o conselheiro Francisco de Assis Rosa e Silva e o Dr. Rodolpho Albuquerque de Araujo, representando o marechal Emygdio Dantas Barreto.

Em contrapartida, as marcas discursivas [**bem dita, negociações, neutralidade, leader, triunfo, tranquilidade, paz, patriotismo, ordem, representar e restitue tranquilidade**] neutraliza todo o possível sentido negativo atribuído ao Circulo Catholico e, ao mesmo tempo, enaltecem as instituições católicas que, no discurso político da Igreja, demonstra a funcionalidade da instituição eclesiástica como mantenedora da ordem e ordenadora da paz social, tornando-se imprescindível para o sucesso dos governos e o fortalecimento do Estado brasileiro.

Essa significação de valores expressos no discurso da ordem, pela Igreja, é uma forma direta de seu posicionamento político, atuando como mediadora na ordem do discurso do Estado brasileiro ou de seus dirigentes mais próximos com vínculos institucionais.

Tabela 30 - Identificação de valores-notícia – Notícia 12

Notícia nº 12 – A Tribuna Religiosa – Recife, 06 de julho de 1922, p.2 -	Categorias de valores-notícia estudos de Galtung e Ruge	Categorias presentes na notícia
O momento atual.	Frequência , amplitude	X
	Menos ambiguidade	X
	Significância	X
	Consonância	X
	Inesperado	X
	Continuidade	
	Composição	
	Nações de elite	X
	Pessoas de Elite	X
	Personalização	X
	Referência a algo negativo	

Notícia nº 13 – A Tribuna Religiosa – Recife, 13 de julho de 1922, p.4

Governo Archidiocesano

Pela **lealdade** dos partidos e boa fé dos homens está feita a paz no seio da sociedade pernambucana. (SD39)

Ainda que muito se deva para a realização de tão humana e christã empreza ao **alto patriotismo** dos próceres políticos e ao **desprendimento generoso** dos **dignos pernambucanos** candidatos á successão governamental, não nos esqueçamos nós de tantas **lágrimas** e **supplicas** que inclinaram pelo valimento da Rainha Excelsa do Carmo o Coração Eucharistico de Jesus sobre as **angustias** do **coração pernambucano**. (SD40)

E a esse Divino Coração Eucharistico que devemos o sacrificio de tantas vontades no **altar da pátria**. (SD41)

Nessa **Oração Publica** roguemos todos com ardente fê para que não só em Pernambuco mas em todo o nosso estremecido Brazil os homens públicos **reconheçam** que longe dos **eternos pincipios da moral divina** não há **salvação social**. (SD42)

Palacio S. José, 8 de julho de 1922.

Mons. José Pereira Alves

Vigario Capitular

As marcas discursivas [**lealdade, alto patriotismo, desprendimento generoso, dignos pernambucanos**] presentes nesta notícia ratificam a postura consensual e mediadora da Igreja perante os conflitos políticos ocorridos em Pernambuco no ano de 1922. Ao mesmo tempo em que as marcas discursivas [**lágrimas, supplicas, angustias e coração pernambucano**] traduzem o sentido negativo recorrente nos discursos jornalísticos, materializados por momentos de violência e insegurança vividos pela sociedade pernambucana no respectivo período.

Esta notícia também apresenta através das marcas discursivas [**altar da pátria, Oração Publica, reconheçam, eternos pincipios, moral divina e salvação social**] a ideologia presente no discurso do governo arquidiocesano legitimado pela instituição eclesiástica, assumindo oficialmente, perante a opinião pública, a defesa da funcionalidade da Igreja perante as questões políticas e sociais não apenas em Pernambuco, mas em todo Brasil. Dessa forma, traz no fechamento de seu discurso a implícita e necessária importância da Igreja Católica como parceira para a funcionalidade do poder estatal.

Tabela 31 - Identificação de valores-notícia – Notícia 13

Notícia nº 13 – A Tribuna Religiosa – Recife, 13 de julho de 1922, p.4 -	Categorias de valores-notícia estudos de Galtung e Ruge	Categorias presentes na notícia
Governo Archidiocesano.	Frequência , amplitude	X
	Menos ambiguidade	X
	Significância	X
	Consonância	X
	Inesperado	
	Continuidade	X
	Composição	
	Nações de elite	X
	Pessoas de Elite	
	Personalização	
	Referência a algo negativo	X

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O transcurso do século XIX ao XX registra acontecimentos significativos na sociedade ocidental, apresentando ‘rumores’ para a nova ordem mundial do breve século. A expansão das ideias socialistas na Europa, a proliferação dos ideais comunistas no imaginário do proletariado, o desenvolvimento da indústria e dos meios de comunicação, a propagação da doutrina social da Igreja Católica nos meios sociais e o avanço das inquietações modernistas trouxeram para o início do século XX as turbulências do mundo moderno.

No Brasil, esse momento foi registrado por profundos e intensos acontecimentos, precursores de crises e repercussões na ordem política e econômica, direcionando seu agravamento para a estrutura da vida social e cultural do país.

A década de 1920 apresenta-se como o período mais turbulento dessa crise na Primeira República, em meio a uma sociedade conflituosa que convivia com tradicionais instituições que se projetavam como organismos ‘essenciais’ para a manutenção da ordem social e o funcionamento do Estado.

Nesse cenário encontra-se a Imprensa, uma instituição que se projetou nas sociedades modernas com o *status* de “quarto poder”, assumindo importante papel na formação ideológica no meio social. Organismo funcional para a construção de consensos e projetos de hegemonia.

O contexto crítico e turbulento do período exigiu um entendimento mais profundo das questões cotidianas, sendo necessário recorrer aos conhecimentos e estudos históricos sobre o tema, numa ‘tentativa’ de trazer consideráveis contribuições ao estudo do objeto em questão. Por esse motivo, tornou-se imprescindível apresentar a relação existente entre a Comunicação e a Narrativa Histórica dentro do presente enfoque teórico, revelando sua importância para a realização de trabalhos nesse campo de estudo, tornando-se parceiras irrefutáveis desta pesquisa.

A divisão em três capítulos, sendo um teórico e metodológico, teve por objetivo apresentar os caminhos percorridos na pesquisa, com análise crítica de livros, textos, e revisão bibliográfica de autores que trabalharam a respectiva temática, bem como apresentar os recursos e meios utilizados para levantamento dos dados e para a fundamentação teórica do trabalho, num ensaio com vistas a permitir uma melhor compreensão do estudo realizado, cabendo aqui registrar que, enquanto o Tenentismo apresenta uma vastíssima bibliografia,

com autores renomados nos meios acadêmicos, possibilitando realizar um maior aprofundamento e ampliada análise sobre o tema, percebeu-se, com raríssimas exceções, uma dificuldade bibliográfica sobre os intelectuais pernambucanos do período.

Os recursos metodológicos utilizados (AC e AD) foram determinantes para apresentar de forma sistemática a dimensão da análise efetuada nos documentos, realizados em fontes primárias – jornais – microfilmados e impressos, com resultados quantitativos e qualitativos, respaldando o objetivo proposto na pesquisa: analisar as repercussões do Levante Tenentista, ocorrido em julho de 1922, nos jornais que atuavam como imprensas oficiais do Estado de Pernambuco e da Igreja Católica, respectivamente, o *Jornal do Commercio* e *A Tribuna Religiosa*.

Os dados apresentados na pesquisa revelam, com clareza, a estrutura apresentada por cada um desses periódicos e a forma como se utilizavam dos acontecimentos para garantir a sua repercussão no meio social, através de uma Formação Discursiva (FD) que se respaldava nas ideologias de sua estrutura institucional.

Esses jornais eram um retrato das oscilações ocorridas na sociedade moderna recifense, atuando de forma abrangente no cotidiano das pessoas, tornando-se a ‘visão de mundo’ de uma época, o foco de uma realidade social, a percepção do ‘bem’ e do ‘mal’, do ‘certo’ e do ‘errado’, do ‘legítimo’ e do ‘ilegítimo’, da ‘ordem’ e da ‘subversão’, do que ‘constrói’ a sociedade e do que a ‘degenera’.

Esse poder de produzir e ressignificar sentidos na ordem social, por essas ‘empresas midiáticas’ – se é que “não seja um anacronismo fazer uso deste termo” – permite-se atribuir a esses jornais o *status* de ‘poder societal’, com meios produtivos de interação social e com influências no cotidiano das pessoas, por atuar como formadores de opinião que, a princípio, têm na difusão de seu produto – a notícia – as marcas de suas formações discursivas e ideológicas disponíveis a uma pluralidade de receptores, em cujas características são identificadas com a comunicação de massa apresentada por Thompson (2009).

Nesta pesquisa, tornou-se ainda imperativo o registro de que as vozes atuantes nos jornais em estudo eram as vozes das Instituições – Estado e Igreja – ou de seus sujeitos legitimados e instituídos – governos e intelectuais -, conforme apresentados nos estudos de Foucault (2000; 2008) e de Van Dijk (2010), numa realidade em que muitos escutavam e poucos interagiam com direito à voz.

Confirmou-se o que foi apresentado por Nascimento (1967), ao afirmar que o Jornal do Commercio foi constituído com fins motivadores de promover a campanha presidencial de Epitácio Pessoa, tio do Sr. João Pessoa de Queiroz, proprietário do JC, e um dos mais influentes homens do setor econômico do Nordeste do Brasil. Sobre este ponto, cabe ainda o registro de que, a partir de 07 de setembro de 1922, o JC não apresenta mais o nome do Sr. João Pessoa de Queiroz como proprietário do jornal, mas o nome do grupo “Pessoa de Queiroz”. Vê-se, ainda, a partir dessa data, uma maior participação do então deputado federal, João Pessoa de Queiroz, pronunciando seu posicionamento político com grande regularidade, e em destaque nas páginas do jornal.

Nessa edição especial, em que também se comemora o centenário da Independência do Brasil, o JC exhibe, com ostentação, o poderio do império econômico do grupo Pessoa de Queiroz, cujas atividades expandem-se a diversas áreas do setor de comércio, indústria, serviços (importação, exportação e seguros), imprensa e educação.

O Jornal do Commercio assumiu importantes posições na estrutura política e econômica no Estado de Pernambuco. Entre elas, encontra-se sua atuação como imprensa oficial do Estado, no período de 1922 a 1924.

O JC também combateu os adversários políticos do governo de Epitácio Pessoa, fazendo deste jornal uma arena de lutas político-partidárias e ideológicas, tornando-se defensor acirrado da política autoritária do presidente da República, cujas características denotam abuso de seu poder político. O Jornal do Commercio atuou, ainda, como promotor de um discurso institucional, direcionado a um projeto político hegemônico junto às oligarquias.

Essas constatações são verificáveis no trabalho de seus intelectuais – os jornalistas – pela construção de critérios de noticiabilidade dos fatos noticiosos que iam de encontro à política repressiva do governo federal, a exemplo, o Levante Tenentista e a prisão do marechal Hermes da Fonseca, fatos que repercutiram ‘negativamente’ na sociedade, e que promoveram uma imagem positiva do presidente, elevando a supremacia de seu governo civil em detrimento da parcela, por assim dizer, ‘degenerada’ da corporação militar que almejava retornar ao centro do poder político.

O JC também foi autopromotor dos negócios dos Pessoa de Queiroz, grupo que tinha como privilégio a propriedade de um dos maiores jornais em circulação do Recife, uma das

capitais do país com reconhecida participação de personagens fluentes na história da política brasileira desde o período imperial.

Esse império econômico dos Pessôa de Queiroz se apresenta dentro de um projeto político-hegemônico das oligarquias urbano-industriais, cujas vantagens financeiras encontram-se relacionadas desde o monopólio das publicações oficiais do Estado de Pernambuco à expansão de suas atividades na indústria, comércio, imprensa, exportação e importação, seguros, serviços e educação.

A partir das atividades desenvolvidas pelo Jornal do Commercio foi possível compreender que, devido ao seu grande envolvimento nos assuntos políticos, ao nível local (Pernambuco – oligarquias urbanas) e federal (política do governo de Epitácio Pessôa), bem como pela grande influência regional do grupo Pessôa de Queiroz nos assuntos políticos e nos setores econômicos, o JC contribuiu para a ‘tentativa’ de formação de um projeto político-hegemônico do governo de Epitácio Pessôa, no período em que os seus grupos políticos-oligárquicos se encontravam na cúpula dos grupos de poder, que, particularmente, envolve o período do governo do presidente Epitácio, não se limitando, unicamente, a este período.

Esta pesquisa pôde ainda constatar que, nos primeiros anos da República, a Igreja Católica atuou na construção de uma representatividade política, caracterizada com grande peso pela Ação Católica, marcada por uma forte contribuição dos intelectuais católicos [leigos e eclesiásticos], através de sua atuação nas atividades políticas e sociais da Igreja, como ocorria com o espaço de estudos e de debates no Centro Dom Vital, ligado à Igreja Católica, nos Círculos Católicos e nas diversas ordens religiosas católicas, que tiveram na imprensa eclesiástica um canal expressivo para a difusão de sua ideologia.

Constatou-se, também, que o poder de organização e de articulação da Igreja não se restringiu em atuar nos limites de seus templos ou de sua função religiosa, exercendo uma nova configuração nos espaços da formação educacional, da formação política, da ação social e da imprensa, permitindo-lhe consolidar uma popularidade social, e, assim, uma representatividade política na sociedade.

Constatou-se, ainda, que o advento da República não foi um entrave ao avanço da Igreja, mas um momento que direcionou as condições favoráveis à aceleração de sua expansão nos meios sociais e políticos, alargada pela ação do clero com a ampliação das novas ordens religiosas e a divulgação de suas ideias e doutrinas na imprensa católica.

Particularmente, em Pernambuco, as atividades da imprensa eclesiástica eram desenvolvidas pela A Tribuna Religiosa e pela obra da Boa Imprensa, cuja ênfase deve-se às contribuições dos trabalhos da Ação Católica, através dos intelectuais católicos, leigos ou ligados ao clero – este último representado na pessoa de Dom Miguel Valverde, bispo da Arquidiocese de Olinda e Recife⁴³.

Desta forma, esta pesquisa confirma que a articulação da Igreja Católica nos ambientes sociais garantiu-lhe uma representatividade política, devido à expansão de suas atividades em áreas que ultrapassam o espaço da religião, como a educação, a formação política, a ação social e a imprensa, com a contribuição inestimável de seus intelectuais, mediante seu poder de organização da sociedade em diferentes momentos históricos do país, contribuindo para uma formação política com práticas sociais.

Registra-se, ainda, que a obra da Boa Imprensa funcionava também como ‘um chamamento’ convidativo do discurso da Igreja, direcionado para dentro e fora da instituição eclesiástica, para a sociedade como um todo, buscando o fortalecimento de sua ideologia presente em sua doutrina social e propagada por suas bulas e encíclicas, realçando o projeto ultramontano da Igreja, cujo destaque se tem com a encíclica *Rerum Novarum*, promulgada em 1891, com mais de 40 (quarenta) proposições acerca dos grandes assuntos do mundo moderno, presentes no centro de debates da sociedade civil.

A pesquisa também constatou que, na relação discursiva apresentada na Tribuna Religiosa, sobre assuntos que envolviam direta ou indiretamente a Igreja e a política, não se apresentou ao nível de uma relação entre governo civil e instituição eclesiástica; também não se constatou uma parcialidade direta como no outro periódico, o Jornal do Commercio, mas nem por isso deixou de se evidenciar o seu posicionamento político ao lado do poder constituído, fortalecendo a “tentativa” do projeto político-hegemônico das oligarquias ligadas aos grupos de poder.

⁴³ O termo Arquidiocese de Olinda e Recife é decorrente do seguinte processo emancipatório: “A Prelazia de Pernambuco foi criada em 15/07/1614 pela Bula “Fasti noviorbis” do Papa Paulo V. O Papa Urbano VIII com a Bula “Romanus Pontifex” do dia 06/07/1624 a constituiu sufragânea da então Diocese de São Salvador da Bahia. O Papa Inocêncio XI, no dia 16/11/1676, pela Bula “Ad sacram Beati Petri sedem” a elevou como diocese, denominando-se Diocese de Olinda. Em 05/12/1910 foi elevada à Arquidiocese e Sede Metropolitana pelo Decreto da Sagrada Congregação Consistorial. Pela Bula “Cum urbs Recife” do Papa Bento XV de 26/07/1918, passou a denominar-se Arquidiocese de Olinda e Recife”. (ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE, 2013).

Por conseguinte, A Tribuna Religiosa através de notícias que envolviam política e governo, permitiu apresentar-se nos moldes de uma relação entre Estado laico e Estado Pontifício, com a diplomacia característica das relações entre Estados.

A prova dessa relação encontra-se presente nos diversos posicionamentos conflituosos entre os dirigentes do Estado e a sociedade civil, que não eram manifestos nem se lhes dava visibilidade pela autoridade eclesiástica, ‘respeitando’, assim, as ações do poder constituído. Ou ainda, quando se colocava disponível como mediadora, como, por exemplo, o que ocorreu no processo político sucessório em Pernambuco em julho de 1922, ao mediar uma solução pacífica para os conflitos existentes entre os grupos políticos locais, lançando, desta forma, sementes de seu poder de articulação e de representatividade política para as futuras gerações católicas.

Outro fato que pode ser pertinente a essa relação encontra-se na participação da Igreja Católica em diversos eventos públicos e políticos, como, por exemplo, “A benção das espadas”, episódio em que a Igreja participava ao lado das autoridades políticas, abençoando os novos ingressantes do oficialato das Forças Armadas. O Congresso Agropecuário, ocorrido momentos antes da sucessão presidencial em 1922, em que constava a presença de representações diplomáticas, foi também outro grande evento a ser considerada a participação da Igreja Católica em sua relação diplomática com o Estado brasileiro.

Há ainda registros de altas autoridades públicas participando em atividades de grande vulto da Igreja Católica, como o ordenamento de bispos e outras atividades de relevo popular, como as procissões, visando, sobretudo, ganhar notoriedade nos meios sociais.

A partir dessa explanação sobre as atividades desenvolvidas pelos jornais em estudo, fica constatado que, tanto o Jornal do Commercio como A Tribuna Religiosa, instituições estruturadas em plataformas distintas, constituídas por instituições com vínculos distintos, possuíam alguns semelhantes interesses na conjuntura da Crise dos anos de 1920, no Recife, em particular no ano de 1922.

Esses jornais, em sentido lato, se apresentam como organismos funcionais de um projeto político-hegemônico. Um projeto de sociedade “modernizador conservador”, forjado nos moldes da “revolução passiva” gramsciana, ampliado para o fortalecimento das ações do Estado que, por meio de um governo que se autointitula como legítimo em sua propaganda, direcionada à sociedade civil, visa garantir o controle social e a ordem legal. Ou seja, um

projeto hegemônico que moderniza socioeconomicamente o Estado, conservando as estruturas tradicionais de dominação sociopolítica.

Nesse projeto hegemônico encontram-se, conjuntamente, as atividades da Igreja Católica, investidas de um aparato funcional necessário para o progresso da nação, para a harmonia social e para o sucesso dos governos, buscando se firmar nas estruturas do poder político e social no país.

Estas instituições tiveram como ações comuns o trabalho desenvolvido por seus intelectuais, atuando como mediadores entre o Estado, a Igreja e a sociedade civil, buscando consolidar um discurso institucional que se manifestava com práticas autoritárias e sociais na ordem civil.

Dessa forma, o Jornal do Commercio e A Tribuna Religiosa confluíram por meio de suas estruturas ideológicas, para o exercício e a manutenção do poder político e social na sociedade recifense/pernambucana, compartilhando em seus editoriais e noticiários com as cognições que socialmente eram partilhadas no interesse do grupo dominante, tendo em suas Formações Discursivas a materialização de suas Formações Ideológicas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco das N. Imprensa e política: algumas reflexões acerca da investigação histórica. **História em Revista**, Pelotas, v. 7, p. 94-115, dez. 2001.

A OBRA da boa imprensa. **A Tribuna Religiosa**. Recife, p. 1, 25 dez. 1925.

A REVOLUÇÃO no Rio. **Jornal do Commercio**. Recife, 06 jul. 1922a. Última Hora, p. 6.

_____. **Jornal do Commercio**. Recife, 07 jul. 1922b. Última Hora, p. 6.

ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE. **História**. Disponível em:
<<http://www.arquidioceseolindarecife.org/historia/>>. Acesso em 07 fev. 2013.

A SEMANA. **A Tribuna Religiosa**. Recife, p. 1, 20 dez. 1925.

A TRIBUNA Religiosa. _____. Recife, p. 3, 11 fev. 1926.

BADALONI, Nicola. Filosofia da práxis. In: **Gramsci e o Brasil**. Disponível em:
<<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=642>>. Acesso em 23 dez. 2011.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARROS, Souza. **A década de 20 em Pernambuco: uma interpretação**. 2 ed. Recife: Fundação de Cultura, 1985.

BAUER, Martin W; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento – evitando confusões. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 17 – 36.

BAUER, Martin. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 189 – 217.

BENETTI, Marcia. Análise do discurso em Jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (Org.). **Metodologia de pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 107 – 122.

BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: um livro sobre sociologia do conhecimento**. 2 ed. Lisboa: Dinalivro, 2004.

BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno**. 2 ed. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 14 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg à internet. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- CAPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa**. 5 ed. São Paulo: Summus, 1986.
- CARONE, Edgard. **Revoluções do Brasil contemporâneo (1922-1938)**. 3 ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977.
- CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45 – 59.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- COMITÊ EXECUTIVO DO CENTRO COMUNISTA DO RECIFE. O operariado e o momento político. **A Província**. Recife, p. 1, 13 maio 1922.
- CORCUFF, Philippe. **As novas sociologias**: construções da realidade social. São Paulo: Edusc, 2001.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.
- FAUSTO, Boris. A crise dos anos vinte e a Revolução de 30. In: _____. **História geral da civilização brasileira**. Tomo III. v.2. Rio de Janeiro: Difel, 1977, p. 401-426.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5 ed. São Paulo: Globo, 2005.
- FONSECA, Hermes. O Club militar e a situação política de Pernambuco. **Diário de Pernambuco**. Recife, p. 5, 02 jul. 1922.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e política**: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 6 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FRAGOSO, João Luís. O Império escravista e a República dos plantadores. Parte A. Economia brasileira no século XIX: mais do que uma *plantation* escravista-exportadora. In:

LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 145 – 196.

GALENO, Alex; COSTA, Josimery. Massas. In: MARCONDES FILHO, Ciro (Org.). **Dicionário da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

GUARESCHI, Pedrinho; JOVECHELOVITCH, Sandra. **Psicologia Social: textos em representações sociais**. 2 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Stuart. El trabajo de la representación. In: _____. **Representation**: cultural representations and signifying practices. London: Sage Publications, 1997, p. 13-77.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (Orgs.). **Metodologia em pesquisa em jornalismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007, p. 123-142.

HOBSBAWM, Eric J. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JOVECHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LEME, d. Sebastião. Benções das espadas aos novos aspirantes do Exército. **Jornal Pequeno**. Recife, p. 1, 30 jan. 1922a.

_____. Centenario da Independencia: a contribuição da Igreja Catholica. **Jornal Pequeno**. Recife, p. 1, 14 jan. 1922b.

LEVINE, Robert M. **A velha usina**: Pernambuco na federação brasileira 1889 – 1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LIMA, Venício A. **Mídia**: crise política e poder no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

LIMA, Venício A. **Liberdade de expressão x liberdade de imprensa**: direito à comunicação e democracia. São Paulo: Publisher Brasil, 2010.

MCQUAIL, Denis. **Teoria da comunicação de massas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MAIA, José Gonçalves. Condemnado. **A Província**. Recife, p. 1, 14 jan. 1922a.

_____. Ministro boateiro. **A Província**. Recife, p. 1, 13 jan. 1922b.

MARCONDES FILHO, Ciro (Org.). **Dicionário da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2009.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 20 ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 1995.

MENDONÇA, Sônia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 267 – 299.

MENDONÇA, Sônia Regina. Estado e sociedade: a consolidação da República oligárquica. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 252 – 266.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

MONDAINI, Marco. **Do stalinismo à democracia**: Palmiro Togliatti e a construção da via italiana ao socialismo. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; coedição – Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

MOURA, Sérgio Lobo; ALMEIDA, José Maria Gouvêa. A Igreja na primeira República. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo III. V.2. Rio de Janeiro: Difel, 1977, p. 321-342.

NASCIMENTO, Luís do. **História da Imprensa de Pernambuco (1821 – 1954)**. v. 1. Recife: UFPE, 1962.

_____. _____. V. 2. Recife: UFPE, 1966.

_____. _____. v. 3. Recife: UFPE, 1967.

O CIRCULO catholico e a paz pernambucana. **Jornal Pequeno**. Recife, p. 2, 7 jul. 1922.

O GOVERNO da República punirá severamente os responsáveis pela sedição militar. **Jornal do Commercio**. Recife, 08 jul. 1922, p. 1.

OLIVEIRA, J. Gonçalves de. **Subsídios à História da Imprensa oficial em Pernambuco**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1986.

OS VENCIMENTOS militares na Republica Argentina e no Brasil. **Jornal Pequeno**. Recife, p. 1, 4 jan. 1922.

PEREIRA, Nilo. **Dom Vital e a questão religiosa no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Recife: Arquivo Público Jordão Emerenciano, 1986.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PRESTES, Anita Leocadia. **A Coluna Prestes**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

PROJECTOS de Revolução. **A Província**. Recife, 1 jul. 1922, p. 3.

REIS, José Carlos. **Nouvelle histoire e tempo histórico** (a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel). São Paulo: Ática. 1994.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Igreja Católica e modernidade no Maranhão**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Modernidade no Brasil, igreja Católica, identidade nacional: práticas e estratégias intelectuais: 1889 -1930**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

RICOEUR, Paul. **O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica**. Rio de Janeiro: Imago, 1978.

ROCHA, Heitor Costa Lima; MARROQUIM, Rafael Salviano Marques. O papel do jornalismo no processo democrático: a ética do discurso como essência da democracia deliberativa. **Estudos em Comunicação**. Portugal, n 9, p. 143 – 160, mai, 2011.

ROMANCINI, Richard. História e jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (Org.). **Metodologia de pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 23 – 47.

SANT'ANNA, Elias Moura de. O Comite de artistas e operarios e o telegramma do Marechal Hermes. **A Província**. Recife, p. 1, 4 jul. 1922.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, Severino Vicente. **A primeira guerra na Tribuna Religiosa: o nascimento da neo-cristandade**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1985.

SILVA, Severino Vicente. **Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites do progressismo católico na arquidiocese de Olinda e Recife**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. **Ideologia e cultura moderna**. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **A tribo jornalística: uma comunidade transnacional**. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

_____. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. 2 ed. v. 1. Florianópolis: Insular, 2005.

TRINDADE, Hégio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Difel, 1978.

UM AVISO do Ministro da Guerra. **A Província**. Recife, 11 jan. 1922. Notícias de toda parte, p. 1.

Van DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

VATICAN. **Papa Pio IX**. Disponível em:

<http://www.vatican.va/news_services/liturgy/saints/ns_lit_doc_20000903_pius-ix_po.html>. Acesso em 23 dez. 2011.

WALSH, W. H. Sentido em História. In: GARDINER, Patrick (Org). **Teorias da História**. 4 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. 359 – 374.